



Meraldina Costa Oliveira

PARTICULARIDADES DA INTERVENÇÃO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS CIGANAS NAS ÁREAS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E EMPREGO

Dissertação de Mestrado em Serviço Social apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Helena Neves Almeida

Setembro de 2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Particularidades da Intervenção Social com as Famílias Ciganas nas áreas da saúde, educação e emprego.



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Meraldina Costa Oliveira

PARTICULARIDADES DA INTERVENÇÃO SOCIAL COM
AS FAMÍLIAS CIGANAS NAS ÁREAS DA SAÚDE,
EDUCAÇÃO E EMPREGO

Dissertação de Mestrado em Serviço Social apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Orientadora: Professora Doutora Helena Neves Almeida

Setembro de 2018

Particularidades da Intervenção Social com as Famílias Ciganas nas áreas da saúde, educação e emprego.

Foto de capa retirada do *site* do **Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento**. Acesso em 7 de Junho de 2018
<<http://internacional.ipvc.pt/pt/node/630>>

Dedico com todo carinho:

À todos aqueles que contribuíram para a construção deste trabalho. À minha família que depositou em mim a esperança de ser a primeira de tantos filhos a ter um ensino superior. Aos amigos do Brasil que me acompanharam nesta jornada, especialmente a Beth, por me ajudar nos momentos oportunos. Aos amigos de Portugal que me receberam com carinho, em especial Cleusa e Carol! À Zezinha da LBV (Legião da Boa Vontade) que nestes últimos meses compreendeu o meu afastamento no trabalho voluntário, obrigada por tudo meu anjo de Deus. Um agradecimento especial às amigas que Papai me presenteou, Sancha, Estela, Adriana, Ludmila, Marta, Inês, Luana, Maria, Hana, Tânia, Lucas... obrigada pela força e o carinho incondicional. E para a minha família em Coimbra, presente do Universo para o meu coração, Beatriz Ladeiro, avó Hortência, ao avô Amadeu (*in memoriam*) e a Isabelita, minha eterna e humilde gratidão por me ter acolhido e me fazer sentir em casa. Eu amo vocês.

AGRADECIMENTOS

O término de um trabalho sempre nos vem à memória todos os momentos do percurso e não obstante lembramos de todas as pessoas que por ele passou, algumas marcam presença, outras simplesmente passam e muitas ficam para sempre na história e na vida.

E neste sentido, deixo o meu sincero agradecimento à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, pela acolhida desde o primeiro momento, às professoras da FPCE, em especial às do Serviço Social, Doutora Joana Guerra e Doutora Clara Santos, pelas trocas de aprendizados partilhados.

Um obrigada à minha orientadora e Coordenadora do Mestrado em Serviço Social, Professora Doutora Helena Neves Almeida, pelos conhecimentos partilhados, disponibilidade e acompanhamento na realização deste trabalho

Quero deixar registrado o meu profundo agradecimento e eterna gratidão à Professora Doutora Cristina Vieira, por ter alimentado o meu corpo, aquecida minha alma e dado esperança ao meu coração. À Professora Doutora Cristina Albuquerque pela disponibilidade em sempre me ouvir nos momentos oportunos, por te se tornado um exemplo de profissional e ter plantado em mim uma profunda admiração.

Um carinho e abraço especial à minha Psiquiatra, Doutora Luisa Sales, dos Serviços de Saúde da Faculdade de Medicina, pelos momentos de angustias partilhados no decorrer de todo o meu percurso no Mestrado e para as profissionais do atendimento dos Serviço Médicos o meu mais caloroso abraço, pelo carinho dos serviços prestados à comunidade académica.

Um abraço muito especial aos meus professores da Licenciatura em Serviço Social da Universidade Católica de Brasília – Brasil, que mesmo distante estão sempre presente me motivando para que eu possa alcançar os meus objetivos e me ensinaram que o “Serviço Social não é para amadores”.

Por fim, *“não importa o quão estreito o portão, como cobrado com punições o pergaminho. Eu sou o mestre do meu destino. Eu sou o capitão da minha alma”* (William Henley).

Namastê.

*Out of the night that
covers me,
Black as the pit from pole
to pole,
I thank whatever gods
may be
For my unconquerable
soul.*

*In the fell clutch of
circumstance
I have not winced nor
cried aloud,
Under the bludgeonings
of chance
My head is bloody, but
unbowed.*

*Beyond this place of
wrath and tears
Looms but the horror of
the shade,
And yet the menace of
the years
Finds and shall find me,
unafraid.*

*It matters not how
strait the gate,
How charged with
punishments the scroll,
I am the master of my
fate:
I am the captain of my
soul.*

*William
Ernest Henley
(1849 –
1903)*

Dedico este poema a todas as pessoas que lutam todos os dias acreditando que são capazes de construir um mundo melhor, mais humano e fraterno. Obrigada Mana Beatriz, por me ter apresentado o filme Invictus, pois foi através dele que pude ter acesso a esta obra de Henley que inspirou Mandela e que me tocou profundamente a alma e o coração: Confia.

RESUMO

A Comissão Europeia, solicitou aos Estados-Membros, em 2011, que criassem “estratégias nacionais para a integração dos ciganos até 2020”. Neste sentido, Portugal para dar resposta ao solicitado, criou o OBCIG - Observatório das Comunidades Ciganas, no âmbito do Alto Comissariado para as Migrações – Instituto Publico (ACM-I.P.), tendo sido aprovada em 27 de março de 2013, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2º-2013, a **Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013/2020 (ENICC 2013-2020)**. A ENICC tinha como parâmetros os Eixos Fundamentais da saúde, habitação, emprego e educação e os transversais. A presente investigação, na sua singularidade, dedicou-se a viabilizar elementos de estudos do processo de reconhecimento das especificidades da intervenção social dos (as) Assistentes Sociais que diariamente lutam pelo reconhecimento e valorização da cultura e história da pessoa cigana no combate ao racismo e discriminação enraizados na sociedade portuguesa em relação às pessoas ciganas. As áreas de intervenção trabalhadas contemplam a saúde, educação e emprego ou seja, três dos Eixos Fundamentais da ENICC 2013/2020. Com um aparato teórico reunidos para compor esta obra, o estudo está estruturado em três partes. A primeira contempla o rico enquadramento teórico evidenciando a chegada dos ciganos a Portugal, quem são, quantos são, suas culturas e tradições, bem como as primeiras políticas de repressão, as medidas e estratégias criadas a partir do 25 de abril. A segunda parte demonstra o trabalho empírico e metodológico, tendo sido utilizada a pesquisa qualitativa de caráter exploratório, com pesquisa bibliográfica e documental na identificação das ações de implementação da ENICC 2013/2020 e, no campo empírico, a entrevista semiestruturada como técnica de recolha de informação útil à compreensão da complexidade das especificidades das ações e do papel dos (as) Assistentes Sociais na intervenção com as comunidades ciganas. No tratamento e análise das entrevistas foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. A terceira parte, compreende a discussão dos resultados da pesquisa e contempla três guiões de entrevistas, uma para cada área de análise de intervenção social (saúde, educação e emprego). Cada guião contém 4 grandes dimensões e em cada dimensão várias subdimensões, ou seja, são 4 temas e dentro desses temas existem várias perguntas. Os objetivos específicos propostos foram atingidos, as respostas para os questionamentos encontradas e conclui-se que os Assistentes Sociais desconhecem a ENICC 2013/2020 e predomina ainda o senso comum nos seus discursos a respeito das comunidades ciganas. O contributo do nosso trabalho pauta na oportunidade de conhecer e dar a conhecer as particularidades intrínsecas ao Serviço Social junto às famílias ciganas bem como contribuir para a erradicação da ciganofobia em Portugal.

Palavras-chave: Cigano. Políticas Sociais. Intervenção Social. Serviço Social

ABSTRACT

The European Commission requested in 2011 the Member-States to create the “national strategies for the integration of the Gypsies by 2020”. In order to respond that request, Portugal created the OBCIG-Observatório das Comunidades Ciganas, within the structure of the High Commission for Migration-Public Institute (ACM, I.P.), that was approved in March 27, 2013 through the Resolution on the Council of Ministers no.25/2-2013, *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013/2020* (ENICC-2013-2020). ENICC has as parameters the Fundamental bases, such as, health, housing, employment and education and the Transversals. This research, in its singularity was dedicated to make possible the study of the process of recognition of the specificities of the social intervention of social workers who daily struggle for recognition and appreciation of the culture and history of the gypsy person in the fight against racism, discrimination rooted in Portuguese society related to them. The areas of intervention covered include health, education and employment, ie three of ENICC’S 2013/2020 Fundamental bases. With a theoretical apparatus assembled to compose this work, the study is structured in three parts. The first one contemplates the rich theoretical framework showing the arrival of the gypsy people to Portugal, who they are, how many, their cultures and traditions, as well as the first policies of repression, the measures and strategies created from April 25. The second part demonstrates the empirical and methodological work, in which was used the qualitative exploratory analysis research, the bibliographic and documentary research in the identification of the actions of ENICC 2013/2020 implementation. The semistructured interview was used as a technique to understand the complexity, the specificities of the actions and the role of the Social Workers in the intervention with the gypsy communities. The treatment and analysis of the interviews were carried out using the content analysis technique. The third and last part is related to the discussion of the results of the research that contemplates three scripts of interview: one for each area of analysis of social intervention (health, education and employment). Each script contains 4 large dimensions and in each dimension several subdimension that is, 4 themes and within these themes there are several questions. The proposed specific objectives were reached, the answers to the questions found and we conclude that Social Workers are not aware of ENICC 2013/2020 and common sense still prevails in their discourses regarding the gypsy communities. The contribution of our work is based on the opportunity to get to know the intrinsic particularities to the Social Service with the gypsy families and to contribute to the eradication of Gypsyphobia in Portugal.

Keywords: Gypsy, Social Politics, Social Intervention, Social Service.

LISTA DE FIGURAS

Pág:

Figura 1 – Dimensões do Eixo Transversal da ENICC 2013/2020	16
Figura 2 – Eixos Principais de Intervenção Setoriais da ENICC 2013/2020.....	18
Figura 3 – Número de pessoas por Distrito.....	34
Figura 4 – Portugueses ciganos por Município de residência.....	35

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Eixos executados no âmbito da Educação pela ENICC 2013/2020.....	20
Tabela 2 – Eixos executados no âmbito do Emprego pela ENICC 2013/2020	25
Tabela 3 – Eixos executados no âmbito da Saúde pela ENICC 2013/2020.....	28
Tabela 4 – Estimativas sobre o quantitativo de pessoas ciganas em Portugal	32
Tabela 5 – Comunidades e núcleos residenciais de pessoas ciganas por Distrito.....	33
Tabela 6 – Números de ações realizadas ao da ENICC 2013/2020.....	36
Tabela 7 – Números de ações realizadas ao abrigo da ENICC 2013/2020.....	37
Tabela 8 – Questões do Problema de Pesquisa.....	47
Tabela 9 – Dimensões do Modelo de Análise Concetual.....	49
Tabela 10 – Categoria de Análise I – Eixo Saúde	55
Tabela 11 – Categoria de Análise II – Eixo Educação.....	56
Tabela 12 – Categoria de Análise III- Eixo Emprego.....	57
Tabela 13 – Caracterização dos Entrevistados.....	59
Gráfico 1 – Ações realizadas até 2016 pela ENICC 2013/2020.....	37

LISTA DE SIGLAS

ACIDI – ALTO COMISSARIADO PARA IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL

ACIME – ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E MINORIAS ÉTNICAS

ACM – ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

AS01 – ASSISTENTE SOCIAL 01

AS02 – ASSISTENTE SOCIAL 02

AS03 – ASSISTENTE SOCIAL 03

AS04 – ASSISTENTE SOCIAL 04

AS05 – ASSISTENTE SOCIAL 05

AS06 – ASSISTENTE SOCIAL 06

CPR – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

ENCC – ESTUDO NACIONAL SOBRE AS COMUNIDADES CIGANAS

ENICC – ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS

FSG – FUNDACIÓN SECRETARIADO GITANO

IEFP – (INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL)

OBCIG – OBSERVATÓRIO DAS COMUNIDADES CIGANAS

OM – OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

PNS – PLANO NACIONAL DE SAÚDE

PO ISE – PROGRAMA OPERACIONAL INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO

RSI – RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

SNS – SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

SOS – RACISMO

TEIP – PROGRAMA TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS	viii
LISTA DE SIGLAS	ix
ÍNDICE	x
INTRODUÇÃO	1
PARTE I	3
ENQUADRAMENTO TEÓRICO CONCEPTUAL	3
CAPÍTULO I – COMUNIDADES CIGANAS E POLÍTICAS PÚBLICAS ATUAIS EM PORTUGAL	3
Introdução	3
1. – A chegada dos ciganos a Portugal	5
1.1. – As primeiras legislações ciganas.....	7
2. Políticas Públicas atuais face à questão cigana	10
2.1. – Medidas específicas e estratégias para a integração cigana	12
2.1.1. – Políticas sociais, programas e projetos na Educação.....	18
2.1.2. – Políticas sociais programas e projetos do Emprego	24
2.1.3. – Políticas sociais, programas e projetos na Saúde.	26
3. – Distribuição das comunidades ciganas por municípios	31
CAPÍTULO II – SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIAS CIGANAS	38
Introdução	38
1. – A Família – breve contextualização	39
2. A intervenção Social como categoria de trabalho do Serviço Social	41
3. – Cultura Cigana e valores identitários	42
PARTE II	45
ESTUDO EMPÍRICO E METODOLOGIA DA PESQUISA	45
CAPÍTULO III – PROBLEMA, OBJETIVOS E OPÇÕES METODOLÓGICAS	45
Introdução	45
1. – Problema de pesquisa, objetivos e modelo de análise concetual	46
1.1. –Objetivos da investigação.....	47
1.2. – Modelo de análise concetual	48
2. – Metodologia e procedimentos	50
2.1. – Tipo de Pesquisa	50

2.2. – Caracterização do campo de análise.....	50
2.3. – Técnicas, procedimentos e tratamento de dados	51
2.3.1. – Pesquisa bibliográfica e documental	51
2.3.2. – Entrevista semiestruturada	52
2.3.3. – Tratamento e análise de dados.....	54
PARTE III.....	58
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	58
CAPÍTULO IV – Perceção das especificidades da ação e do papel dos (as) Assistentes Sociais com as famílias ciganas	58
Introdução.....	58
1. – Caraterização dos entrevistados	59
2. – Processo de acolhimento e integração das famílias ciganas.....	60
1. – Acolhimento da família na instituição.....	61
2.2. – Integração em face do procedimento de acolhimento	62
2.3. – Elaboração do conjunto de procedimentos e integração	65
2.4. – Constrangimento no processo de acolhimento e integração.....	66
2.5. – Caracterização da integração do aluno na escola	67
3. Demandas que as famílias ciganas apresentam ao Assistente Social.....	69
3.1. – Dificuldades e necessidades apresentadas.....	69
3.2. – Articulação com as organizações comunitárias.....	71
3.3. – Mediador intercultural cigano na instituição.....	72
3.4. – Perguntas específicas do Eixo Saúde da Dimensão 3.	74
3.5. – Perguntas específicas do Eixo da Educação da Dimensão 3.	75
3.6. – Perguntas específicas no Eixo do Emprego da Dimensão 3.....	80
4. – Sobre as políticas, programas e medidas.....	83
4.1. – Conhecimento da ENICC 2013/2020.....	83
4.2. – Perguntas Especificas no Eixo Saúde da Dimensão 4.....	84
4.3. – Perguntas Especificas no Eixo Educação da Dimensão 4.....	86
4.4. – Perguntas Especificas no Eixo Emprego da Dimensão 4.....	90
4.5. – Políticas inclusivas ou excludentes	93
5. – Síntese dos resultados.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
EU E O OUTRO: UMA VISÃO DE EMPODERAMENTO.....	98
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICES.....	108

INTRODUÇÃO

No ano em que comemora o centenário do nascimento de ¹Nelson Rolihlhalha Mandela (18/07/1918 – 05/12/2013) começamos este trabalho com o poema *Invictus* de William Henley, que inspirou Madiba (era assim chamado carinhosamente pelo seu povo) durante os 27 anos que passou na prisão e nunca em momento algum ele deixou de acreditar, até chegar à presidência de um dos países mais pobres do mundo, a África do Sul, acabou com o *apartheid* e deu ao povo africano motivos para CONFIAR..

E neste sentido, de mudanças, desconstrução e transformação que a presente pesquisa consiste em contribuir para a formação daqueles que pretendem estudar com maior profundidade, conhecer e dar a conhecer a história, a construção de uma identidade, as mudanças sentidas ao longo dos 500 anos residentes em terras portuguesas, da perseguição que sofrem até a contemporaneidade, da luta pelo reconhecimento enquanto cidadãos portugueses ciganos, é que procuramos buscar nas particularidades da intervenção do Serviço Social com as famílias ciganas respostas para uma série de interrogações e questionamentos que teimam em deixar esta autora, num estado de profunda reflexão e necessidade da busca por respostas.

É nesta ótica que a Comissão Europeia, sancionou em Bruxelas, em 05 de Abril de 2011, a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – “*Um quadro europeu para as estratégias nacionais de integração dos ciganos até 2020*”. Tal evento tinha como objetivo central melhorar a situação dos ciganos em toda a União e seus Estados-Membros. Neste sentido, nomeou vários eixos norteadores, onde os Estados deveriam pautar suas estratégias, nesta ótica, Portugal, em 2014, criou através do Decreto de Lei nº. 31/2014 de 27 de Fevereiro, o Alto Comissariado para as Migrações – Instituto Publico (ACM-I.P.) com o propósito de acompanhar a elaboração, execução e avaliação das políticas públicas sociais destinadas à integração dos emigrantes e minorias étnicas. Como os ciganos são a minoria étnica mais antiga de Portugal (com mais de 500 anos em território português), o ACM criou o OBCIG – Observatório das Comunidades Ciganas, com o objetivo de avaliar, acompanhar as políticas públicas sociais destinadas

¹ Nelson Mandela – Autobiografia: um longo caminho para a liberdade. Editora Planeta. O poema que inspirou Mandela nos seus longos anos na prisão de Robben Island, é de Wiliian Ernest Henley, escritor britânico. *Invictus* é o seu poema mais conhecido e que também originou o nome do filme *Invictus* em 2009 que conta a história de Mandela após o fim do *apartheid* e recém eleito Presidente da África do Sul.

às pessoas ciganas, bem como desconstruir mitos, estereótipos, preconceito e discriminação. Neste ínterim, e para dar resposta à Comissão Europeia, Portugal aprovou em 27 de Março de 2013, a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013/2020 (ENICC – 2013/2020).

É debruçando na Estratégia Nacional, nas metas e prioridades de suas políticas para a integração das pessoas ciganas na sociedade portuguesa, que procuramos compreender os desafios que se colocam ao Serviço Social nos campos da saúde, educação e emprego, que fazem parte da grande dimensão de prioridades da ENICC. Neste sentido gostávamos de saber: *quem são os ciganos portugueses? Quais as políticas, programas e medidas sociais destinadas às comunidades ciganas nas áreas da educação, saúde e emprego? Como os (as) Assistentes Sociais trabalham essas políticas e quais são as especificidades da ação e o papel do Serviço Social? Como é feito o acolhimento e a integração das famílias ciganas no âmbito da educação, saúde e emprego?*

É dentro dessas linhas de múltiplas interrogações que procuramos pautar os objetivos centrais da investigação e para atingirmos nossos objetivos, optou-se por uma metodologia de pesquisa qualitativa de carácter exploratório e para o tratamento dos dados, a pesquisa bibliográfica e documental e entrevista semiestruturada.

A pesquisa consistiu em três guiões de entrevistas com base nas políticas públicas, programas ou os projetos sociais destinados às comunidades ciganas, cada guião está voltado para um eixo de intervenção social do Serviço Social na saúde, educação e emprego e possui 4 dimensões sendo que em cada uma delas contém várias subdimensões, ou seja, são 4 grandes módulos de temas centrais e as subdimensões são perguntas que compõem cada módulo que intercalam entre si. Neste sentido, para trabalhar essas categorias de análises, optou-se pela análise de conteúdo, no qual foram realizadas 6 entrevistas com Assistentes Sociais, dois para cada eixo de análise e todas gravadas e transcritas na íntegra.

Nesta senda, nosso trabalho está dividido em três partes, sendo o primeiro dividido em dois capítulos contendo todo o enquadramento teórico, a segunda parte está o capítulo três onde encontramos todo o estudo empírico e metodológico e a terceira parte onde apresentamos o capítulo quatro com a análise dos dados e apresentação dos resultados e conclusão da pesquisa e por fim as considerações gerais.

PARTE I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO CONCEPTUAL

CAPÍTULO I – COMUNIDADES CIGANAS E POLÍTICAS PÚBLICAS ATUAIS EM PORTUGAL

Introdução

“Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas às margens que o comprimem” (Bertolt Brecht)

O processo histórico da construção e compreensão do resgate das especificidades identitárias, culturais e das questões que permeiam e mistificam os indivíduos de origem cigana na Europa e em Portugal (Magano, 2010), instigam pesquisadores, estudantes de todos os níveis a saberem mais sobre essa comunidade e os muitos obstáculos que encontram para se integrarem na sociedade.

Muitas são as fontes que relatam a origem das comunidades ciganas bem como as várias denominações étnicas, linguagem e todo o mistério que envolve esse povo nómade. Neste sentido, para compreender esse processo histórico é preciso um recorte na literatura, pois nem toda a literatura é credível (Nunes, 1996). Para isto, optamos por um enquadramento teórico com breve revisão bibliográfica de carácter científico dos vários estudos realizados, que nos proporciona obter conhecimento das especificidades das questões históricas e sociais das comunidades ciganas em Portugal.

Estima-se que existem 12 milhões de ciganos no mundo, dos quais 6 milhões apenas na União Europeia, e em Portugal cerca de 40 a 60 mil. Segundo estudos, os ciganos europeus vivem nos sítios menos desenvolvidos, nos bairros mais pobres e expostos à exclusão, pobreza e discriminação e em Portugal os “indicadores de desenvolvimento de desenvolvimento socioeconómico” apontam que a comunidade cigana está abaixo da média europeia (Relatório ENICC 2013/1014:3).

Em Portugal, da pesquisa realizada, destacamos alguns autores que procuram compreender de forma mais plausível os estudos nesta área. Olímpio Nunes (1996), na obra “O Povo Cigano”, procura elucidar desde a chegada dos ciganos a território nacional, as primeiras leis e a perseguição que perdurou até o fim da monarquia; Olga

Magano, Manuela Mendes e Pedro Candeias (2014), realizaram um estudo de âmbito nacional em 2014 (Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas²) que é um dos parâmetros da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, que descortina a realidade e particularidades das comunidades ciganas; mais recentemente, em Novembro de 2016, Carlos Jorge Sousa (Coord) e Liliana Moreira, apresentaram um estudo mais aprofundado sobre o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, realizados por Magano, Mendes e Candeias em 2014. O aprofundamento deste estudo sido divulgado na ACM na revista de n. 5³. De salientar também o trabalho de Manuel Carlos Silva (2014) que retrata as representações, os territórios e contextos socioespaciais do quotidiano cigano, e ainda as obras de José Bastos (2012), e Manuela Mendes (2012) que abordam o racismo e a discriminação face à comunidade cigana em Portugal.

Dentre os pesquisadores citados, há várias outras obras de autores bem como artigos, dissertações de mestrados e doutorados, projetos, leis e resoluções de estratégias para a integração e visibilidade da comunidade cigana (ENICC 2013/2020) – Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas; ACM – Alto Comissariado para as Migrações; OM – Observatório das Migrações; SOS Racismo; OBCIG – Observatório das Comunidades Ciganas) que serão abordadas no decorrer deste trabalho.

Este capítulo dedica-se a compreender a trajetória das comunidades ciganas em Portugal, salientando as primeiras legislações aplicadas, analisando as políticas públicas, medidas sociais atuais no âmbito da educação, emprego e saúde e os projetos de intervenção e de integração das pessoas, famílias e comunidades ciganas.

² O Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, realizado por Magano, Mendes e Candeia em 2014, é um dos objetivos da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, no corpo da presente dissertação, ao referirmos o Estudo, usaremos a sigla ENCC 2013/2014, entretanto para fins de referências bibliográficas, está orientado como Magano *et al* (2014). Tal documento pode ser encontrado em <https://repositorio.iscteiuil.pt/bitstream/10071/15587/1/estudonacionalsobreascomunidadesciganas.pdf>

³ O ACM em Revista, é um periódico trimestral, lançado pelo Alto Comissariado para as Migrações, I.P. onde aborda temas diversificados dando visibilidades aos grupos e comunidades diversas em Portugal e pode ser consultado em <https://issuu.com/acmemrevista> bem como <http://www.acm.gov.pt/-/acm-em-revista-ja-disponivel-onli-1>.

1. – A chegada dos ciganos a Portugal.

A perspetiva histórica da conjectura da comunidade cigana em Portugal é ainda pouco conhecida e permeada por lendas, contos, mistérios, invisibilidade, segregação social que permanece até a contemporaneidade. Os teóricos sempre descrevem que os indivíduos de origem cigana⁴ como pessoas que vivem excluídas devido a situações de vulnerabilidades sociais em que estão inseridos (Costa, 1995; Magano, 2010; Mendes, 2012). Antes de entrarmos na história das comunidades ciganas, cabe fazermos um destaque especial para a denominação CIGANO. No dicionário da Língua Portuguesa⁵ encontramos duas palavras na seguinte ordem: cigano e ciganos. No dicionário a primeira palavra **CIGANO** significa: “que diz respeito aos Ciganos; que pertence aos Ciganos; trapaceiro; que pertence aos ciganos; aquele que tenta enganar nos negócios; trapaceiro”. Logo em seguida, vem a palavra **CIGANOS** que significa: “povo provavelmente originário da Índia que entrou na Europa por volta do século XIV, espalhando-se e dividindo-se em grupos, muitos dos quais preservam características como o nomadismo, a organização tribal e a língua romani”. Diante dos conceitos, é óbvio o preconceito enraizado desde sempre, primeiro usa cigano no singular, é trapaceiro e enganador, já o nome no plural, fala da origem do povo, de onde vieram.

De acordo com os estudiosos, tais denominações são preconceituosas e estigmatizadoras, como traduz Bastos (2012:126), “um longo processo de ciganofobia”. Para Magano *et al* (2014:18), os ciganos são denominados pelos media e principalmente no discurso popular como sendo “um grupo problemático e gerador de conflitualidades, a viver nos interstícios ou “nas margens da sociedade”.

De espírito errante, os ciganos andaram pelo mundo, passaram por diversos países e nestes alguns sedentarizaram-se, enquanto outros seguiram rumo ao desconhecido, levando consigo traços da identidade e da cultura de cada região. De hábitos e costumes diferentes, causavam sempre estranheza por onde passavam e por isso eram marginalizados, discriminados, perseguidos e muitos foram exterminados pelo Nazismo⁶. Porém, resistiram e preservaram sua identidade e cultura sempre viva e

⁴ Magano (2010) adota a terminologia “indivíduos de origem cigana” para designar “ciganos” uma vez que há “diferentes grupos sociais ciganos” (p.111). Indo ao encontro com o nosso pensamento, tomamos como base essa terminologia e utilizaremos também em alguns contextos, a terminologia “pessoas de origem cigana” para o maior empoderamento desse grupo étnico.

⁵ Dicionário da Língua Portuguesa (2014), conforme o novo Acordo Ortográfico. P. 356. Porto. Editora Porto

⁶ Conforme Magano (2010) e Nunes, (1996), foram dizimados mais de 500 000 mil ciganos nos campos de concentração nazistas.

passadas de geração a geração mantendo o orgulho de ser cigano. (Heredia, 1974; Nunes, 1996; Mendes & Magano 2014; Magano 2010; Silva 2014).

“Sempre gente de fora, os ciganos foram perseguidos, onde quer que fossem, massacrados (...) vítimas de deportações sistemáticas e durante mais de cinco séculos o Sueste e Centro da Europa, especialmente nos principais romenos, submetidos à escravidão” (Tong, 1998;15 cit. in Magano, 2010:114).

Em Portugal os ciganos falam o *Caló*⁷, um dialecto do Romani e é no dia 24 de Junho que comemora-se o Dia Nacional do Cigano. Alguns teóricos relatam que os ciganos entraram na Eupora através Grécia, tendo como base para essa suposição, alguns elementos que foram encontrados nos dialetos dos ciganos, e o grupo *Kalé* teria chegado à Península Ibérica em meados do século XV. Entretanto, sendo perseguidos e ameaçados, os ciganos se autoproclamaram peregrinos que estavam a caminho de Santiago de Compostela, e para se sentirem protegidos, levavam consigo as cartas do Papa Martinho V, que foi o Papa entre 1417 a 1431, dando-lhes liberdade e proteção para chegarem ao destino, o que lhes permitiu autorização para a peregrinação, todavia nunca se soube a real veracidade desses documentos. (Correia, 2011; Nunes, 1996; Mendes, 2012; Mendes & Magano 2014).

Embora estejam em Portugal há séculos, não há registros precisos de quando os ciganos entraram em território português. Contudo, conforme estudos realizados por Magano, Mendes e Candeias (2014), há pelo menos 500 anos que os ciganos estão em terras portuguesas. Vindos de Andaluzia, a porta de entrada foi o Alentejo (Nunes, 1996), com sua imensidão de terras desabitadas e os grandes matagais que serviram de refúgios contra os ataques e perseguições que lhes foram impostos pela Corte, dando origem às primeiras leis portuguesas referente aos ciganos (Nunes, 1996).

Desta época, as únicas referências bibliográficas encontradas, estão na literatura de Gil Vicente a “Farsa das Ciganas”, bem como, em uma poesia de Luís da Silveira, “As Martas de D. Jerónimo”. O primeiro documento, escrito e apresentado em Évora em 1521 (Nunes, 1996; Silva 2014) traçava a vida e os costumes destes grupos que possuíam hábitos estranhos, de linguagem incompreensível, se deslocavam em carroças

⁷ Há três principais grupos ciganos, os *Rom ou Roma*, estão presentes mais na Romênia, falam romani e consideram os “verdadeiros ciganos”; os *Calon ou Kalé*, são conhecidos por “ciganos ibéricos”, falam o caló e estão mais concentrados na Espanha e Portugal e os *Sinti*, falam o sintó e estão mais concentrados na Itália, França e Alemanha (Nunes, 1996; Silva, 2014).

e usavam roupas coloridas, entretanto a peça de Gil Vicente apresentava uma imagem estereotipada e cheia de estigmas dos ciganos.

A segregação social e territorial (Silva, 2014) dos ciganos começa a ser traçada a partir do momento em que estes se instalam no Alentejo e suscitam as primeiras legislações que de forma acentuada dão início à sina de perseguição e discriminação destes grupos nómadas.

1.1. – As primeiras legislações ciganas

Ao longo da história, a comunidade cigana viveu (e ainda vive) à margem da sociedade. A hostilidade, indiferença e invisibilidade foram e são as marcas deixadas através das leis e regulamentos de ontem e de hoje. As primeiras legislações de que se tem conhecimento datam ao século XVI. O período que abrange desde a entrada dos ciganos em território português até o fim da monarquia em 1910 (Heredia, 1974; Silva, 2014; Nunes 1996) foi marcado por tentativas de exclusão e até mesmo de erradicação com ameaças de morte, penas de prisão e expulsões (Silva, 2014) dos ciganos.

De acordo com Nunes (1996), as leis aplicadas não favoreciam em nada a vida dos ciganos. A forma de vida dessa população incomodou a Corte de 1525 na mesma medida em que estes chegaram em território nacional, Costa (1995:13 *cit. in* Magano, 2010:115) salienta que

“ (...) as primeiras notícias que temos dos ciganos em Portugal quase que se confundem com as primeiras notícias de hostilidade da população portuguesa e com as primeiras medidas persecutórias que serão uma constante ao longo dos séculos que vão seguir-se. (...) todas as soluções foram tentadas pelo Estado para se ver livre da gente cigana, até a condenação à morte”.

Nesta perspetiva, o Alvará de 13 de Maio de 1526, apresentado ao Rei D. João III, em Torres Novas (Nunes, 1996; Silva, 2014; Correia, 2011) traduz deliberadamente a forma como os ciganos foram recebidos no “velho mundo”: “...*que não entrem ciganos no Reino e saiam os que nele estiverem...*” (*in* Nunes, 1996:75). Na sequência, o Rei respondeu com a Petição 1538 às Cortes de Terras Novas e Évora: “... *que nunca em tempo algum entrem ciganos em nossos Reinos; porque deles não resulta outro proveito, senão os muitos furtos que fazem; e muitas feitiçarias que fingem saber. Em que o povo recebe muita perda e fadiga...*” (*idem*).

Os documentos expedidos não surtiram o efeito desejado, o que levou o Rei a sancionar penas severas como por exemplo que “...sejam presos e publicamente açoitados com baraço e pregão... e se depois... for achada mais alguma das ditas pessoas... será outra vez açoitada publicamente...” (in Nunes, 1996:76). E para além disso, os bens que fossem encontrados seriam dividido entre quem o acusasse e a Misericórdia do lugar para onde fosse preso. Dando continuidade à política de expulsão dos indivíduos de origem cigana (Silva, 2014; Magano, 2010), é expedito o Alvará 1557 onde determina a condenação de serviços de galés⁸ para os homens, neste caso, muitos foram deportados para países que foram colónias de Portugal.

Entretanto, é em 1579, que D. Henrique promulga um alvará que autoriza a permanência dos ciganos, entretanto, teriam que seguir os costumes portugueses, morarem em bairros afastados, trabalharem e não serem prejudiciais ao Reino. Mas é em 1592 que o Rei Filipe I de Portugal, incomodado com a vida dos ciganos, exigiu que saíssem do reino em 4 meses e os que não abandonassem, seriam castigados com a pena de morte. Tal pena seria portanto abolida em 1602, e reforçadas as condições para que saíssem de Portugal sob aviso de que caso contrário seriam levados para as galés (Silva, 2014; Nunes 1996).

A repressão e a violência multifacetada é intensificada no reinado de D. João IV, com o alvará de 1649, e com um agravante, a assimilação, ou seja, era proibido o uso dos trajes típicos ciganos, eram obrigados a trabalharem como as outras pessoas e a falarem o português, ou seja, deixarem a vida nómade e viverem o sedentarismo e aos que resistiam eram expulsos. A política de repressão prossegue até o reconhecimento da cidadania portuguesa aos nascidos em territórios português tendo em vista a Revolução Liberal⁹, a Constituição de 1822 e a Carta Constitucional de 1826 (Ramos, 2004).

⁸ Penas das galés, era a punição onde os condenados eram obrigados a trabalhos forçados nas embarcações.

⁹ Em 1822 e na sequência da Revolução Liberal iniciada na cidade do Porto com uma revolta militar, é ratificada e implementada a primeira constituição Portuguesa que proclamou que «todos os portugueses são cidadãos» e estabelecia a liberdade e igualdade de todos os cidadãos perante a lei, a separação de poderes (executivo, legislativo e judicial) e a soberania da Nação. Antes dela, os portugueses eram membros de diferentes grupos sociais, aos quais o rei garantia privilégios e liberdades diferentes de acordo com a «lei natural» e a tradição. Na antiga monarquia, antes de 1820, não havia direitos universais. Embora a Constituição de 1822 declarasse que todos os portugueses eram «cidadãos», nem todos os portugueses ficaram dotados com aquele direito que os liberais consideravam a mais importante regalia do cidadão: o direito de eleger e ser eleito para a assembleia soberana (Garrett, 1985:161 *cit in* Ramos 2004:550). Os membros das ordens religiosas, os mendigos, os criados, as mulheres e os analfabetos, isto é, a maioria dos adultos eram explicitamente impedidos de votar. Assim, o conceito de cidadania para os Liberais de então, estava longe de ser a que hoje temos e, longe de proporcionar um princípio de inclusão e integração, distinguindo entre os portugueses que tinham o direito de exercer o poder político e os portugueses limitados a um estatuto de passividade (Ramos, 2004).

O reconhecimento não significava, segundo Silva (2014), um “estatuto de cidadania plena” e que as penas criminais foram substituídas por “medidas administrativas” perante severa vigilância especial da polícia conforme Portaria de 18 de Abril de 1848 bem como pelo regulamento da GNR (Guarda Nacional Republicana).

E mesmo com essa pressão, resistiram e foram mais de 4 séculos que essa população viveu reprimida por medidas de austeridade que deixaram marcas visíveis, entretanto a resistência pela conservação da identidade, preservação de suas raízes culturais e o sentimento de pertencimento suportaram aos séculos e continuam vivos nos grupos étnicos ciganos.

A legitimação da cidadania portuguesa das pessoas de origem cigana só foi de facto efetivada após a implementação Regime Democrático¹⁰ (Martins, 1999a/b), em 25 de Abril de 1974 (Magano, 2010; Silva, 2014). Entretanto, conforme o ENCC (Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas), Mendes, Magano e Candeias (2014) salientam que as pessoas de origem ciganas ainda são vistas como um grupo não reconhecido nem como “minoría nacional, nem como minoría étnica, assumindo-se, então, os ciganos como cidadãos nacionais, sem direitos, garantias ou protecção de carácter especial” (Magano *et al*, 2014:12). A falta de reconhecimento da população cigana leva à exclusão bem como a uma imagem deturpada e estereotipada acentuando o estigma social (Costa, 1998; Ruivo, 2002).

A Constituição da República Portuguesa de 1976¹¹ traduz como direitos fundamentais os princípios da universalidade e da igualdade. O Artigo 12.º determina que todos os cidadãos e ou pessoas coletivas possuem os mesmos direitos e deveres, o que implica que os direitos e deveres são universais, ou seja, ninguém tem mais ou menos direito ou mais e menos deveres do que outra pessoa.

No Artigo 13.º, nº 1, da CRP (1976 (2005), p:4), o *Principio da Igualdade indica que “todos os cidadãos tem a mesma dignidade social e são iguais perante a lei”*, logo, no Inciso II sublinha que *“ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo,*

¹⁰ O Estado Providencia foi instaurado em Portugal após uma longa ditadura que durou 48 anos. Um primeiro período de 1926, ano que foi instaurado a ditadura militar até 1933 (Fim da Primeira República), e o segundo que parte desse mesmo ano, quando Salazar tomou o poder (Estado Novo) até 25 de Abril de 1974 que deu início ao Regime Democrático na sequência da Revolução dos Cravos. (Ramos, 2004).

¹¹ A Constituição da República Portuguesa de 1976 já teve 7 revisões constitucionais e para este trabalho foi obtido a última revisão (VII de 2005). O preciso documento pode ser encontrado em <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual". Observando entretanto que o reconhecimento de "igualdade" de todos os cidadãos portugueses perante a lei, imprescindível perceber em Portugal há um atraso histórico no que diz respeito as políticas públicas e sociais face a questão cigana por parte do Estado, isso significa que são mais de 500 anos de processo histórico sublinhado na segregação territorial e social das pessoas ciganas. Se a CPR sublinha que a Universalidade e Igualdade são direitos fundamentais, o direito à cidadania cigana no seu sentido pleno de aceitação de sua especificidade cultural e identitária, são portanto direitos sociais explicitamente abrangidos pela Constituição da Republica.

2. Políticas Públicas atuais face à questão cigana

Vivemos um período de transformações em todos os níveis societários, no que diz respeito aos valores económicos, sociais e políticos. A questão social tão em evidência diante do processo crescimento da sociedade, ela carrega a historicidade da contradição entre capital e trabalho, a exploração de uma classe social sobre a outra, uma vez que a produção de riqueza é coletiva, porém apropriar-se dela é para uma pequena parcela da sociedade.

Com a desapropriação da produção da riqueza pela grande parcela da sociedade, a desigualdade social torna-se mais presente em todo o mundo. A desigualdade social não é problema de um único lugar ou país, ela afeta os quatro cantos do mundo, como são comprovados pelas pesquisas apontadas mundo fora, são milhões e milhões de pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, situação que resulta da exclusão social. Vale ressaltar aqui, que de acordo com a localização, é imprescindível considerar não somente a realidade local, como também, suas especificidades e particularidades que confere uma estratégia no combate a essa questão social.

Para Almeida (2013:15), essas transformações sociais da contemporaneidade são "decorrentes da quebra do compromisso social entre o Estado e os Cidadãos, com uma reduzida margem de manobra para a construção de alternativas devido às dificuldades económicas existentes a nível individual, familiar e dos sistemas de proteção social". Infere-se dessa colocação que essa quebra de compromisso resulta na potencialização das demandas sociais, quer no campo dos problemas sociais quer na

intervenção da mediação desses conflitos, ou seja, quanto maior for a problemática, mais pontual e eficaz terá que ser a intervenção.

Em princípio, a política social pode ser analisada sob o prisma de uma política formulada para manter o controle das pessoas não satisfeitas com o processo capitalista de produção, por isso ela é alienante. A política social transita entre o capital e o indivíduo, pois ao mesmo tempo que garante o acesso do trabalhador assalariado às necessidades sociais básicas, trabalha na constituição e fortalecimento da sociedade burguesa e crescimento do modo de produção capitalista que é protegido pelo Estado (formulador das políticas públicas) que por sua vez é um aliado fiel e submisso da burguesia. A política social ao mesmo tempo que trata da legitimação dos direitos, ou seja, cria condições de vida digna para a sociedade, ela trabalha para proporcionar condições que favoreçam a acumulação de capital da burguesia, por isso ela é contraditória e alienante, assim, que a desigualdade gera a exclusão que por sua vez gera a invisibilidade. Para Secchi (2012:5) “políticas públicas são diretrizes elaboradas para enfrentar os problemas públicos”, nesta ótica entendemos que por problemas públicos, a desigualdade social vem se tornando um debate constante em todos os níveis das esferas públicas governamentais.

Nesta perspectiva, para Telles (1998), os direitos “estruturam uma linguagem pela qual esses sujeitos elaboram politicamente suas diferenças e ampliam o “mundo comum” da política ao inscrever na cena pública suas formas de existência, com tudo o que elas carregam em termos de cultura e valores, esperanças e aspirações, como questões que interpelam o julgamento ético e a deliberação política” (Telles, 1998, p. 40). Nesta ótica, falar sobre direitos sociais é trazer possibilidades de uma sociedade mais justa e igualitária, questionando de forma crítica o funcionamento precário dos serviços públicos e a descaracterização da noção de direitos.

Os direitos devem ser elaborados a partir da ideia de justiça social, segundo Rodrigues (2010) priorizando sobretudo, a distribuição de rendimentos e proteção daqueles que estão em vulnerabilidade social, constituindo assim um modelo de protecção social na perspectiva dos princípios da igualdade, solidariedade e justiça social. O termo solidariedade é compreendido por Albuquerque (2016:6) como valores ancorados na “ideia de função social”. A *questão social* é inerente às relações sociais neste modo para Iamamoto & Carvalho (2011:84) é a “manifestação, no cotidiano da

vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”.

A questão social surgiu no século XIX, a partir das manifestações de miséria e pobreza advindas da exploração das sociedades capitalistas com o desenvolvimento da industrialização e da urbanização originando assim o empobrecimento da classe operária. Estes por sua vez, percebendo as condições em que trabalhavam, começaram com as manifestações acerca de melhores condições para sobreviverem, fez com que a burguesia implementasse as chamadas políticas sociais.

Nesta perspetiva, analisaremos a seguir as medidas e estratégias para a integração e promoção das comunidades ciganas. Nas políticas sociais destinadas à comunidade cigana, esta pesquisa centra-se em apenas três áreas, quais sejam, trabalho, saúde e educação, neste sentido, procuraremos elencar a aplicabilidade e legitimidade destas políticas tendo em linha de conta as especificidades identitárias e culturais da pessoa cigana bem como no fortalecimento e autonomia individual e coletiva e no empoderamento enquanto cidadão participante na construção de uma intervenção social ética pautada na liberdade, equidade e justiça social (Albuquerque, 2015).

2.1. – Medidas específicas e estratégias para a integração cigana

Após a implementação do Estado Democrático, foram criados muitos programas de estratégias e intervenções junto das comunidades ciganas com o propósito de promover a igualdade de oportunidades, o combate à discriminação, o racismo e a intolerância, o *empowerment* a nível individual e coletivo, bem como programas de mediação e de resolução de conflitos, como o projeto “Mediadores Municipais” em que o mediador é um membro da própria comunidade.

No contexto das medidas específicas e estratégias nacionais para a integração das comunidades ciganas foi criado em 1995, o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), cujo objetivo era promover e integrar na sociedade portuguesa os imigrantes e minorias étnicas. Logo, em 2007, o ACIME passou a ser designado Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), e por fim, em 2014, tal instituição passa a ser denominada Alto Comissariado para as

Migrações I.P.¹² – (ACM – I.P.) através do Decreto de Lei n.º 31/2014, de 27 de Fevereiro, é um Instituto Público e tem por missão acompanhar a elaboração, execução e avaliação das políticas públicas sociais destinadas à integração dos emigrantes e minorias étnicas em território português (Mendes, *et al* 2014; Mendes & Magano, 2014; ENICC, (2013/2014).

Na perspetiva das medidas e estratégias nacionais do ACM, dentro do enquadramento para a integração das comunidades ciganas, foi criado em 2014 o Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG)¹³ que tem por competências não apenas a avaliação das políticas públicas destinadas às pessoas ciganas, mas também, através da investigação em colaboração com centro de estudos para desconstruir os mitos e estereótipos, através de Para além disso, existe o Observatório das Migrações (OM), criado em 2002, que tem como missão fazer o acompanhamento das produções, estudos, publicações e estatísticas acerca das migrações¹⁴.

Para melhorar a situação dos Ciganos na Europa, a Comissão Europeia, aprovou em Bruxelas, em 05 de Abril de 2011, a “**Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Economico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Um quadro europeu para as estratégias nacionais de integração dos ciganos até 2020**” (COM (2011) 173). Tal comunicação tinha como objetivo melhorar a situação dos ciganos em âmbito europeu nos seguintes eixos norteadores:¹⁵

1. Melhorar a situação dos ciganos: um imperativo social e económico para a União e os seus Estados-Membros;
2. Necessidade de uma abordagem orientada: um quadro da EU para as estratégias nacionais de integração dos ciganos;
3. Expressar a ambição da EU: estabelecer objetivos para a integração dos ciganos:

Vale destacar que nesta abordagem a Comissão Europeia (CE) estabeleceu quatro domínios fundamentais tais como:

¹² Destacamos que o coordenador do Alto Comissariado para as Migrações (ACM) é o Doutor Pedro Calado, desde Julho de 2014 à frente da ACM, é licenciado em Geografia pela Universidade Clássica de Lisboa e Mestre em Geografia pela mesma Universidade com especialização em “Exclusão, Sociedade e Território”. Mais informações podem ser encontradas em < <http://www.acm.gov.pt/-/alto-comissario-para-as-migracoes> >.

¹³ Vale ressaltar que a atual coordenadora do OBCIG é a professora doutora Maria José Casa Nova, que tomou posse em janeiro de 2018. É docente e investigadora do Núcleo de Educação para os direitos Humanos da Universidade do Minho < https://issuu.com/acmemrevista/docs/acm_revista_n7>

¹⁴ Para maiores informações acerca da Ooservatório das Comunidades Ciganas, encontram-se no site <https://www.obcig.acm.gov.pt/>.

¹⁵ Os eixos norteadores da Comunicação da Comissão Europeia foram transcritos na integra para este trabalho e no decorrer do mesmo, ao ser citado será utilizado **COM (2011) 173**, conforme determina o documento que pode ser acessado no seguinte site: <http://eur-lex.europa.eu/homepage.html>

- **Acesso à educação:** *garantir que todas as crianças ciganas completem pelo menos o ensino primário;*
- **Acesso ao emprego:** *suprir a diferença existente a nível do emprego entre os ciganos e o resto da população;*
- **Acesso aos cuidados de saúde:** *reduzir o fosso a nível dos cuidados de saúde entre os ciganos e o resto;*
- **Acesso à habitação e aos serviços essenciais:** *suprir as disparidades entre a parte dos ciganos com acesso à habitação e a serviços públicos (água, eletricidade e gás) e o resto da população;*

4. Estratégias nacionais de integração dos ciganos: um compromisso claro dos Estados-Membros;

Para os Estados-Membros, a CE estabeleceu que deveriam ter em conta as seguintes abordagens:

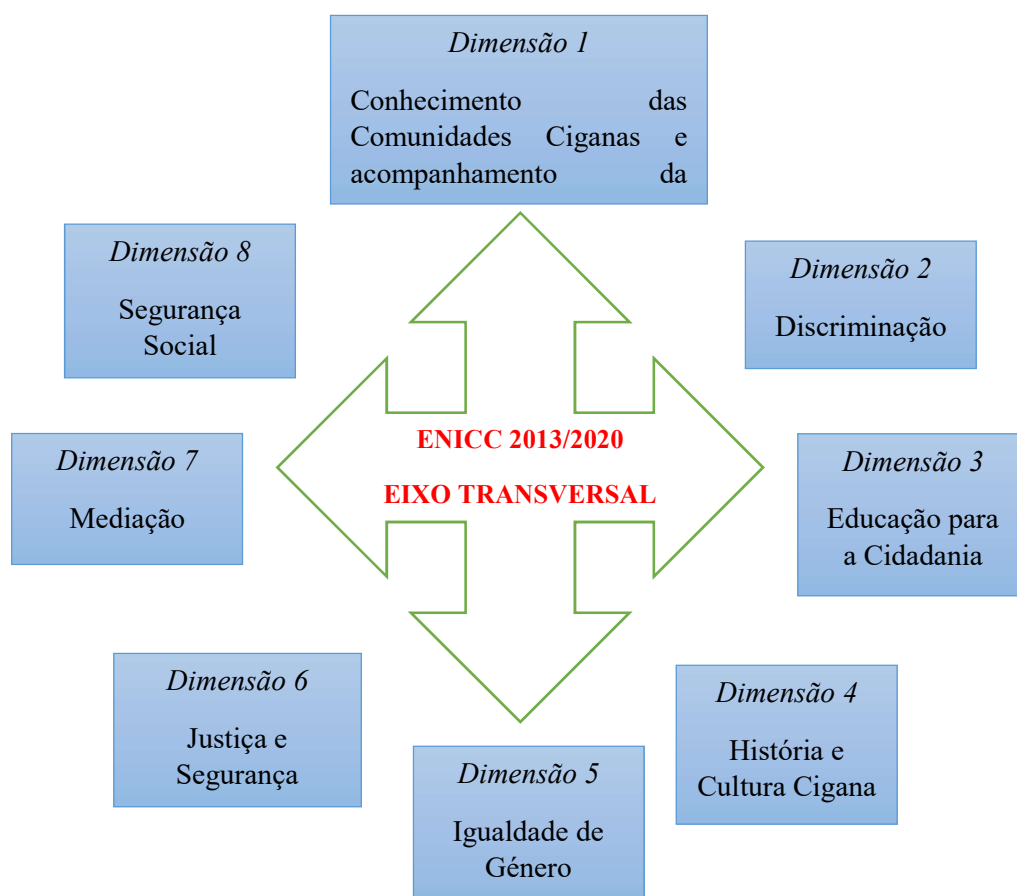
- Estabelecer **objetivos nacionais para a integração dos ciganos** para reduzir as diferenças em relação à população em geral. Estes objetivos devem abordar, no mínimo, os quatro objetivos da UE em matéria de integração dos ciganos relativamente ao ensino, emprego, cuidados de saúde e habitação.
 - Identificar as **microrregiões desfavorecidas ou zonas vizinhas segregadas**, em que as comunidades são mais pobres, utilizando indicadores socioeconómicos e territoriais já disponíveis (por exemplo, nível de instrução muito baixo, desemprego de longa duração, etc.).
 - Atribuir um **financiamento suficiente a partir de orçamentos nacionais**, que serão complementados, se necessário, por financiamento internacional e da UE.
 - Incluir **métodos de controlo rigorosos** para avaliar o impacto das acções em prol da integração dos ciganos e rever mecanismos para a adaptação da estratégia.
 - Serem concebidas, executadas e acompanhadas em **estreita cooperação e diálogo contínuo com a sociedade civil cigana e as autoridades regionais e locais**.
 - Nomear um **ponto de contacto nacional para a estratégia de integração do ciganos** com poder para coordenar o desenvolvimento e a execução da estratégia ou, se for caso disso, basear-se em estruturas administrativas adequadas já existentes.
5. Obter resultados concretos a favor das populações ciganas;
6. Promover a integração dos ciganos fora da UE: a situação especial dos países do alargamento;
7. Habilitar a sociedade civil: um maior papel para a plataforma europeia para a inclusão dos ciganos;
8. Aferir os progressos: criar um sistema de supervisão eficaz;
9. Conclusão: 10 anos para marcar a diferença.

Tendo em vista as propostas acima apresentadas e para dar respostas precisas às solicitações da Comissão Europeia aos Estados-Membros, o Alto Comissariado para as Migrações I.P. (ACM-I.P.) aprovou em 27 de Março de 2013 (à época, antigo ACIDI), através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2º -2013, a **Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas**¹⁶ (ENICC) cujo objetivos da Estratégia Nacional bem como da União Europeia, abarcavam quatro eixos fundamentais designadamente, a saúde, habitação, emprego e educação e para além disso, um outro quinto eixo, transversal, que contemplava o reconhecimento e valorização da cultura e história cigana, os mediadores municipais, a discriminação e racismo, a igualdade de género dentre várias outras medidas que contemplam as famílias e pessoas ciganas. (Magano, *et al* 2014; Relatório ENICC 2016; Mendes & Magano, 2014).

No âmbito dos eixos transversais da ENICC, o objetivo central é dar respostas precisas dos vários conjuntos e situações que estão intrinsecamente ligados à comunidade cigana e a sociedade envolvente (Relatório ENICC 2016; ENICC 2013/2020). Para melhor visualização das dimensões desta categoria, elaborámos um esquema síntese (figura 1):

¹⁶ Vale destacar que a ENICC 2013/2020 é um plano que pretende até 2020 colocar em prática as estratégias traçadas no âmbito dos eixos primordiais indicados e neste sentido para dar respostas sobre os progressos e resultados das medidas já executadas, o ACM, responsável pelo acompanhamento e monitoramento da ENICC, elaborou um Relatório para divulgar os resultados nos anos de 2013 e 2014, para este trabalho denominamos Relatório ENICC 2013/2014, todavia o último relatório da Estratégia Nacional foi realizado em 2016, e para este trabalho identificamos como Relatório ENICC2016.

Figura 1: Dimensões do Eixo Transversal da ENICC 2013/2020



Fonte: ENICC 2013/2020 (Figura elaborada pela autora)

Um dos projetos de maior impacto nas comunidades ciganas no âmbito das dimensões da ENICC foi a criação do Projeto Mediadores Municipais, com a finalidade de formar mediadores para fazer uma ponte entre a comunidade cigana, as instituições locais e os municípios, promovendo o diálogo intercultural e o acesso aos serviços públicos dentre outros objetivos. É relevante pontuar que os mediadores são de preferência pessoas da própria comunidade cigana e a capacitação fica a cargo do IEFPP (Instituto de Emprego e Formação Profissional). De acordo com a FSG (2007b:58)

“en los contextos multiculturales, hay otras particularidades que hacen distintas y relevantes las necesidades de mediación comparadas con otros. En primer lugar estamos hablando de personas pertenecientes a grupos socio-culturales y étnicos distintos que comparten el mismo espacio social. Un colectivo mayoritario cuyos valores y códigos culturales son los dominantes y varios colectivos minoritarios que

reclaman el derecho a la diferencia y a que la hegemonía cultural no acabe con sus particularidades”¹⁷

O mediador tem uma função co participativa e cuida do cenário de preparação para que os intervenientes possam desenvolver os objetivos traçados. O mediador é também responsável, pela circulação de valores positivos e construtivos, representados com as particularidades de cada contexto. Torremorel, (2008:8) refere que “... os processos de mediação, por si só, não venham a construir a ponte social para um futuro de mais humanizado, mas sim que tais processos talvez assentem uma das pedras que nos ajudarão a cruzar o rio e ambos os sentidos...”.

De acordo com Almeida (2002) a mediação assenta em uma abordagem mais ampla, alcançando diversas categorias profissionais quando trabalhada no âmbito escolar, familiar, social e cultural potencializando os laços sociais, a harmonia, o *empowerment* e a construção da cidadania e desenvolvimento social.

Na visão de Caride (2016:13), a mediação não se esgota apenas na resolução ou acordo de conflitos e neste processo o mais importante está “*en el potencial de cambio que tiene cada persona, inmersa en un conflicto, para descubrir sus propias habilidades y desarrollando una mayor apertura hacia todas las partes litigantes*”¹⁸.

Ainda no âmbito das estratégias principais delineadas pela UE, a ENICC trabalha na articulação de políticas públicas já existentes, entretanto dispersas, objetivando uma maior proximidade com as reais necessidades das comunidades ciganas. A ENICC elaborou 40 prioridades, entre os níveis transversais e os fundamentais, todavia informamos que não serão trabalhados todas as prioridades da ENICC, e daremos maior importância as áreas de intervenção da saúde, educação e emprego que são os pontos primordiais conforme elencados nos objetivos específicos do presente trabalho e principalmente nas articulações e medidas intrínsecas de cada eixo de intervenção e sobretudo priorizando as medidas e políticas que de fato foram colocadas em ação, conforme o último relatório da ACM, elaborado em 2016.

¹⁷ **Tradução literal feita pela autora:** “em contextos multiculturais, existem outras peculiaridades que tornam as necessidades de mediação diferentes e relevantes em comparação com outras. Em primeiro lugar, estamos falando de pessoas que pertencem a diferentes grupos socioculturais e étnicos que compartilham o mesmo espaço social. Um coletivo maioritário cujos valores e códigos culturais são os dominantes e vários grupos minoritários que reivindicam o direito à diferença e à hegemonia cultural não terminam com suas particularidades” (FSG (2007b:58).

¹⁸ **Tradução literal feita pela autora:** “no potencial de mudança que cada pessoa tem, imerso em um conflito, para descobrir suas próprias habilidades e desenvolver uma maior abertura para todas as partes litigantes” (Caride, 2016:13)

Figura 2 – Eixos Principais de Intervenção Setoriais da ENICC



Fonte: ENICC 2013/2020 (figura elaborada pela autora)

2.1.1. – Políticas sociais, programas e projetos na Educação

“A escola não é só uma obrigação. É isso que queremos desmontar. A escola é um crescimento e faz com que nós possamos ser tudo aquilo que quisermos, sem nunca deixar de ser quem somos”, (Olga Mariano¹⁹, Presidente da Associação Letras Nómadas).

É visível a desigualdade e dificuldades que a comunidade cigana enfrenta no acesso à escolarização e em consequência, possuem as mais altas taxas de analfabetismo. A educação é um dos direitos fundamentais e primordiais conforme prevê a CRP-76, no Artigo 73.º, expressa que *“todos tem direitos à educação”*, por conseguinte, no Artigo 74.º, nº 2, sublinha que é de responsabilidade do Estado: *assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito.*

¹⁹ Comunicação da presidente Olga Mariano, no encontro da OPRE. Olga é cigana, estudante, militante e pioneira do OPRE- Programa Operacional de Promoção da Educação. Para maiores esclarecimentos sobre o encontro do OPRE, no site <https://issuu.com/acmemrevista/docs/acm_revista_n7>

A Declaração Universal dos Direitos Humanos²⁰, no seu Artigo 26º, no primeiro parágrafo, traduz que “*todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória...*”. No segundo paragrafo: “*a instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais...*”. E no terceiro complementa que “*os pais têm prioridade de direito na escolha do género de instrução que será ministrada a seus filhos*”.

Após o 25 de Abril, foram muitas as mudanças nas políticas públicas no campo da educação. Sendo a educação um direito universal e fundamental para o desenvolvimento do ser humano, em Portugal, a educação só passou a ser obrigatória a partir de 1974, entretanto até o 6º ano, e mais recentemente, através da Lei 82/2009²¹ de 27 de Agosto foi expandido até o 9º ano. A obrigatoriedade é aplicada a todos os cidadãos portugueses, entretanto, no que se refere a comunidade cigana, os dados apontam para um alto nível de analfabetismo e abandono escolar (Mendes & Magano 2014, Magano et al, 2014).

No âmbito das estratégias apontadas para o Eixo de intervenção da Educação, tendo em vista os obstáculos e dificuldades de inclusão e integração da comunidade cigana, a ENICC 2013/2020, apresentou 8 prioridades a serem efetuadas até 2020 tendo como parceiro a Direção-Geral de Educação (DGE) e a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) tais como:

- **Prioridade 18** – *Melhorar o conhecimento da situação escolar dos alunos e formandos ciganos na escola;*
- **Prioridade 19** – *Garantir o acesso à Educação Pré-Escolar;*
- **Prioridade 20** – *Aumentar os índices de escolarização, garantindo que todas as crianças ciganas completam a escolaridade obrigatória;*
- **Prioridade 21** – *Promover a continuidade da escolarização a nível do ensino secundário, incentivando à formação superior;*
- **Prioridade 22** – *Prevenir o abandono escolar precoce;*
- **Prioridade 23** – *Garantir o acesso à aprendizagem ao longo da vida;*

²⁰ Declaração Universal dos Direitos Humanos pode ser acessada no sitio: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em 10 de fevereiro de 2018.

²¹ Para maiores esclarecimentos, a Lei pode ser encontrada em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1750&tabela=leis. Acesso para este trabalho em 10 de fevereiro de 2018.

Particularidades da Intervenção Social com as Famílias Ciganas nas áreas da saúde, educação e emprego.

- **Prioridade 24** – *Promover a formação de agentes educativos na diversidade da cultura cigana, com a participação de elementos dessas comunidades enquanto formadores e interlocutores privilegiados;*
- **Prioridade 25** – *Promover o combate à iliteracia.*

De acordo com o Relatório ENICC 2016, foi executada conforme o Relatório a prioridade 20, das acima citadas (tabela 1):

Tabela 1: Eixos executados no âmbito da Educação pela ENICC 2013/2020

Ações/Prioridades	Medidas	Metas
Prioridade 20 Aumentar os índices de escolarização, garantindo que todas as crianças ciganas completam a escolaridade obrigatória	✓ Mobilizar as escolas, como organização, para o sucesso dos alunos ciganos.	✓ Garantir que 40% dos alunos ciganos concluem com sucesso a escola básica até 2016. ✓ Aproximar à taxa nacional, a taxa de sucesso dos agrupamentos que tem uma significativa população cigana até 2020. ✓ Diminuir a taxa de retenção repetida nas escolas que tem uma significativa população cigana, aproximando-a à taxa nacional até 2020.
	✓ Nobilitar a escola, como organização, para a gestão da diversidade cultural.	✓ Formar 1.500 docentes e técnicos.
	✓ Divulgar e valorizar a importância da frequência e conclusão da escolaridade obrigatória, junto dos pais de etnia cigana, como oportunidade de futuro.	✓ Aumentar o número de contactos regulares com as famílias ciganas em aproximadamente 30% e 60% até 2016 e 40% até 2020.
	✓ Incentivar a frequência de cursos de nível básico e secundário de dupla certificação para jovens ciganos, sempre que se revele adequado.	✓ Aumentar o nº de jovens ciganos em cursos de dupla certificação em 20% até 2016 e 40% até 2020.
	✓ Estabelecer parcerias com serviços públicos e privados da comunidade, Igrejas e tecido associativo cigano	✓ Estabelecimento de 10 parceria com serviços públicos e privados da comunidade, igreja e tecido associativo até 2016 e 2020 respectivamente.

Fonte: ENICC - 2013/2020 e Relatório ENICC 2016, adaptado para este trabalho

Destacamos que várias mobilizações foram abrangidas pelo ACM I.P. no intuito do aumento dos índices de escolarização através da interculturalidade que fazem parte dos eixos transversais. Vale aqui ressaltar que no dia 30 de Novembro de 2017, foi realizado a conferência “Educação e Comunidades Ciganas”, promovido pelo DGE em parceria com a ACM, a Agencia Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) e o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ). Tal conferência realizada no âmbito da ENICC, teve como objetivo, ressaltar a importância da integração de todos os alunos no sistema educativo bem como na comunidade e para o presidente da ACM – I.P.²², o encontro teve um grande valor e “capacidade de agir e estabelecer um diálogo permanente com as comunidades ciganas” (ACM, Dezembro 2017:27)

Na área da educação surgiram vários programas para todos os cidadãos portugueses no intuito de combater o analfabetismo, bem como para os cidadãos portugueses ciganos e em particular para as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social e exclusão escolar (Mendes, 2012; Mendes e Magano, 2014). Para a educação de adultos existem algumas medidas como o Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) que faz parte de um grande número de medidas do Sistema Nacional de Qualificações (Cursos EFA, Formação Modular de Programas e formação certificada em Competências Básicas) que permite o reconhecimento das competências, escolares, profissionais, das pessoas ciganas maiores de 18 anos. Segundo Magano et al (2014) as modalidades de ensino domésticos e ensino à distância, tem tido êxito, garantindo o acesso de crianças e jovens ao ensino. Neste sentido e resumidamente, listamos alguns dos programas que tiveram êxito, tanto a nível nacional quanto para a comunidade cigana.

❖ **Alguns programas no âmbito da Educação**

➤ **Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)²³**

²² Pedro Calado, foi eleito Presidente do Grupo de Trabalho Migrações (Working Party on Migration) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) bem como Presidente do ACM-I.P., que sucede à francesa Marie-Hélène Amiel e assumirá os dois cargos em simultâneo. Mais informações: <https://www.acm.gov.pt/-/alto-comissario-para-as-migracoes-eleito-presidente-do-grupo-de-trabalho-migracoes-da-ocde>

²³ <http://www.dge.mec.pt/teip>

Dentro das medidas criadas em esfera governamental, o TEIP que tem como abrigo a Direção-Geral da Educação, é uma das medidas de maior abrangência, que visa o combate à indisciplina, insucesso e abandono escolar, contempla atualmente 137 agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, que estão localizadas nas zonas mais carenciadas, que são marcadas pela violência, o abandono e a pobreza, que são fatores predominantes para a evasão e o insucesso escolar são fatores eminentes para o abandono e evasão escolar precoces tanto dos estudantes do sexo feminino quanto do masculino. Na comunidade cigana o abandono escolar é mais predominante no sexo feminino.

O TEIP está na sua terceira edição, tendo sua vigência desde 2012, “tendo a 1.^a e a 2.^a edições vigorado, respectivamente, a partir dos anos de 1996 e 2006” (Magano et al, 2014:44), tendo como objetivos centrais, a melhoria e qualidade da aprendizagem e no sucesso dos alunos; combater a indisciplina, abandono e absentismo; criar condições para a transição qualificada da escola para a vida ativa e promover a inter-relação entre escola, parceiros sociais e instituições de formação.

De acordo com Mendes (2014) na sequência da implementação deste programa, houve avanços significativos, menos alunos desistiram, mais jovens tiveram sucesso no fim dos cursos, aumento de professores e de técnicos como os mediadores socioculturais. Ainda de acordo com as autoras, entre os estudantes contemplados pelo programa, mais de 10% são ciganos.

❖ **Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF²⁴**

O PAQPIEF, anteriormente designado Programa Integrado de Educação e Formação criado em 1999 e sendo sucedido em 2012, pelo PAQPIEF, e agora passou a ser apenas o PIEF onde trata-se de uma medida socioeducativa de âmbito nacional. É aplicada a jovens menores de 18 anos que estão em vulnerabilidade social, em sistema de exploração laboral, exclusão escolar e social em todo o território português. O programa tem como parceiros o Ministério de Educação e Ciências e do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, sendo financiado pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH) (Magano et al, 2014). Segundo Mendes e Magano (2014), este programa tem tido êxito em especial na inserção e regresso de adolescentes ciganos ao sistema educacional.

²⁴ <http://www.dge.mec.pt/programa-integrado-de-educacao-e-formacao>

❖ **Programas Escolhas – (Sexta Geração)**

Este programa teve um grande impacto a nível nacional para a promoção da “inclusão de crianças e jovens oriundas dos contextos socioeconómicos mais vulneráveis” (Calado, 2014:60 *cit in* Magano et al 2014). O Programa Escolhas já passou por várias fases, a primeira teve início em 2001 e durou até 2003 e abrangia jovens em situação de vulnerabilidade social nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. No momento presente, o programa está na sua Sexta Geração²⁵ que decorrerá até 31 de Dezembro de 2018. O programa tem parceria com o Conselho de Ministros e integrado no ACM. Importante ressaltar que na quinta geração do programa (2013/2015) foi aprovado de 113 projetos sendo que em cerca de 85 contemplavam crianças e jovens ciganos (Mendes e Magano 2014).

Um fato importante e que merece destaque, foi o 1º Encontro do Programa Operacional de Promoção da Educação (OPRE), realizado entre os dias 19 e 20 de Novembro de 2017, onde 25 jovens, sendo 14 raparigas e 11 rapazes, tanto para instituições de ensino superior quanto para áreas de competências, todos da comunidade cigana e estudantes do ensino superior, receberam bolsas de estudos para que pudessem concluir seus objetivos O Encontro é uma iniciativa do Programa Escolhas do ACM, em parceria com a Associação Letras Nómadas. Para um dos jovens, Almerindo, “é o princípio de um sonho” (ACM 5 Janeiro 2017:34). Importante esclarecer que 25 jovens oriundos de 18 concelhos é um número pequeno diante do quantitativo de pessoas ciganas em Portugal, conforme tabela 4.

Ressaltamos que dos programas apresentados, averiguamos que não há programas específicos direcionados para a comunidade cigana na área da educação, tendo em conta as especificidades da comunidade, tais programas, medidas e políticas públicas são a níveis nacionais. Veremos no próximo subtem as medidas, políticas e projetos no âmbito do trabalho.

²⁵ “O Programa Escolhas (PE) irá financiar 90 projetos, 88 em território nacional e duas experiências internacionais, no Luxemburgo e Reino Unido, os quais poderão ser renovados anualmente até final de 2018. Paralelamente o Regulamento do Programa prevê que possam ser financiados novos projetos para os anos de 2017 e 2018, estimando-se que o número de projetos financiados possa chegar a 130 no final do ano de 2018. Estima-se que os 90 projetos irão envolver no total dos três anos, cerca de 75.000 participantes, sendo que 22 situam-se na zona norte, 12 no Centro, 40 em Lisboa, 4 no Algarve, 7 no Alentejo, 3 projetos nas Regiões Autónomas e 2 projetos no território europeu, um no Luxemburgo e outro no Reino Unido”. Essas informações foram obtidas no endereço electrónico do programa <http://www.programaescolhas.pt/>

2.1.2. – Políticas sociais programas e projetos do Emprego

A integração socioprofissional é um dos princípios primordiais para uma boa qualidade de vida social de um cidadão. É neste contexto que apresentamos algumas medidas e programas, sob a tutela do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e financiados pelo IEFP, que segundo Magano et al (2014:46) “propõem apoiar a inserção ou reinserção profissional de pessoas desempregadas, promover e empregabilidade e fomentar a sua contratação”. Em âmbito geral de políticas públicas, destacamos no campo da inserção social, a medida Mercado Social de Emprego, criado em 1996, promovendo o emprego as pessoas em situação de maior grau de vulnerabilidade social potencializando a reintegração ou integração desses cidadãos no mercado de trabalho.

Neste seguimento, e também em 1996, outra medida social implementada em Portugal que de início ficou conhecida como Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e atualmente é denominado por Rendimento Social de Inserção (RSI), é uma medida de política social de âmbito nacional com grande relevância no enfrentamento da pobreza e contempla todas as famílias portuguesas e por conseguinte, as famílias ciganas. Para Rodrigues (2010:218), o RSI “é um instrumento de política social que exige mudanças nas estratégias e nos meios de trabalho utilizados pelos técnicos no desenvolvimento do seu próprio trabalho social”. De acordo com Magano *et al* (2014:36) o RSI “traduz numa prestação pecuniária dirigida aos indivíduos e famílias mais pobres, para que possam satisfazer as suas necessidades básicas, tendo por base a conceção da relevância dos mínimos sociais necessários para sobreviver com dignidade”. Neste sentido, segundo Branco (2003), algumas pessoas caracterizam de forma pejorativa e discriminatória ao referenciar a pessoa cigana beneficiária do RSI como “subsídio-dependentes”.

Entretanto, houve mudanças na legislação do RSI, passando a ser transitório, constituindo direitos e deveres ou seja, é preciso o cidadão beneficiário, participar de alguma formação profissional, a procura ativa de emprego (Magano *et al*, 2014; Branco, 2003), ou de prestação de serviços à comunidade. Na Constituição da Republica, Artigo 58º, do Direito ao Trabalho, o n. 1 rege que todos tem direito ao trabalho. No n. 2, cabe ao Estado promover e executar políticas de emprego, garantir a igualdade de género nas oportunidades da escolha da profissão bem como a formação cultural, técnica e valorizar o profissional.

Dentro das medidas da ENICC foram criadas 7 prioridades em parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional I.P. (IEFP, I.P.) quais sejam:

- **Prioridade 30** – *Promover um maior conhecimento das comunidades ciganas;*
- **Prioridade 31** – *Capacitar os serviços e adequar respostas formativas às especificidades das comunidades ciganas;*
- **Prioridade 32** – *Potenciar o acesso ao emprego e à criação do próprio emprego;*
- **Prioridade 33** – *Aumentar as qualificações com vista à integração no mercado de trabalho;*
- **Prioridade 34** – *Desenvolver uma abordagem integrada junto das comunidades ciganas, privilegiando o trabalho em parceria;*
- **Prioridade 35** – *Revitalizar as atividades tradicionais das comunidades ciganas para a sua integração socioprofissional;*
- **Prioridade 36** – *Desenvolver ações de informação / sensibilização e de divulgação de boas práticas.*

Conforme as prioridades acima listadas, traçadas pela ENICC 2013/2020, segundo o Relatório ENICC / 2016 foram executadas até o presente momento as prioridades 30 e 32:

Tabela 2: Eixos executados no âmbito do Emprego pela ENICC 2013/2020

Ações/Prioridades	Medidas	Metas
PRIORIDADE 30 ✓ Promover um maior conhecimento das comunidades ciganas.	✓ Identificar potenciais destinatários da iniciativa.	✓ Todas as medidas listadas com início a partir de 2013.
	✓ Promover a inscrição dos desempregados ou à procura do primeiro emprego, nos Centros de Emprego, ou proceder à actualização dos registos já existentes.	
	✓ Fazer levantamento de intervenções anteriores e encaminhamento para medidas de formação ou emprego.	✓ Em 2013, com início logo após conclusão da fase anterior.
	✓ Criação de espaços de diálogo	
PRIORIDADE 32	✓ Contratualizar as ações a implementar	✓ Em 2013; ✓ Envolvimento progressivo de todo o universo – 1.500 pessoas/ano até 2020.

✓ Potenciar o acesso ao empregado por conta de outrem e à criação do próprio emprego.	✓ Ajustar em ofertas de emprego disponíveis.	✓ Início em 2013 ✓ Realização de 100 colocações/ano até 2020
	✓ Recorrer à rede Gabinete de Inserção Profissional (GIP) como complemento dos Centros de Emprego;	✓ 2013 e anos seguintes
	✓ Ativar o Programa de Estágio Profissional – qualificação mínima nível 2 (candidatos com mais de 30 anos) e nível 4 (candidatos até 30 anos).	✓ Início em 2013; ✓ Promoção de 40 estágios/ano até 2020.

Fontes: ENICC/2013/2020 e Relatório ENICC 2016, adaptado para este trabalho.

Nas medidas específicas que abrangem as pessoas ciganas, foram destacadas na tabela acima as propostas e prioridades da ENICC 2016/2020, no Eixo do Emprego e Formação, que conforme o Relatório ENICC 2016, foram executadas, isso não significa que tenha sido na sua integridade e sim, que foi posto em ação algumas medidas e metas nesta área.

2.1.3. – Políticas sociais, programas e projetos na Saúde.

As desigualdades sociais, instrumento presente na sociedade moderna, traduz o reflexo de um povo, uma comunidade, um país, uma nação. Nesta linha, a saúde é um revelador da desigualdade nas comunidades ciganas, esse indicador revela-se tendo em conta a baixa qualidade de vida, as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, a deficiência educacional, no cuidado com a saúde, dentre outros fatores que geram a invisibilidade e exclusão social.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece que a saúde é “um estado de bem-estar físico, mental e social e não apenas como ausência de doenças ou enfermidades” (FSG, 2007a:21) é um direito fundamental, universal e gratuito que deve ser garantido a todas as pessoas. A CRP, no Artigo 64º, nº 1, assegura o direito a todos os cidadãos à proteção da saúde e por conseguinte, no nº 2, alínea “a”, assenta que esse direito é realizado pelo Serviço Nacional de Saúde, é “universal e geral” entretanto “tendencialmente gratuita” considerando as condições sociais, económica e culturais do cidadão, essas condições asseguram a qualidade de vida das crianças, juventude e

idosos. A proteção à saúde é dever do Estado, bem com a elaboração e regulação de políticas públicas que assegurem os direitos do cidadão, conforme rege a Constituição.

Após o 25 de Abril, Portugal teve um avanço significativo na consolidação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), respeitando entretanto os princípios fundamentais da Constituição de 1976. Para além do SNS e mais recentemente, foi elaborado o Plano Nacional de Saúde (PNS), este no entanto, mais focado em um conjunto de políticas e documentos que visam “maximizar os ganhos em saúde através de esforços de todos os sectores da sociedade” (Magano, *et al* 2014). O PNS teve sua última revisão em 2015 e tem duração até 2020²⁶, o primeiro documento iniciou em 2012. Neste âmbito, foram actualizados 4 eixos estratégicos do plano anterior, quais sejam: cidadania em saúde. Equidade e acesso adequado aos cuidados e serviços de saúde, qualidade e políticas saudáveis. Foram criados entretanto, vários programas, que abrange a comunidade em geral, o Programa Nacional para a Prevenção e Controle de Tabagismo; Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA e o Programa para a Promoção da Alimentação Saudável. Outro programa no âmbito do SNS é a Direção-Geral da Saúde, que tem por valores a “Equidade e Universalidade no Acesso à Saúde; Rigor Científico e Ético nas Decisões em Saúde; Profissionalismo, Flexibilidade e Colaboração e a Transparência e Responsabilidade”²⁷.

No campo da ENICC 2013/2020, os projetos para as pessoas ciganas possui medidas adaptadas tendo em vista as especificidades da comunidade cigana. Dentro dessas especificidades salientamos que a conceção de saúde para a comunidade cigana é diferente da forma como é definida pela sociedade em geral. Neste sentido, quatro são as prioridades apontadas pela ENICC em parceria com a Direção-Geral da Saúde quais sejam:

- **Prioridade 37** – *Promover ações de formação/informação sobre educação para a saúde e serviços disponíveis;*
- **Prioridade 38** – *Contribuir para ganhos em saúde das comunidades ciganas, apostando na prevenção;*
- **Prioridade 39** – *Sensibilizar e formar os profissionais de saúde para a diversidade cultural;*
- **Prioridade 40** – *Criar e/ou aprofundar as relações de proximidade entre os serviços de saúde e as comunidades ciganas, estabelecendo pontes e dinamizando parcerias.*

²⁶ Mais informações encontra-se no endereço electrónico: <http://pns.dgs.pt/pns-revisao-e-extensao-a-2020/>

²⁷ Valores expressos no site da Direção-Geral da Saúde que podem ser acessados no sitio: <https://www.dgs.pt/a-dgs/visao-e-valores.aspx>

Conforme o último relatório ENICC 2016, no Eixo da Saúde, das prioridades elencadas, foram executadas:

Tabela 3: Eixos executados no âmbito da Saúde pela ENICC 2013/2020

Ações/Prioridades	Medidas	Metas
Prioridade 37 ✓ Promover ações de formação/informação sobre educação para a saúde e serviços disponíveis	✓ Fazer o envolvimento do tripé: associações ciganas, instituições de saúde e comunidade ciganas	✓ Promoção de 10 campanhas de informação adaptadas às especificidades das comunidades ciganas. Cinco, até 2016, e cinco, até 2020.
Prioridade 38 ✓ Contribuir para ganhos em saúde das comunidades ciganas, apostando na prevenção	✓ Promover consultas de vigilância de grávidas; a utilização de cheque dentista para a saúde oral de crianças e jovens;	✓ Realizar de cinco sessões/ano de informação / sensibilização sobre maternidade precoce, acompanhamento pediátrico das crianças, hábitos de alimentação saudáveis junto destas comunidades, com a colaboração das associações/serviços que trabalham com estas comunidades

Fontes: ENICC/2013/2020 e Relatório ENICC 2016, adaptado para este trabalho.

As prioridades da tabela acima, são diretrizes da ENICC 2013/2020, no relatório ENICC 2016, esclarece que das metas listadas nem todas foram executadas, entretanto no que diz respeito a prioridade 38, informa que todas as metas traçadas foram executadas, ou seja, as ações sobre a maternidade precoce, os bons hábitos de alimentação, o acompanhamento pediátrico dentre outros.

❖ **Comunidade cigana e saúde**

Dentro das especificidades que a ENICC 2013/2020 teve de levar em conta sobre as comunidades ciganas no Eixo Saúde, salientamos que a conceção de saúde para a comunidade cigana é diferente da forma como é definida pela sociedade em geral, ela não é entendida como prioridade e sim é definida como ausência de doença, para as pessoas ciganas, há outras prioridades como habitação, situação económica, dentre outras, neste sentido é preciso compreender as especificidades intrínsecas à pessoa de origem cigana e o sistema de saúde pública.

Há várias formas da comunidade cigana se comportar aos fenómenos relativos aos sintomas e à dor, e para além disso, há também outra forma de comportamento relativamente a todo o sistema de saúde. Desta forma se a equipa de saúde, em

especificamente o profissional de Serviço Social for conhecedor dessas particularidades, a intervenção será mais pontual e eficaz.

As particularidades dos elementos culturais que implicam no processo de ligação entre a comunidade e a saúde estão interligadas também com as condições de saneamento básico, a carência na área educacional, nas precárias condições habitacionais e de acordo com a FSG (2007a) essas desigualdades não surgem exclusivamente das variáveis socioeconómicas, elas advém da falta de integração e inclusão, do fato de serem a principal minoria étnica em Portugal (Magano, et al 2014; Mendes, 2012) e todos esses fatores influenciam no comportamento da comunidade e das pessoas ciganas em relação às doenças.

Neste sentido, quando os profissionais conhecem os elementos culturais que implicam o processo da saúde com minorias, a intervenção, as políticas sociais, os projetos vão ao encontro das especificidades das pessoas dessas pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social. Nesta perspetiva, a FSG (2007a:23) identifica alguns fatores das especificidades das comunidades ciganas que deve ser levado em conta pelos profissionais que trabalham na área da saúde:

❖ “Nas comunidades ciganas, a saúde não é entendida como uma necessidade prioritária, existem outras maiores e urgentes.

❖ As comunidades ciganas definem a saúde como ausência de doença, e a doença como uma situação de “incapacidade” ligada à morte. Nesta perspectiva de saúde e doença tem algumas consequências:

- *A preocupação pela saúde começa quando aparecem sintomas, o que torna mais difícil trabalhar a prevenção;*
- *Quando surge alguma doença a intervenção deve ser imediata e resolutiva pela relação directa que estabelecem entre doença e morte;*
- *O diagnóstico supõe “atribuir um nome ao que se tem”. A atitude perante ela é contraditória, sendo de clara evitação quando não surgem sintomas e consequências incapacitantes;*
- *O médico é uma figura contraditória: por um lado possui conhecimentos para “curar” e por outro é quem diagnostica e descobre a doença;*
- *Se graças ao tratamento desaparecem os sintomas, os procedimentos terapêuticos são abandonados.*

✓ Os cuidados de saúde são remetidos para a mulher.

✓ O imediato e a necessidade de curar as doenças de forma mais rápida possível, isso tem relação com a forte associação da doença e da morte. Em

algumas situações, a consequência é uma inadequada utilização de alguns recursos de saúde:

- *Excessiva utilização dos serviços de urgências;*
- *Escassa utilização de serviços de ambulâncias, sendo a própria família a fazer o transporte;*
- *Escassa utilização dos centros de saúde”.*

Observamos entretanto que no que diz respeito a relação da comunidade com saúde vai muito além da percepção do profissional ou de facto este precisa estar isento de estereótipos, discriminação ou preconceito. Percebemos que a mulher é a responsável pelos cuidados em relação a saúde familiar. A relação com médicos ou enfermeiros e demais profissionais de saúde, muitas das vezes é conflituosa e por vezes a pessoa cigana ignora o diagnóstico e vai em busca de tratamentos terapêuticos (FSG, 2007a). De acordo com Silva (*et al* 2002) em uma pesquisa realizada e apresentada em um congresso de Sociologia, observaram que a instituição sanitária, ou seja, a equipa de saúde, descreve as pessoas ciganas como rebeldes ao funcionamento burocrático dos serviços, são insubmissos às orientações médicas em especial no que diz respeito à internamento e procuram outras alternativas e apenas quando o caso já é crónico é que de fato compreendem e aceitam os prognósticos médicos.

Outro ponto a salientar é a presença de um grande número de pessoas ciganas nas portas dos hospitais quando um do grupo está hospitalizado, segundo Mendes (2012) a equipa de saúde percebe essa atitude como provocadora e por vezes desrespeitosa, uma vez que os ciganos são não submissos às regras institucionais, o que leva a conflitos e por vezes são representados pelos media de forma preconceituosa e estereotipada.

No que concerne a cultura cigana no âmbito da saúde, A FSG (2007a) apresenta em seus estudos para orientar os profissionais de saúde na intervenção com a comunidade, existem três modelos médicos: o *Modelo tradicional*, que ainda é comum, ou seja, os terapeutas tradicionais que previnem e tratam de muitas doenças que eram relacionadas com as “não doenças” como mal olhado; inveja; dentre outros. O segundo, *modelo científico*, representado pelo médico e farmacêutico, neste caso as pessoas ciganas recorrem ao médico quando o assunto não é grave e quando se torna, recorre às urgências e o terceiro, modelo é o da *Igreja evangélica*, neste para as pessoas ciganas, a igreja é capaz de tratar de todos os males que a medicina não tem eficácia, como por exemplo, o cancro, a Sida/VIH, ou seja, pelo poder da fé.

Não obstante, Nunes (1996) salienta que as curandeiras e magias ainda persistem em seio cigano, quando das doenças graves, é para as “mediadoras de salvação” que recorrem e ainda segundo o autor, as curandeiras são mulheres com “poderes sobrenaturais” acompanhados de remédios naturais, através de ervas.

❖ **Situação da saúde das populações ciganas**

A resistência da comunidade cigana aos serviços de saúde, provocam alguns fatores que poderiam ser prevenidos, a FSG (2007a) salienta que há várias patologias que estão relacionadas ao sedentarismo, diabetes, hipertensão, a precária alimentação e nas crianças os maiores problemas conforme indica o ENCC (Magano et al 2014), estão centralizados na higiene oral, nas mulheres os casos de depressão, e um dos problemas que afetam os jovens, a toxicodependência.

Houve um avanço na vacinação das crianças, tal melhoria se deve ao apoio das instituições e serviços públicos que por vezes só através de imposições como os cortes aos benefícios sociais é que conseguem realizar a vacinação na comunidade infantil cigana (FSG, 2007a; Magano, et al 2014). A maternidade precoce é um fator pontual uma vez que o casamento na comunidade é realizado na adolescência, e neste quesito, não há acompanhamento pré-natal o planeamento familiar (entretanto, algumas jovens ciganas já vem fazendo uso da contraceção) e os partos por vezes são feitos em casa e sem acompanhamento (Correia, 2011). Já existem famílias ciganas com médicos e enfermeiros da família que ajudam na adaptação e prevenção e identificação das doenças

As precárias habitações, sem condições mínimas de higiene, a vivência na mendicidade, o uso da água não tratada, dentre outros fatores, colocam a população cigana “nas camadas sociais em situação de precariedade económica e social” (Silva, 2002:4).

3. – Distribuição das comunidades ciganas por municípios

Portugal possui 308 municípios, são 278 no Continente, 19 nos Açores e 11 na Madeira. Dos primeiros estudos realizados em Portugal para se ter em conta o quantitativo de pessoas ciganas, Magano *et al* (2014) identificam que:

Tabela 4: Estimativas sobre o quantitativo de pessoas ciganas em Portugal

AUTOR / ESTUDO	ANO	REFERENCIAS	QUANTITATIVO
Nunes	1996 – Estudo realizado na década de 70	-	20 Mil ciganos
<i>European Roma Rights Center</i>	1998	(OCDE s. d.)	90 – 100 Mil ciganos
<i>SOS Racismo</i>	2001	-	21.831 Indivíduos ciganos
Castro	2004	-	34 Mil ciganos
ERRC/Numena	2007		50 – 60 Mil ciganos
Castro / <i>SOS Racismo</i>	2012	-	40 568 Pessoas ciganas
<i>Estratégia Nacional para a Integração dos Ciganos em Portugal</i>	2013	(ACIDI)	40 – 60 Mil ciganos

Fonte: Estudo Nacional sobre as Comunidades ciganas (Magano *et. al*, 2014)

Nestes primeiros estudos, é visível a imprecisão do quantitativo de indivíduos de origem cigana em Portugal. Observa-se que em 1998 a *European Roma Rights Center*, em sua pesquisa, indica um número de 90 a 100 mil pessoas ciganas, entretanto, o último registro da *Estratégia Nacional para a Integração dos Ciganos em Portugal (ENICC, 2013/2020)*, oficializa um quantitativo de 40 a 60 mil, de acordo com essas estatísticas é notável que não há um recenseamento para que se possa obter um número preciso de pessoas ciganas que vivem em Portugal. Alguns teóricos relatam que o nomadismo, uma das principais características dessa população, é um dos componentes impeditivos para a realização de um censo com essa comunidade. Entretanto Portugal não emprega o termo “etnia” quando realiza um censo e neste sentido resulta o grande desconhecimento sobre tudo o que envolve a comunidade cigana, o que dificulta a criação das medidas específicas de intervenção (Magano *et al*, 2014)).

Em 2014, Olga Magano, Manuela Mendes e Pedro Candeias, realizaram no âmbito da ENICC 2013/2020, o Estudo Nacional Sobre as Comunidades Ciganas, em parceria com o ACM e o OBCIG, neste estudo, os pesquisadores idealizavam delinear o número de pessoas ciganas residentes em Portugal, para tal foram enviados inquéritos via *email* às autarquias em todo o território nacional. Foi realizado um inquérito aos municípios para perceber o número de comunidades ou núcleos residenciais de pessoas ciganas, foi obtido em âmbito do território nacional um quantitativo de 822

comunidades ou núcleos. Por ordem de importância, os autores do estudo Magano (et al, 2014), identificaram que Faro foi o distrito com maior número de respostas, em um valor de 12,4%, seguido de Lisboa com 11,6% e Porto com 10,2%. Para melhor compreensão utilizamos a tabela identificada no ENCC 2013/2014.

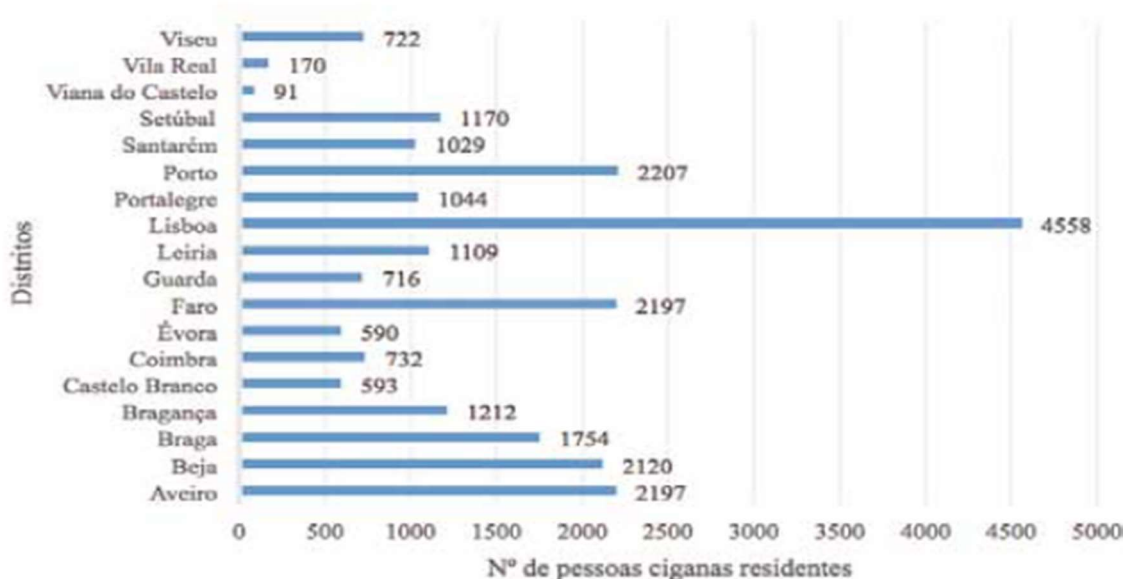
Tabela 5: Comunidades e núcleos residenciais de pessoas ciganas por Distrito

<i>Distritos</i>	<i>Número</i>	<i>Porcentagem</i>
Aveiro	87	10,6%
Beja	62	7,5%
Braga	45	5,5%
Bragança	49	6,0%
Castelo Branco	27	3,3%
Coimbra	20	2,4%
Évora	6	0,7%
Faro	102	12,4%
Guarda	48	5,8%
Leiria	47	5,7%
Lisboa	93	11,3%
Portalegre	23	2,8%
Porto	84	10,2%
Santarém	59	7,2%
Setúbal	17	2,1%
Viana do Castelo	7	0,9%
Vila Real	4	0,5%
Viseu	42	5,1%
Total	822	100%

Fonte: Tabela retirada do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (Magano, et al 2014:143)

Do inquérito realizado pelo ENCC 2013/2014 para explorar quais municípios Portugueses existem pessoas ciganas, foi averiguado um total de “24.210 indivíduos”, os pesquisadores esclarecem entretanto que o quantitativo não pode ser considerado como sendo o total de pessoas ciganas em Portugal, e sim que em “cerca da metade dos municípios continentais, foi declarado o conhecimento de 24.210 ciganos” (Magano et al, 2014:144). Na imagem abaixo, mostra de forma visível, o número de pessoas por distritos conferidos nas Comunidades conforme listados na Tabela n. 5.

Figura 3: Número de Pessoas por Distrito



Fonte: Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (Magano *et al*, (2014:145)

Da figura acima, podemos observar que Viana do Castelo é o distrito com menor número de pessoas ciganas seguida de Vila Real com 170. Lisboa lidera com um total de 4.558, seguida de Aveiro com 2.197 ciganos residentes.

O Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG) apresentou em 2016 um aprofundamento do “Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas”, ou seja, os pesquisadores, Carlos Sousa (Coordenador da pesquisa) e Liliana Moreira, fizeram um estudo mais aprofundado sobre as comunidades ciganas em 2015/2016, apurou um total de **1.287** portugueses ciganos em território nacional, entretanto esse número foi apurado tendo em vista as respostas de 159 Câmaras Municipais e 65 delas declararam não ter conhecimento de pessoas ciganas nessas localidades. Já o ENCC 2013/2014 apresentou **24.210** pessoas ciganas em território nacional, para este estudo os coordenadores obtiveram resposta de 149 camaras municipais e 36 declararam não ter conhecimento de ciganos em suas terras.

Com estes estudos podemos ter um número mais preciso de pessoas ciganas em território português. Somando os dois estudos constatou-se um valor de **37.089** pessoas ciganas residentes em Portugal.

Observamos que a nível de dados de pessoas ciganas por municípios, o ENCC 2013/2014, conforme figura 3, indica um percentual significativo de pessoas em Lisboa

e em seguida está o Porto, o mesmo acontece à figura 5, dos estudos da OBCIG 2015, regista que há uma maior expressão de pessoas ciganas, “quer em termos absolutos, quer em termos relativos” residentes por freguesia. Segundo a OBCIG, conforme a reforma administrativa que foi elaborada em 2013, existem em Portugal 3092 freguesias e destes foram identificados 704 onde residem portugueses ciganos (ACM 5, 2017).

Figura 4: Portugueses Ciganos por município de residência



Fonte: OBCIG – ACM em revista n. 05 – Diálogo Inter-Religioso de Janeiro de 2017

Face à amostra apresentada pelo OBCIG 2014 faz-se necessário verificar quais são as políticas públicas, os programas e medidas adotadas pelo governo português para atender as necessidades dessa população, respeitando sua cultura, identidade e especificidades.

Salientamos todavia que a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, delineou metas, propostas e prioridades, sem antes fazer um estudo sobre a população cigana em Portugal para se obter resultados face às necessidades intrínsecas à comunidade.

Conforme o Relatório 2013/2014 da ENICC, sobre as ações realizadas, um total de 143, o Eixo Transversal teve maior impacto, enquanto o da saúde, apenas uma ação foi concretizada. Foram realizadas 80 ações em 2013 e 60 ações em 2014, conforme tabela 6:

Tabela 6: Números de ações realizadas ao abrigo da ENICC 2013/2020

Eixos das Ações realizadas pela ENICC	Números de Ações
Transversal	85
Educação	33
Emprego e Formação	15
Habitação	9
Saúde	1
Total	143

Fonte: Relatório ENICC 2013/2014 (ENICC, 2013/2014:25)

Segundo os valores de ações concretizadas no Relatório 2016, o Eixo Transversal continua com maior peso nas ações desenvolvidas. De acordo com os valores recolhidos dos pontos focais da estratégia, foram implementadas 605 ações ao total (tabela 7). Vale ressaltar que no âmbito da saúde conforme explica o relatório: “as ações implementadas no Eixo da Saúde [...] as mesmas abrangem outros públicos e não exclusivamente a população cigana” (ENICC, 2016:28). Tabela 7:

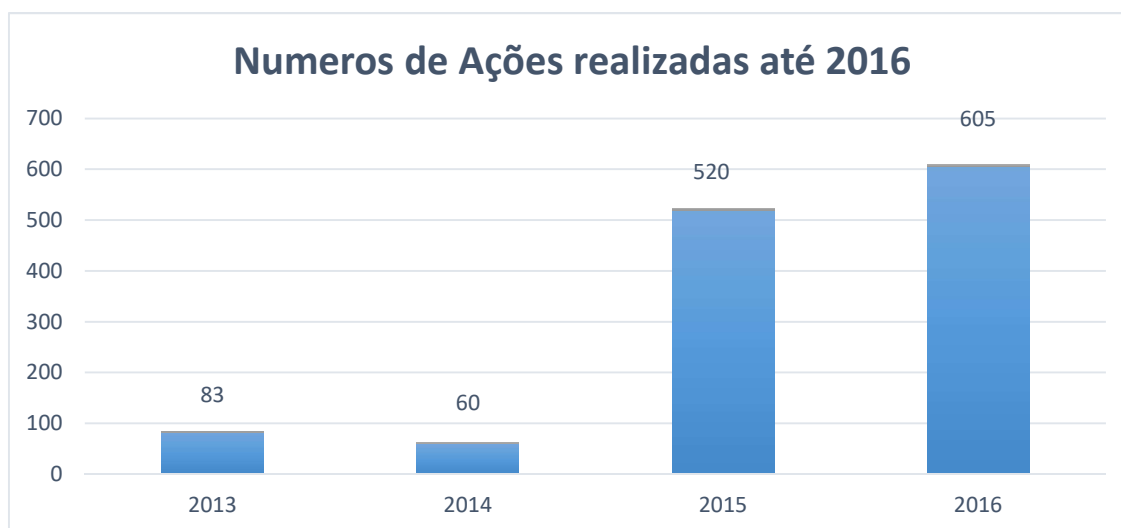
Tabela 7: Números de ações realizadas ao abrigo da ENICC 2013/2020

Eixos das Ações realizadas pela ENICC	Números de Ações
Transversal	240
Educação	13
Emprego e Formação	121
Habitação	1
Saúde	203
Total	605

Fonte: Relatório ENICC 2016 (ENICC, 2016:28)

No somatório de ações da ENICC 2013/2020, os números revelam um aumento de mais de 627% desde a implementação em 2013 até 2016 (Gráfico 1):

Gráfico 1: Ações realizadas até 2016 pela ENICC 2013/2020



Fonte: ENICC (2017:27)

Neste sentido, observamos que as ações apresentadas no gráfico acima, no que diz respeito ao ano de 2016, e o elevado número de ações, se dá tendo em conta uma maior visibilidade da Estratégia, bem como maior empoderamento e empenho das entidades que estão a frente dessa gama de prioridades destinadas a um grupo estigmatizado e invisibilizado.

Considerando a singularidade da trajetória histórica da população cigana em Portugal, ressaltamos com evidência que há um atraso histórico no que traduz aos estudos das políticas sociais nas áreas da educação, saúde e emprego, bem como de

outras áreas não apontadas neste estudo e que são também relevantes, e como descreve Costa (1995:20 *cit. in* Silva:65):

“Há que respeitar a específica mundividência do povo cigano, a sua cultura e tradições, aquilo que os fez sobreviver como comunidade autónoma, apesar de cinco séculos de repressão violenta. A diversidade, a diferença, o pluralismo são aliás conaturais a um Estado de Direito como o nosso”

CAPÍTULO II – SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIAS CIGANAS

Introdução

O estudo da família e o interesse por ela tem vindo a aumentar nos últimos anos essencialmente devido às modificações e transformações intrínsecas às novas denominações da sociedade moderna. Tal interesse verifica-se não só no de campo de investigação das Ciências Sociais e Humanas como também nos próprios programas de ações das diferentes esferas, tanto no plano social, governamental quanto no individual e coletivo.

Nesta perspectiva, o Serviço Social é uma profissão que historicamente atua na área das relações sociais, baseando sua *práxis* no ser social, na garantia dos direitos humanos, da justiça social e equidade e na construção de uma nova ordem societária (Oliveira, 2015), sendo uma das poucas profissões que atua mais diretamente junto às famílias e às demandas provenientes das mesmas. Amaro (2015:113), afirma que o assistente social é

“um profissional especializado na área das ciências sociais e humanas com capacidade de intervenção, planeamento e investigação, e que atua em três níveis distintos: indivíduos, grupos e comunidades. Recorre a procedimentos especializados, como o diagnóstico ou a entrevista, e age com o propósito de identificar e resolver os problemas [...] adaptando-o e tornando-o útil à sociedade”

Para além dos níveis citados pela autora acima, consideramos pertinente acrescentar outro nível, o das famílias, que deve ser estudado na sua complexidade e

subjetividade e a intervenção não pode ser centrada em um único indivíduo e sim de forma sistémica. Neste sentido e indo ao encontro das perspetivas do manual elaborado pelas Nações Unidas, *Human Rights and Social Work*²⁸, o profissional de Serviço Social trabalha a diversos níveis, ao nível individual e da família (nível micro); ao da comunidade (nível meso) e ao nível de sociedade – nacional e internacional (nível macro). Nesta senda, Campanini (2015:2) destaca que na intervenção com as famílias, “parte-se do principio de que esta pode ser considerada um grupo com história, um sistema aberto autorregulador e, como tal, sujeito às propriedades dos sistemas”

Nesta otica, Freitas, Braga & Barros (2010) destacam que a necessidade de pensar a família e partir de um único arranjo e parâmetro é impossível, visto que, a realidade apresenta um conjunto de arranjos familiares. Essa situação leva a definir famílias e não família para melhor entendimento do conceito. A importância de analisar a família no plural leva a pensa-la na sua diversidade de relações, tanto nas categorias de classe e género como numa relação que é historicamente construída e mutável.

Nesta senda, este capítulo leva-nos a compreender e perceber que o assistente social possui uma relação historicamente construída no âmbito da intervenção social com as famílias, assim, procuramos de forma simples, fazer uma breve contextualização da intervenção social como uma especificidade do trabalho dos (as) Assistentes Sociais, incluindo as famílias ciganas e nestas, procurando compreender os seus valores identitários culturais, seus hábitos, tradições, levando-nos a uma análise de como olhamos o “outro” dentro de suas especificidades, baseado no respeito, justiça e equidade.

1. – A Família – breve contextualização.

Historicamente, a família moderna, estabeleceu-se no século XVIII, a partir da ascensão da burguesia, quando novos valores de vida privada como a afetividade entre marido e mulher e entre pais e filhos foram surgindo. Foi nesse momento que a família se organizou em torno da criança e ergueu entre ela mesma e a sociedade, o muro da vida privada (Ariès 1986). Diferentemente da burguesia, a família medieval não possuía função afetiva e suas principais finalidades eram: a conservação dos bens, o exercício

²⁸ Direitos Humanos e Serviço Social – Manual para as Escolas e Profissionais de Serviço Social – Manual organizado pelas Nações Unidas. Tradução de Raquel Tavares e revisão técnica de Francisco Branco e Manuela Portas – ISSScoop. Primeira edição de Dezembro de 1999. Página 17.

colectivo de um ofício, a ajuda recíproca e a transmissão da vida. Com a ascensão da burguesia, ocorre um processo gradativo de privatização da família em que o espaço privado passa a ter, progressivamente, um valor muito grande e, proporcionalmente, um distanciamento da vida colectiva e da comunidade (Ariès, 1986).

As famílias a partir do início do Século XX passaram por transformações profundas, principalmente quando se introduziu o divórcio, em 1977 (Vaitsman, 1994) em que as relações conjugais não formalizadas legalmente também se generalizaram, como por exemplo, o número de pessoas que viviam com parceiros que não eram os pais e as mães dos próprios filhos e o aumento de separações e novos casamentos, assistindo-se a uma nova construção social da família.

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando (Kaloustian, 1994). Nesta ótica, Rey e Martinez (1989:143) afirmam que a “família representa, talvez, a forma de relação mais complexa e de ação mais profunda sobre a personalidade humana, dada a enorme carga emocional das relações entre seus membros” é neste contexto que as relações familiares são definidas e regulamentadas, sendo que os acontecimentos da vida individual (esfera privada) têm um impacto significativo nas relações públicas (esfera pública).²⁹

Hoje o modelo familiar não é composto apenas de um pai, mãe e filhos, pois esse modelo já não está associado à família contemporânea. Para compreender as novas configurações de ‘família’, é imprescindível analisar a partir da ótica da ‘multinuclearidade, modificando assim, os “limites tradicionais identificados entre família e ambiente, de modo a assumir a dimensão interface em vez da de barreira” (Campanini, 2015:3). Ou seja, as barreiras podem ser quebradas como por exemplo, as famílias podem ser constituídas por um só membro, como uma pessoa idosa que mora

²⁹ Hanna Arendt (1906-1975) em sua obra “A Condição Humana” (2017:59;62;68) define a Esfera Pública como “o Comum”. Para a autora, o termo “público” pode ser visto sob duas óticas: primeira, que “tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem maior divulgação possível”, segundo, a palavra “pública” significa “o próprio mundo na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele” ou seja, primeiro, uma vez que a nossa percepção da realidade é limitada e não temos controle sobre tudo e segundo, é comum e ao mesmo tempo estranho, uma vez que nos sentimos pertencente ao todo e por vezes nos sentimos “fora da caixa”. Quanto à Esfera Privada, a autora atribui à “propriedade” ou seja aquilo que é privado. Salienta as relações que aí se estabelecem, ou seja, a família. Referencia também a questão do “privado” que significa para a autora viver desprovido de coisas fundamentais à vida humana e na atualidade é denominado como “fenómeno da solidão” segundo Hannah, esse fenómeno faz com que o homem destrua a esfera pública quanto a privada e consequentemente o seu lugar no mundo.

só ou uma mulher ou homem que vivem sozinhos, as mães que vivem sozinhas com seus filhos, as famílias recompostas, como os segundos casamentos, ou simplesmente a união de uma mulher com outra, ou de um homem com outro, uma vez que cresce a legitimidade das uniões homoafetivas, e por vezes com filhos legítimos ou adotados, ou seja, já não se pode mais ter um conceito literal para a palavra família.

É nesta dimensão da intervenção social profissional que as famílias ciganas, sendo uma das comunidades mais estigmatizadas e vulneráveis em Portugal, constituem uma temática especificidade do Serviço Social.

2. A intervenção Social como categoria de trabalho do Serviço Social

Em Portugal, assim como em vários outros países, o Serviço Social surge em contextos de lutas intrinsecamente relacionadas com as transformações económicas, políticas e sociais, passou por grandes transformações tendo em suas raízes as especificidades de sua história, a ruptura com o conservadorismo da igreja católica e do estado burguês, a criação das primeiras escolas de Serviço Social, a luta por uma Ordem dos Profissionais e a busca da consolidação e construção de sua identidade enquanto campo profissional.

Compreender as particularidades da intervenção de uma profissão, implica compreender os contextos sociais, económicos e políticos instituídos em cada processo procurando identificar os sujeitos socio-históricos, dentro de sua complexidade, que para Martins (1999b:51) está na “base da sua génese e trajetória” do Serviço Social.

Assim, desde o início do Serviço Social como profissão, para Carmo (2014:123), sempre apresentou duas perspetivas disciplinares, uma “mais focada em ajudar os sistemas-clientes a sair da situação de carência” ou seja, o assistencialismo, e a segunda em “mudar a sociedade e criar condições sociais para exercício dos seus direitos cívicos (políticos, económicos, sociais e culturais).” Todavia, segundo o autor houve mudanças históricas nas perspetivas destas disciplinas, a primeira, “*com avanços*” nos períodos dos anos 30 a 50, onde se iniciam as primeiras escolas de Serviço Social em que se dá a formulação e afirmação enquanto nível académico (Martins (1999a/b); Negreiros (1999); Carvalho e Pinto (2014) e com o “movimento da reconcetualização” nos anos 60 (Carmo (2014:124 cit in Kisnerman (2001:19). A segunda mudança, para o autor houve, “*recuos*” ou seja, retrocessos, quando o Serviço Social assumiu o papel de “amortecedor de tensões sociais ao serviço de classes

dominantes, com a crise do Estado-Providência [...] agudizadas com as orientações políticas neoconservadoras que se lhes seguiram e, mais recentemente, com as dominantes tendências neoliberais, a partir da década de 90 do século XX”.

É nestas mudanças e contradições, desafios e esperanças que o Serviço Social se vai reafirmando enquanto categoria que tem como umas das aspetos fundamentais a intervenção social, que, para Albuquerque (2014:163) citando Hughes e Wearing (2013), o Serviço Social é “uma profissão sociopoliticamente comprometida e reflexiva, usando a comunicação, a mediação e as políticas para influenciar e sustentar processos sociais positivos e resultados efectivos e adequados (ética e socialmente) para/com clientes e organizações” é nesta ótica que a prática profissional do (a) assistente social, no do dia-a-dia, reafirma o Serviço Social como instrumento de intervenção em todas as áreas e domínios sociais.

As políticas públicas de intervenção social são intrínsecas ao trabalho dos profissionais de Serviço Social procurando dar respostas a equipamentos sociais, como as políticas sociais, para o trabalho com as famílias, comunidades e de quem mais precisar da intervenção baseando no respeito, justiça e dignidade da pessoa.

3. – Cultura Cigana e valores identitários

Aqui, faremos uma breve análise da cultura cigana para melhor compreensão da comunidade em Portugal. Entretanto é necessário analisar a conceção de comunidade que no nosso entendimento é composta por um grupo específico de pessoas que residem em uma determinada área geográfica e compartilham de um modo de vida com suas culturas, valores, tradições e tem por objetivo a busca de sua essência, união dos laços e consolidação de uma identidade única e consistente. É nesta percepção que pretendemos entender os valores identitários das comunidades ciganas portuguesas. De acordo com Mendes (2000) o desconhecimento da cultura deste grupo étnico minoritário só reforça a invisibilidade da identidade étnica e as fronteiras existentes entre os ciganos e os não ciganos.

Manuela Mendes afirma ainda que a identidade étnica “implica sentimentos de pertença e auto estima, o que desde logo remete para uma estreita ligação com a socialização familiar e grupal” (2000:03). Afirma ainda que a formação da identidade étnica pode também passar por um processo de “ racização e de etnicização” em que

categorias de raça e etnia são incitadas para “legitimar processos de inclusão, exclusão, discriminação, inferiorização, exploração ou até mesmo violência física” e é neste sentido que se torna necessário o conhecimento dos grupos étnicos e suas culturas e acima de tudo o respeito pelo outro, que devido a esses valores a sociedade considera “os diferentes” e a nós “os normais”. O Serviço Social traz essa vertente de quebrar barreiras e conhecer o outro com respeito e dignidade.

Neste sentido, a vida nas comunidades ciganas ou “clãs”, está em torno do “núcleo familiar” que é o mais importante da vida cigana (Heredia, 1974) onde os mais velhos têm a principal palavra diante do ciclo da família e onde o respeito e cuidado por eles é transmitido de geração para geração. A rede familiar alargada é o suporte dentro da comunidade em momentos de crise. “O casamento não funda a família, é apenas um rito de passagem de rapaz para homem” (Nunes, 1996:171). O casamento ocorre cedo, entre os 14 e 15 anos quer para os homens e as mulheres. A pureza (virgindade) da mulher é considerado primordial nos valores ciganos e cabe à mãe educar os filhos e à filha e vigiar para que as filhas se mantenham puras até o casamento. O casamento é uma grande festa que perdura por dias, com danças, bebidas e muita música (Heredia, 1974; Nunes, 1996; Magano 2010; Silva, 2014). Conforme um estudo realizado por Silva (2014:127), o casamento intrafamiliar é bastante elevado, cerca de “44% dos casos verifica entre primos diretos, seguido de primos em 2º grau com 26%, e 24% entre ciganos (as) não parentes [...] os casamentos com não ciganos são poucos significativos, cerca de 5%”.

Quanto à questão de género, é de total responsabilidade da mulher a administração da casa e educação dos filhos, ser dedicada e respeitar o marido, ou seja, é uma situação de “sujeição, enquanto crianças estão sujeitas ao pai e aos irmãos e quando casam, aos maridos” (Nunes, 1996:181). Quanto ao homem, é de responsabilidade dele garantir o provimento da família e ajudar na vida da comunidade (Nunes, 1996; Silva, 2014). Os filhos ao atingirem certa idade acompanham os pais no comércio, principalmente nas feiras. As famílias possuem fortes laços afetivos e um esmerado cuidado com as crianças

Em relação a morte e o luto, resumidamente, a morte representa um fator social respeitável nas comunidades ciganas, é um momento de “dor profunda e de exteriorizar o sentimento de perda de forma muito pungida” (Silva, 2014:139). No luto, o cigano deixa de beber bebida alcoólica, participar de festividades entre outros acontecimentos.

O homem deixa crescer a barba e a mulher no caso de viuvez, veste-se de preto sempre e corta o cabelo passam a usar lenço para cobrir a cabeça. Caso dela volte a casar, pode deixar o cabelo crescer novamente, mas isso só é permitido durante alguns anos de luto absoluto.

Damos a conhecer de forma breve, um pouco da magia e tradição da cultura cigana que desperta muita curiosidade na população geral. De acordo com Correia (2011:25 *cit in* Rodrigues, 2006:29):

“A área cultural cigana existe no seio do grupo (...) Ela é, no essencial uma herança cultural, um património, que se transmite de geração em geração. Porém, não se trata de uma hereditariedade biológica mas sim pela aprendizagem que se vai acumulando (...) há sempre um certo número de traços que se perpetuam ao longo das sucessivas gerações.”

É nesta ótica que os profissionais do Serviço Social respeitando, os grupos étnicos nas suas particularidades, procuram na dimensão técnico-operativa, ser instrumentos de intervenção entre as pessoas em vulnerabilidade social e as instituições de apoios, bem como, e o mais importante, dar a conhecer os direitos, políticas sociais, programas e apoios às pessoas deles necessitarem.

PARTE II

ESTUDO EMPÍRICO E METODOLOGIA DA PESQUISA

CAPÍTULO III – PROBLEMA, OBJETIVOS E OPÇÕES METODOLÓGICAS

Introdução

O riquíssimo e diversificado campo das Ciências Sociais e Humanas, permita aos pesquisadores diferentes metodologias de pesquisas. Ao optar por alguma técnica metodológica em uma pesquisa, é imprescindível a observação dos procedimentos teóricos metodológicos, técnicos operativos e éticos políticos de cada profissão. A ética na pesquisa compreende o conhecimento tecnicamente regulamentador e normalizador que indica o caminho que o pesquisador deve seguir em sua pesquisa.

Para realizar qualquer investigação é imprescindível por parte do investigador a observação de princípios éticos. Neste sentido, a ética não faz julgamento de valor, ela questiona reflexivamente os atos e princípios morais estabelecidos em uma sociedade. Para Barroco (2005:3), na investigação, a ética objetiva-se como “reflexão teórica e ação prática. Como reflexão teórica, nos chama a indagar filosoficamente sobre o valor das ações. Nesta primeira questão, exige um posicionamento ético e crítico do pesquisador, pois traz à reflexão, o homem como ser histórico, seu modo de ser e agir dentro dos valores e princípios que orientam a prática do próprio homem dentro da sociedade. Todavia, a ética como ação prática, para Barroco (2005:4), traduz-se como sendo a “objetivação concreta dos valores, princípios, escolhas, deliberações e posicionamentos produzidos pela ação consciente dos homens diante de situação de afirmação/negação da vida, dos direitos e valores”. E nestes termos, um pesquisador que coloca a ética como ação prática, em seu processo de investigação, traz para si a responsabilidade de suas escolhas comprometendo-se com as pessoas que serão envolvidas no processo e em especial indo ao encontro com os seus princípios enquanto ser humano.

De acordo com Vieira (2014:68) ressalta que, os princípios éticos a serem considerados em uma investigação “aplicam-se de uma maneira geral, a todo o tipo de investigação realizada com seres humanos e foram inicialmente estabelecidos pelo

Belmont Report, em 1978, que foi publicado pela National Commission for the Protection of Human Subjects of Biomedical and Behavioral Research, dos Estados Unidos, tendo surgido organizados em três grandes categorias: Beneficência, Respeito e Justiça (cf. Sieber, 2004).

Nesta ótica, segundo Vieira (2014), as três categorias visam o respeito, e a garantia dos direitos dos que estão participando da pesquisa. A **beneficência**, constitui o posicionamento do investigador em produzir resultados que vão ao encontro das expectativas dos participantes envolvidos de modo que geram mudanças na vida social, económica e cultural da comunidade; **justiça**, neste quesito, o pesquisador precisa ter o cuidado em tratar todos os participantes de forma igualitária; o **respeito** no qual o pesquisador deve informar aos participantes todos os aspetos e objetivos da investigação para que estes possam decidir ou não colaborar com a pesquisa, respeitando a autonomia e autodeterminação das pessoas.

É nestes princípios éticos que pautamos esta investigação e neste capítulo, procuramos elucidar as questões centrais do problema de pesquisa, especificar os objetivos da investigação, o modelo de análise, as opções metodológicas bem como o contributo da pesquisa para as Ciências Sociais e Humanas em particular para o Serviço Social.

1. – Problema de pesquisa, objetivos e modelo de análise concetual

Os desafios que se colocam à intervenção do Serviço Social nas diferentes áreas de atuação requer dos assistentes sociais na “sociedade democrática contemporânea” (Albuquerque, 2016:3) uma nova compreensão e reflexão acerca das novas configurações familiares e as especificidades da ação e o papel desses profissionais no processo de integração, conjectura estrutural e elaboração das políticas públicas e sociais na perspetiva de responder às demandas intrínsecas da atuação do profissional de Serviço Social.

Neste contexto e tendo em vista que estudar as características das famílias ciganas, suas tradições e as políticas públicas existentes, como já foram apontadas no capítulo I, é desafiador uma vez que para esta pesquisadora era uma realidade até então desconhecida, o interesse pela pesquisa veio de uma inquietação ao perceber a forma como a sociedade portuguesa aborda o nome “cigano”. É neste presente momento que

começam as inquietações, os pressupostos e questionamentos acerca do modo de vida das pessoas ciganas e em especial, quais são as políticas sociais existentes e se contemplam as necessidades e carências das famílias ciganas, uma vez que muitas vivem em situações precárias e desumanas. O mais relevante dos questionamentos diz respeito à atuação dos (as) Assistentes Sociais, que diariamente trabalham com estas comunidades, as dificuldades que encontram, às problemáticas que as comunidades levam para esses profissionais e se conseguem na prática aplicar os programas sociais elaborados especificamente para as comunidades ciganas, nas áreas da educação, saúde e emprego. Nesta linha de múltiplas interrogações de pensamento, surgiram estes questionamentos e pretende-se com esta investigação encontrar respostas positivas ou não para tais hesitações conforme transcrevemos na tabela 8:

Tabela 8: Questões do Problema de Pesquisa

1. – O que caracteriza os ciganos portugueses?
2. – Quais as principais políticas, programas e medidas sociais destinadas às comunidades ciganas, nas áreas da educação, saúde e emprego?
3. – Como os (as) Assistentes Sociais trabalham essas políticas? Quais as especificidades da ação e o papel do Serviço Social?
4. – Como é feito o acolhimento e a integração das famílias ciganas no âmbito da educação, saúde e emprego?

Fonte: Elaboração da autora

O problema de pesquisa compreenderá uma reflexão sobre as particularidades da intervenção do profissional de Serviço Social com as famílias ciganas, os principais problemas, situações que chegam aos assistentes sociais e de que forma eles trabalham essas conflitos e as políticas sociais destinadas às comunidades ciganas.

1.1. –Objetivos da investigação

No presente trabalho coloca-se como questão central, a construção de uma análise reflexiva da intervenção social e o papel dos Assistentes Sociais junto às famílias ciganas nas áreas da saúde, educação e trabalho.

Pretendeu-se com esta pesquisa ter a oportunidade de conhecer os programas sociais elaborados especificamente, ou não, para as comunidades ciganas, identifica-las e perceber se na prática essas políticas, como ferramentas de trabalho dos profissionais de Serviço Social, contemplam ou não as necessidades das comunidades ciganas, bem como encontrar respostas para os questionamentos apontados na tabela 8.

Os objetivos específicos expostos centram-se em:

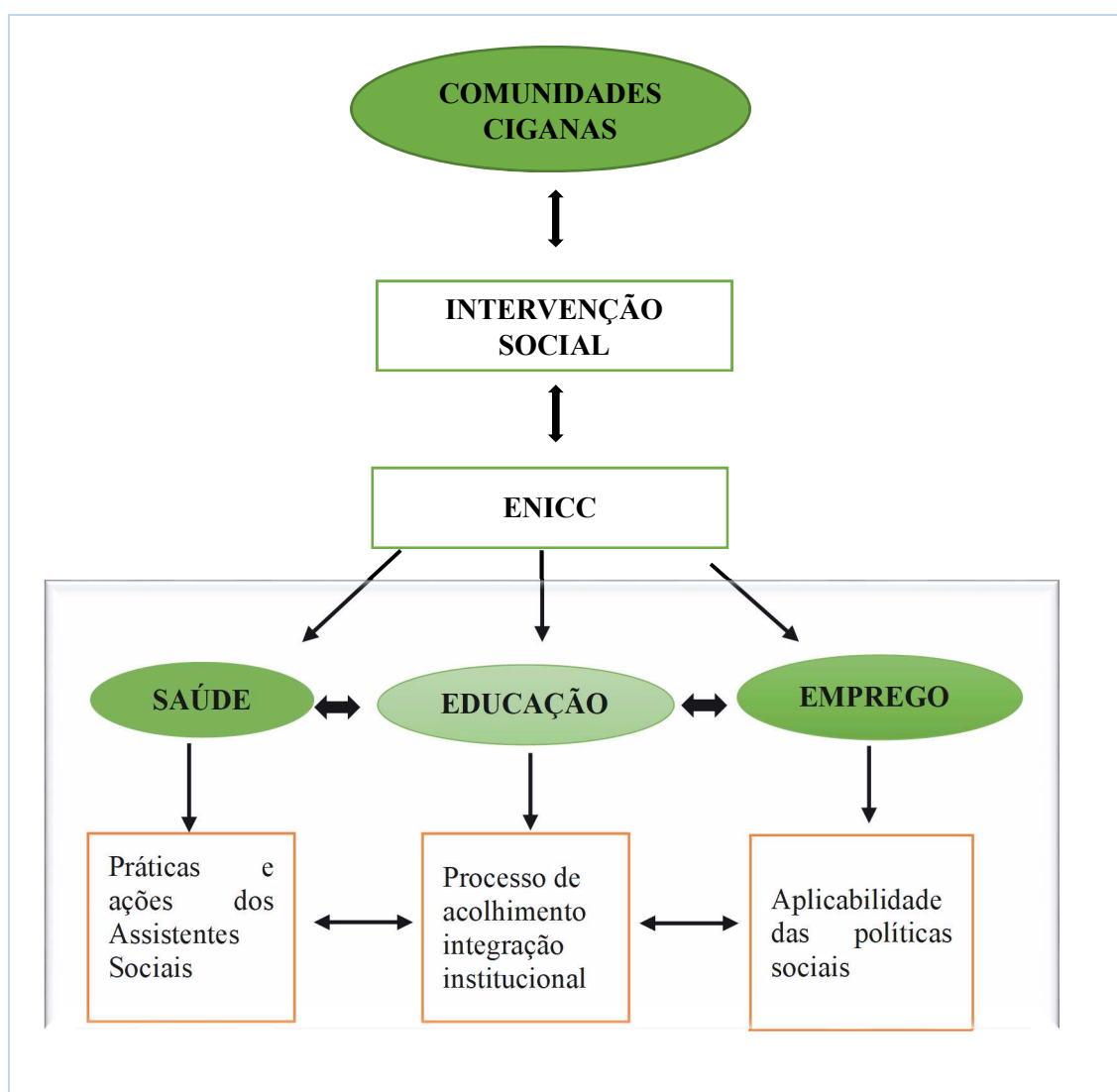
- ✓ Identificar as políticas sociais destinadas às comunidades ciganas nas áreas da saúde, educação e emprego;
- ✓ Verificar se estão sendo aplicadas as políticas sociais e se contemplam as necessidades das comunidades;
- ✓ Compreender de que forma é feito o acolhimento das famílias ciganas que procuram os serviços públicos;
- ✓ Identificar se os Assistentes Sociais sentem a integração das pessoas ciganas de acordo com as políticas e medidas que estão sendo aplicadas no âmbito institucional;
- ✓ Depreender o processo de acolhimento social das famílias ciganas nas áreas da saúde, educação e emprego;
- ✓ Identificar os mecanismos usados pelos profissionais do Serviço Social para integrar as instituições com as comunidades ciganas.

1.2. – Modelo de análise concetual

Para alcançar os objetivos propostos e tendo em vista a pesquisa e reflexão sobre o estudo já apresentadas no capítulo I, consideram-se três eixos integrados no campo das políticas sociais, medidas ou programas elaborados no âmbito da ENICC, nomeadamente, saúde, educação e emprego no intuito de atender às necessidades das pessoas ciganas em Portugal. Cada eixo compreende diversas dimensões onde se pretende perceber **como é feita a intervenção social junto às famílias ciganas, especificidades da ação e prática dos Assistentes sociais, o processo de acolhimento e integração da pessoa cigana, a aplicabilidade das políticas sociais, se são inclusivas ou exclusivas.**

No estudo sobre as comunidades ciganas, focamos o nosso trabalho no estudo da Estratégia Nacional para as Comunidades Ciganas em Portugal, dentro desse grande campo de políticas, programas e projetos, e optamos pelas áreas da saúde, educação e emprego, que são as dimensões da intervenção do (a) Assistente Social. É imprescindível enfatizar que essas três dimensões que se correlacionam uma vez que são compostas por variáveis que também se relacionam também entre si, conforme indica a tabela 9:

Tabela 9: Dimensões do modelo de análise conceitual



Fonte: Elaboração da autora

2. – Metodologia e procedimentos.

2.1. – Tipo de Pesquisa

Para alcançar os objetivos propostos e responder às questões centrais listadas na tabela 8, optou-se por uma metodologia de pesquisa qualitativa de caráter exploratório que segundo Minayo (2009:21) “ [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. [...] ”. Esse método tem a finalidade de satisfazer o problema da pesquisa e busca compreender a realidade vivenciada por um grupo social no qual o campo a ser explorado apresenta uma realidade que não deve ser traduzida através de números.

Corroborando com a perspectiva acima, Godoy (1995:62), entende que a pesquisa qualitativa possuem dois grandes componentes fundamentais, o “ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental”. Nesta abordagem, o pesquisador possui uma gama de oportunidades para selecionar os dados, fazer a interpretação e analisar esses dados dentro do contexto no qual ele pode ter interações individuais, coletivas e sociais (Coutinho, 2013).

A pesquisa de abordagem qualitativa pode ser entendida como uma pesquisa de caráter subjetivo que realiza descrições, análises e interpretações acerca do objeto estudado. Ela caracteriza-se por ser mais participativa e menos controlável, uma vez que os participantes podem orientar os caminhos que levarão ao objeto de acordo com as interações com o pesquisador.

De acordo com Vieira (1995:52), a investigação qualitativa é “frequentemente definida como *idiográfica*, uma vez que visa a compreensão em profundidade dos casos particulares considerados e estudados de uma maneira holística”, ou seja, neste estudo, buscamos compreender particularmente o trabalho dos Assistentes Sociais com as pessoas ciganas tendo como base os estudos das políticas em três áreas de intervenção social, a saúde, a educação e o emprego.

2.2. – Caracterização do campo de análise

O campo de análise desta investigação caracteriza-se a partir de narrativas de profissionais do Serviço Social que estão intrinsecamente ligados ao atendimento, o

acolhimento e à integração da pessoa cigana nas áreas da saúde, educação e emprego nas instituições públicas.

No que concerne à população alvo deste estudo, os critérios foram definidos levando em consideração o trabalho que estes profissionais fazem na comunidade onde estão a laborar, Coimbra, Leiria e Viseu. Foram feitas seis entrevistas, duas para cada área de estudo ou seja, duas na área da saúde sendo uma, profissional de um Centro de Saúde e uma dos Serviços Continuados de Saúde. Dois profissionais no campo da educação, sendo uma, Técnica de Intervenção Social de um agrupamento de escolas em Coimbra e um, Coordenador de um projeto junto a uma comunidade cigana em Leiria. No âmbito do emprego, duas assistentes sociais, uma do IEFP e outra que trabalha apenas no campo da formação, todavia esta segunda está mais integrada nas comunidades ciganas. A escolha destes profissionais assenta na relevância do trabalho de intervenção e na consistência das informações prestadas e a disponibilidade no acesso ao campo para a recolha dos dados para esta investigação.

2.3. – Técnicas, procedimentos e tratamento de dados

No intuito de zelar pela qualidade e obtenção da recolha dos dados de forma a alcançar os objetivos propostos, foram utilizadas neste trabalho, as técnicas de investigação, ou seja, a pesquisa bibliográfica, documental e a entrevista semiestruturada.

2.3.1. – Pesquisa bibliográfica e documental

Nos estudos e pesquisas das ciências sociais e humanas, a pesquisa bibliográfica é um instrumento de recolha de dados primordial para o pesquisador. Segundo Gil (2007:44) a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas”

Tendo em vista que esta investigação, é de natureza qualitativa, a pesquisa bibliográfica e documental permitiu um conhecimento mais aprofundado das

peculiaridades intrínsecas à História do povo cigano desde a sua chegada a Portugal há mais de 500 anos até a contemporaneidade.

Nesta senda, parte deste material foi baseado em artigos de pesquisadores (as), teses de doutoramento e mestrado, material precioso onde foi possível saber mais a respeito das comunidades ciganas, seus costumes, identidade e tradições

A finalidade da pesquisa bibliográfica e documental é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos no espaço.

Parte deste material foi baseado em análise e interpretação de livros e artigos de pesquisadores (as) e teóricos (as) das áreas das ciências sociais, que embasará toda a estrutura, pautando pelo pensamento dialético e pelas dimensões dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social.

2.3.2. – Entrevista semiestruturada

A entrevista é uma das técnicas mais usadas e preciosas para um trabalho de investigação social. Permite segundo Quivy e Campenhoudt (2005:70) um das fases mais interessantes e agradáveis da investigação “a da descoberta, a das ideias que surgem e dos contatos humanos mais ricos para o investigador”. Os autores salientam ainda que dentre essas fases de descoberta e troca de ideias, a entrevista é o método preciso para a análise, para as interpretações dos conflitos existentes ou não e assim sendo a entrevista é uma fonte de enriquecimento e troca de informações e conhecimentos entre pessoas. Neste entendimento, Amado e Ferreira (2017:209) corrobora que a entrevista “é um dos mais poderosos meios para se chegar ao entendimento dos seres humanos”, nesta ótica, Triviños, (1987:146) entende que “a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”.

Nesta perspectiva a entrevista semiestruturada é uma coleta de dados que ajudam no esclarecimento dos pontos relevantes do objeto de pesquisa que o pesquisador utilizará para coletar dados propostos. Ela é um roteiro com perguntas que “derivam de

um plano prévio, um guião, onde se define e regista [...] o essencial do que se pretende obter” (Amado & Ferreira, 2017:210).

Nas perspetivas dos autores acima citados, no guião de entrevista desta investigação, as questões foram elaboradas tendo como base as análises das políticas públicas, programas ou projetos sociais destinados às comunidades ciganas mencionadas na componente teórica do trabalho. Foram elaborados três guiões de entrevistas dentro das áreas de intervenção social da saúde, educação e emprego de forma a encontrar respostas para as questões colocadas na Tabela 8, bem como para dar respostas aos objetivos que orientaram esta investigação. Os guiões (que podem ser encontrados no Apêndice 2) são compostos por três grandes dimensões conforme o item 1.2 deste capítulo, que trata do modelo de análise concetual.

Foram levados em consideração, o quantitativo de questões, tendo cautela com a sequência das perguntas para não perder o sentido dos objetivos propostos. Assim levamos em consideração o que nos propõem Amado & Ferreira (2017:219), as perguntas devem ser *abertas* e neste sentido “evitando-se perguntas dicotómicas [...] que poderiam criar uma atmosfera de interrogatório”, precisam ser *singulares*, isto quer dizer “que não contenham mais que uma ideia”, ou seja, evita confusão tanto para o investigador quanto para o interlocutor. Ainda é necessário que as questões sejam *neutrais* “não devem minar a neutralidade com respeito ao que diz o entrevistado”, deixando um ambiente limpo de qualquer julgamento e, por fim, os autores nos indicam a *clareza* das questões “que leva à utilização de uma linguagem inteligível”, para que qualquer pessoa que venha a ler o trabalho consiga perceber de forma clara os princípios norteadores do estudo.

A escolha da entrevista semiestruturada para este trabalho, como uma das técnicas de recolha de dados, concedeu a oportunidade de explorar o campo de trabalho dos profissionais de Serviço Social indo ao encontro das perspetivas traçadas nos objetivos. O guião de entrevista foi elaborado de acordo com a revisão da literatura apontadas nos capítulos 1 e 2.

No processo de investigação buscamos profissionais que nos permitisse explorar o tema, ou seja, Assistentes Sociais, pelas suas experiências profissionais e de vida junto das comunidades ciganas, com funções diferentes nas áreas de intervenção do trabalho, saúde e educação.

Foi elaborado a Declaração de Consentimento Informado (Apêndice 1) onde foram apresentados as características do estudo bem como o direito de o entrevistado recusar no momento da entrevista a sua participação bem como a confidencialidade das respostas fornecidas bem como o anonimato. As entrevistas foram gravadas através do aplicativo de voz do telemóvel para que fosse facilitada a transcrição das mesmas. Informamos entretanto que tendo em conta a distância e os meios indisponíveis para a realização da entrevista presencial, duas delas foram feitas via Skype e sendo gravadas pelo telemóvel com duração de 40 minutos para cada entrevista.

As entrevistas forma transcritas de forma a manter, como nos alerta Amado & Ferreira (2017:221), “a exigência de fidelidade ao discurso do entrevistado [...] para isso há que ter muito cuidado não só na captação das palavras usadas como em outros aspectos de ordem paralinguística (as pausas e o tom de voz).” Nestes termos foi necessário a repetição da escuta para que se pudesse manter o rigor e a clareza bem como o tratamento da análise dos dados obtidos.

2.3.3. – Tratamento e análise de dados

Para análise dos dados das entrevistas optamos pela análise de conteúdo que é uma das metodologias mais usadas na análise de dados da investigação social (Amado *et al*, 2017).

Nesta investigação por ser de natureza qualitativa “*é a presença ou ausência de uma característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomada em consideração*”. (Bardin, 2011:48).

Na análise de conteúdo, segundo Bardin, existem desejos de rigor e necessidade de descobrir, de ir além das aparências. Ela define esse método como um conjunto de técnicas de análise de comunicações. Esse método envolve três fases: o primeiro é a fase do procedimento, a segunda é a análise categorial, onde se dá a realização do crivo da classificação segundo ausência ou frequência de itens de sentido, e a terceira é a inferência, onde poderemos fazer a descrição de conteúdo das mensagens.

A análise de conteúdo segundo Amado (et al, 2017:304) referenciando Berelson (1952) traduz-se numa técnica “de pesquisa documental que procura arrumar num conjunto de categorias de significado, o conteúdo manifesto dos mais diversos tipos de comunicação”. Neste sentido, o propósito deste trabalho é analisar as entrevistas à luz dos autores sociais buscando uma compreensão da realidade e principalmente

referenciando o papel essencial dessa análise de conteúdo que é sobretudo a questão da validação que, segundo Amado (*et al* 2017:305 *cit in* Krippendorff 1990:28) “é uma técnica de investigação que permite fazer interferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto”. Neste sentido, o autor entende como “interferências”, os pressupostos e as variáveis como o sexo, a idade, a classe social do entrevistado bem como o contexto da estrutura metodológica.

Este capítulo dedicou-se a apresentar todo o processo metodológico adotado para esta pesquisa. Como já foi explicado anteriormente, o nosso guião é composto por três eixos de categoria de análise: o Eixo 1 na área de intervenção da Saúde, o 2 na Educação e o 3 na do emprego. Cada eixo compreende 4 dimensões ou módulos e em cada dimensão várias subdimensões, ou seja, são quatro grandes módulos e várias questões dentro desses grandes módulos.

A primeira questão diz respeito à caracterização do entrevistado, como sejam a formação académica e idade, e é uma questão igual para todos os eixos. Do mesmo modo, a segunda questão trata do processo de acolhimento e integração das famílias ciganas. Tais perguntas são iguais para todos os eixos com ressalva para a questão 2.5 que é apenas para a área da educação.

Entretanto, nos módulos 3 e 4 já se diferenciam dos outros. No quesito 3 existem questões em comum e outras não, pois tratam de análises específicas para cada área de intervenção, no entanto, tentamos ao máximo fazer essa articulação e cruzamento de ideias de forma a facilitar o entendimento, a análise e apresentação dos resultados obtidos com esta investigação, que serão apresentados no capítulo a seguir.

Apresentamos as categorias de análises de acordo com cada eixo de pesquisa:

Tabela 10 – Categoria de Análise 1 – Eixo Saúde

CATEGORIA DE ANALISE 1		
	DIMENSÕES	SUBDIMENSÕES
EIXO SAÚDE	1. Caracterização do entrevistado	1. – Idade / formação académica
	2. Processo de acolhimento e integração das famílias ciganas	2.1. – Acolhimento da família na instituição. 2.2. – Integração em face do procedimento de acolhimento 2.3. – Elaboração do conjunto de procedimentos 2.4. – Constrangimento no processo de acolhimento e integração
	3. Demandas que as	3.1. Dificuldades e necessidades 3.2. Articulação entre o AS e as organizações comunitárias.

	famílias ciganas apresentam	3.3. Mediador intercultural cigano. 3.4. Situação em que procuram os serviços de saúde.
	4. Sobre as políticas, programas e medidas.	4.1. – Conhecimento da ENICC. 4.2. – Formação específica no âmbito da saúde. 4.3 – Avaliação das formações. 4.4. – A intervenção no caso da recusa do doente. 4.5. Planeamento familiar e vacinação infantil. 4.6. – Políticas inclusivas ou excludentes.

Elaborado pela autora

Tabela 11: Categoria de Análise 2 – Eixo Educação

CATEGORIA DE ANALISE 2		
	DIMENSÕES	SUBDIMENSÕES
EIXO EDUCAÇÃO	1. Caracterização do entrevistado	1. – Idade / formação académica.
	2. Processo de acolhimento e integração das famílias ciganas	2.1. – Acolhimento da família na instituição. 2.2. – Integração em face do procedimento de acolhimento. 2.3. – Elaboração do conjunto de procedimentos. 2.4. – Constrangimento no processo de acolhimento e integração. 2.5. – Caracterização da integração do aluno na escola.
	3. Demandas que as famílias ciganas apresentam	3.1. – Dificuldades e necessidades apresentadas. 3.2. – Articulação entre o AS e as organizações comunitárias. 3.3. – Mediador intercultural cigano na instituição. 3.4. – Participação da família no desempenho do filho. 3.5. – Relação entre os alunos na escola. 3.6. – Concluir os estudos básicos. 3.7. – Tratamento diferenciado entre alunos ciganos e não ciganos. 3.8. – Desempenho escolar igual entre alunos.
	4. Sobre as políticas, programas e medidas.	4.1. – Conhecimento da ENICC 4.2. – Elevado número de analfabetismo cigano. 4.3 – Programas TEIP. 4.4. – PIEF – Medidas socioeducativas. 4.5. – Avaliação do PIEF. 4.6. – Programa Escolha impacto nacional. 4.7. – Erradicação do abandono escolar. 4.8. – Políticas inclusivas ou excludentes

Elaborado pela autora

Tabela 12: Categoria de Análise 3 – Eixo Emprego

CATEGORIA DE ANÁLISE 3		
EIXO EMPREGO	DIMENSÕES	SUBDIMENSÕES
	1. Caracterização do entrevistado.	1. – Idade / formação académica.
	2. Processo de acolhimento e integração das famílias ciganas	2.1. – Acolhimento da família na instituição. 2.2. – Integração em face do procedimento de acolhimento. 2.3. – Elaboração do conjunto de procedimentos. 2.4. – Constrangimento no processo de acolhimento e integração.
	3. Demandas que as famílias ciganas apresentam	3.1. – Dificuldades e necessidades apresentadas. 3.2. – Articulação entre o AS e as organizações. 3.3. – Conhecimento de mediador intercultural cigano na instituição. 3.4. – Formação profissional específica para pessoas ciganas. 3.5. – Principais áreas de formação procurada pelas pessoas ciganas. 3.6. – Mais mulheres ou homens que procuram formação. 3.7. – Preferência por um tipo de trabalho. 3.8. – Casos de não-aceitação de pessoas ciganas nos requisitos para admissão em oferta de emprego.
	4. Sobre as políticas, programas e medidas.	4.1. – Conhecimento da ENICC. 4.2. – Formação específica no âmbito do emprego. 4.3. – Medidas para reverter a situação das feiras. 4.4. – Uma das medidas da ENICC é “criar prémio de boas práticas de integração”. 4.5. – Políticas inclusivas ou excludentes.

Elaborado pela autora

PARTE III

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

CAPÍTULO IV – Perceção das especificidades da ação e do papel dos (as) Assistentes Sociais com as famílias ciganas

Introdução

"Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana."
(Carl Gustav Jung)

No capítulo anterior, apresentaram-se os métodos adotados para este trabalho. Neste capítulo analisa-se os resultados do estudo efetuado de acordo com a metodologia apresentada anteriormente.

Ao começar este capítulo com uma das célebres frases de um dos mais prestigiosos pensadores do Século XX, Carl Gustav Jung, desejamos, que no contexto da intervenção social, nós Assistentes Sociais, sejamos o mais humanos possíveis sempre que estivermos no trabalho de campo, seja dentro em um gabinete, seja na rua junto com os desabrigados, seja nos momentos de catástrofe..., não importa a situação, quando estivermos no terreno que sejamos simplesmente e tão-somente, uma alma humana a tocar outra alma humana.

Nesta ótica, este capítulo dedica-se a apresentar as entrevistas aos profissionais que trabalham com as comunidades ciganas nas áreas da saúde, educação e emprego. Os eixos analíticos apresentados foram divididos em três grandes grupos de perguntas conforme já foram expostos nos processos metodológicos identificados no capítulo anterior. Para manter o rigor no tratamento dos dados obtidos e a garantia da confidencialidade e anonimato dos entrevistados, são utilizadas siglas como critério para identificar os profissionais. Serão identificados como "AS01", ou seja, Assistente Social 01, para a primeira entrevista e assim sucessivamente até a AS06 (Assistente Social 06) uma vez que foram concretizadas seis entrevistas para dar respostas aos questionamentos colocados neste trabalho.

A seguir apresentam-se os resultados do estudo conforme as categorias de análise.

1. – Caraterização dos entrevistados

A amostra, é constituída por seis assistentes sociais entre os participantes desta pesquisa, prepondera o sexo feminino, com idades entre os 22 e 58 anos. Apenas um entrevistado possui Mestrado em Serviço Social e os outros Licenciatura. Quanto aos cargos, observamos que apenas dois trabalham como Assistente Social, os demais entrevistados são um Diretor Técnico, um Técnico de Intervenção Local, um Técnico Superior de Emprego e um Coordenador de Projeto Social – ONG. Destaca-se que a maioria dos entrevistados possui uma larga experiência de tempo nas funções que exercem, que vão dos 2 aos 30 anos de função conforme podemos conferir na Tabela 9:

Tabela 13 – Caraterização dos Entrevistados

EIXOS	IDADE	FORMAÇÃO	CARGO E TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA FUNÇÃO
S A Ú D E	AS01	58	Licenciatura em Serviço Social Assistente Social – 30 anos na função
	AS02	30	Licenciatura em Serviço Social Diretora Técnica – 04 anos na função
E D U C A Ç Ã O	AS03	41	Licenciatura em Serviço Social Técnica de Intervenção Local – 09 anos na função
	AS04	22	Licenciatura em Serviço Social Coordenador de Projeto Social – 02 anos na função
T R A B A L H O	AS05	49	Licenciatura em Serviço Social Técnica Superior de Emprego – 29 anos na função
	AS06	36	Licenciatura e Mestrado em Serviço Social Assistente Social – 10 anos na função

Fonte: Elaborado pela autora

2. – Processo de acolhimento e integração das famílias ciganas

No domínio desta investigação, procurou-se junto dos profissionais do Serviço Social encontrar respostas para os objetivos propostos neste trabalho. Na perspetiva deste trabalho os conceitos de acolhimento e integração podem ser considerados formas de socialização de um indivíduo, um grupo, uma família ou uma comunidade. Acolhimento e integração são termos distintos e ao mesmo tempo um está intrínseco ao outro, pois, enquanto o primeiro abre a porta para acolher o segundo abre várias portas para a integração na sociedade. Isto seria interessante se de fato acontecesse, entretanto não é bem assim que se procedem os acontecimentos, é preciso uma adaptação constante à realidade de cada cidadão, comunidade ou sociedade.

Segundo Maurel (2003:133) o “acolhimento não trata *a priori* de um fenómeno específico da intervenção social”, ou seja, não é algo específico do Serviço Social, mas deve ser praticado e ser algo comum em qualquer espaço ou instituição que presta serviço à comunidade.

No âmbito do processo de socialização e da integração dos indivíduos na sociedade, Magano (2010:51) citando Berger e Luckmann (1999) salienta que nesta vertente do processo de construção social da realidade há uma distinção entre a socialização primária e secundária. Nesta ótica a autora clarifica que a “socialização primária consiste na imersão da criança no mundo social em que vive, sobretudo através da aprendizagem da linguagem oral e escrita” entretanto na socialização secundária, a autora evidencia “a interiorização de submundos institucionais especializados e/ou a aquisição de saberes específicos [...] podendo definir a mudança social como um processo de transformação adquirida na socialização primária”. A autora identifica que na perspetiva destes autores, as informações e experiências adquiridas na construção primária, ainda na infância, podem gerar “conflitos identitários” ao interagirem com os padrões da socialização secundária.

Um dos objetivos da ENICC está assente na promoção da integração das comunidades ciganas no âmbito da escolaridade obrigatória, dos realojamentos habitacionais, da saúde e na garantia dos direitos primários constitucionais. Importa informar que todas as questões deste bloco são comuns para todos os Eixos e o objetivo é perceber como ocorre os processos de acolhimento e integração das famílias ciganas no campo de trabalho dos profissionais do Serviço Social, pois o racismo e a discriminação em relação a pessoa cigana, surgem nos mais diversificados discursos em

âmbito institucional e individual dos profissionais. De acordo (Magano *et al* 2014), neste sentido, é preciso ter um olhar atento e ver que por vezes a discriminação, racismo e preconceitos não estão explícitos nos discursos, mas estão nas entrelinhas das palavras.

1. – Acolhimento da família na instituição.

Élisabeth Maurel (2003) identifica o acolhimento como um acolhimento “guiché”, ou seja, as primeiras pessoas a atender os utentes são os trabalhadores de balcão e assim fazem os encaminhamentos para os profissionais responsáveis por cada situação.

Nesta questão procura-se perceber como acontece o acolhimento das famílias ciganas nas instituições intervenientes. Neste sentido e dividido pelos Eixos de questionários, os profissionais entrevistados responderam que o acolhimento institucional é normalmente feito de forma igual para todos os utentes, com algumas exceções que serão avaliadas ao longo desta dimensão – Processo de Acolhimento e integração.

Eixo Saúde

“As famílias ciganas são acolhidas de igual modo a qualquer outro utente, (...) mas quando eu comecei a trabalhar (...) eles normalmente não recorriam ao nível de saúde, ao centro de saúde com a mesma frequência, não respeitavam consultas, os filhos não cumpriam os calendários de vacinas...”. (AS01).

“O acolhimento na Unidade, eu faço igual, a pessoa entra eu tento adaptar a linguagem para ser mais próxima, é como adapto para uma pessoa mais velhinha...”. (AS02).

Eixo Educação

“ (...) são sempre acolhidas de uma forma muito individual (...) tentamos sempre ser os mais acolhedores possíveis, atendendo à individualidade e às características próprias da etnia...”. (AS03).

“O acolhimento acaba por ser de uma forma natural, (...) assim que chega uma nova família nós tratamos logo da inscrição daquele agregado familiar nas nossas instalações...”. (AS04).

Eixo Emprego

“Os utentes quando chegam ao Serviço de Formação de várias formas (...) após a receção da sua inscrição, o utente é convocado para uma sessão de acolhimento, onde divulgamos o

Plano de Formação, analisamos o utente as diferentes ofertas formativas e apoios sociais de que podem beneficiar, procedendo posteriormente a uma entrevista individual.” (AS05)

“Quando eles vêm aqui? Ainda qualquer técnico que esteja no atendimento faz esse atendimento. Não há um atendimento diferenciado....”. (AS06)

No Eixo da Educação, a entrevistada AS03, identifica que o atendimento concretizado aos alunos ciganos é diferenciado e individualizado, porque procura atender as particularidades das famílias ciganas no âmbito da educação. Mas o acolhimento não pode ser de forma muito individualizada, neste caso acaba por preferenciar um grupo específico da comunidade escolar em detrimento dos outros, pelo fato de esta escola em particular estar localizada numa zona estratégica onde reside maioritariamente a comunidade cigana.

Neste sentido enteden-se que o conhecimento das especificidades da cultura e identidade das comunidades ciganas ou de qualquer outro grupo étnico são de grande importância para que a intervenção seja realizada de maneira mais adequada tanto a nível institucional como a nível individual.

Na entrevista do AS05 que corresponde ao Eixo Emprego identifica as várias formas de atendimento: *“por sua iniciativa (efetuando uma ficha de inscrição); encaminhados pelos TSS (gestores do Processo RSI); por uma das entidades parceiras (GIP – Gabinete de Inserção Profissional) ou Serviço de Emprego (onde constam inscritos como desempregados”* neste contexto é interessante observar que é apresentado ao utente as diferentes formações e apoios sociais, e cabe ao utente escolher a que lhe é mais conveniente, trabalhando-se a questão da autonomia. Já o entrevistado AS06, informa que qualquer técnico que esteja no atendimento acolhe a pessoa cigana. Importa referir que nem todos os técnicos que estão nos atendimentos dos centros de emprego são profissionais do Serviço Social, como identifica Maurel (2003) existindo várias profissões de acolhimento.

2.2. – Integração em face do procedimento de acolhimento

O conceito de integração segundo Magano (*et al* 2014:127) citando Schapper (2007), é compreendido como “a incorporação de normas sociais e a participação na vida coletiva, sobretudo através das dimensões económica, social e simbólica, por via das instâncias de socialização”. A integração não pode ficar apartada da construção da

identidade social (Magano 2010), estas duas vertentes estão relacionadas entre si na construção das experiências sociais, das aprendizagens grupais sem perder a perspectiva da identidade, característica de cada grupo, dos valores individuais e coletivos que formam a identidade das comunidades ciganas.

Nesta questão procurou-se perceber se o profissional conseguiria identificar se as famílias ciganas se sentiam de fato integradas diante dos procedimentos de acolhimento na instituição. Deste modo as respostas foram as seguintes, de acordo com os diferente Eixos:

Eixo Saúde

“Eles são famílias que tem um comportamento diferente também, querem sempre ser atendidas antes dos outros fazem muito barulho, eles portanto não são cumpridores da regra, aí há que chamar a atenção e de uma forma geral depois eles cumprem (...) possuem um comportamento assim mais desajustado.” (AS01)

“Consigo perceber. Elas não sentem integradas de fato (...) em termos de sistema não, em termos de espaços físicos de acolhimentos físicos e humanos sim.” (AS02)

Eixo Educação

“... há que trabalhar a relação com essas famílias e caso não haja uma relação, uma questão empática também e eles perceberem que não estamos contra eles mas estamos com eles a trabalhar, portanto nós aí vamos verificando sim se eles estão, se sentem ou não realmente integrados. Essa questão da relação facilita-nos muito esse entendimento.” (AS03).

“Sim, eu penso que se sentem integradas. (...) há algumas barreiras existentes entre a própria comunidade (...) como estamos integrados no bairro social e no contexto acaba por ser um processo um pouco demorado, mas aos poucos e gradualmente vai acontecendo essa integração.” (AS04).

Eixo Emprego

“... quando falamos de comunidades ciganas, aí envolve, necessariamente as famílias. Quando convocamos um utente, por norma, a família acompanha e aproveitamos este momento para fazer o diagnóstico social e reorientação profissional, para aqueles que reúnem requisitos para formação...”. (AS05).

“Eu consigo apesar de haver muito poucas famílias integradas em termos funcionais, (...) se há um ou outro utente, dessa etnia que eu considere que até estiveram bem integrados a nível profissional, posso contabiliza...” (AS06).

Os dados evidenciam posicionamentos diferentes. O discurso utilizado (AS01) coloca em evidência atitudes de discriminação e uso de preconceitos, ainda muito

enraizado na sociedade portuguesa e que, passando de geração em geração desvaloriza a diferença e a submete a padrões de adaptação, como se depreende da utilização do termo “comportamento desajustado”. Podemos analisar conforme a perspetiva do Dicionário da Língua Portuguesa (2014:848) onde desajustado³⁰ compreende o individuo que segundo a Psicologia se “manifesta inadaptação à comunidade em que se insere” todavia essa análise reflete o senso comum de uma sociedade a respeito de todos aqueles que estão à margem dela e na leitura feita pela entrevista AS01, as famílias ciganas possuem um comportamento diferente das demais famílias digamos “normais” dentro da sociedade. Mendes (2012) considera este tipo de comportamento como *racismo institucional*, ou seja, a discriminação “não intencional” que predomina nos atendimentos institucionais. Para Mendes (2012:37) citando Miles (1989:60), “este tipo de conceito tende a centrar-se exclusivamente nas consequências do comportamento discriminatório, omitindo-se por vezes, os processos que produzem e reproduzem as desigualdades”.

A questão colocada na entrevista (AS02) referente a uma unidade de cuidados intensivos, em relação ao acolhimento, que em termos de sistema na percepção da , as famílias ciganas não se sentem integradas. Isso demonstra o que foi citado por Mendes de que a nível institucional muitas vezes o sistema em si não facilita a integração dos grupos étnicos minoritários, nomeadamente as comunidades ciganas.

Uma abordagem importante identificada pela AS03 é o trabalho com as famílias para que possa haver uma relação de confiança entre a escola, os professores, alunos e famílias. Na entrevista do AS04 há que apontar que o entrevistado trabalha num projeto que está integrado em um bairro social cigano e que segundo ele, aos poucos o processo de integração vai acontecendo.

Na entrevista AS05 observa-se que a questão do acolhimento se concretiza, ao atender uma família, aproveita a oportunidade para fazer o diagnóstico social daquele grupo familiar, ou seja, fazer o planeamento da intervenção social para conhecer suas aspirações futuras de vida (Fialho *et al*, 2015).

Na narrativa da AS06, deixa claro que é preciso por parte dos profissionais uma maior leitura ou conhecimento da realidade das comunidades ciganas na atualidade,

³⁰ De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, 2014. Porto Editora, conforme novo Acordo Ortográfico, p.484. DESAJUSTADO significa, o que se desajustou; pouco apropriado; inadequado; que não cumpre a função que lhe foi atribuída; desarraçado; que manifesta inadaptação; segundo a Psicologia, pessoa que manifesta inadaptação à comunidade em que se insere.

apesar de todas as dificuldades, há sim, pessoas ciganas, a nível profissional, muito bem integradas no mercado de trabalho, são poucas ainda, mas já é um número considerável.

2.3. – Elaboração do conjunto de procedimentos e integração

Toda a instituição precisa ter legislação ou procedimentos para atender a população alvo. Neste sentido, este tópico de pesquisa tem como objetivo perceber se o conjunto de procedimentos de integração e acolhimento foram elaborados pela própria instituição ou se seguem algum outro parâmetro ou modelo.

Eixo Saúde

“O modelo é igual para todos, não quer dizer que as vezes não tentemos ajustar por uma questão de estarem a incomodar ou eles se sentirem menos predispostos a cumprirem algumas coisas (...)”. (AS01).

“Foram elaborados pela própria unidade no regulamento interno (...) mas foi inspirado na filosofia transversal dos continuados, não é original (...)”. (AS02).

Eixo Educação

“...não há um procedimento realmente traçado, não há uma questão já previamente delineada, não.” (AS03).

“Foi elaborado pela instituição sim”. (AS04)

Eixo Emprego

“A nossa intervenção técnica segue as orientações previstas no Guia Organizativo de Intervenção do Serviço Social e na Circular Normativa de Apoio Sociais, no entanto é flexível.” (AS05).

“Nada! Nada foi elaborado pela instituição”. (AS06).

Nesta questão as respostas foram quase unânimes, ou seja, os procedimentos são criados pela instituição mas com bases em outros modelos por exemplo, a AS02 diz que sim, foi elaborado pela instituição no entanto seguem o guia dos cuidados continuados. No Eixo Educação apenas uma narrativa diz que sim, foi elaborado pela instituição, já no âmbito do Emprego a AS05 diz que a instituição segue os parâmetros do Guia Organizativo de Intervenção do Serviço Social e na Circular Normativa de Apoio Sociais.

No Eixo da Saúde, a narrativa AS01 diz que o modelo de procedimento é igual para todos os utentes, no entanto quando diz “as vezes é preciso ajustar”, reflete uma predisposição para estigmatizar esta população específica, porque segundo a AS01, são menos propensos ao cumprimento de regras.

2.4. – Constrangimento no processo de acolhimento e integração.

Para esta questão tentamos perceber junto aos Assistentes Sociais se eles conseguem identificar se as famílias ciganas se sentem constrangidas diante dos processos de acolhimento e integração, vejamos as respostas dos entrevistados:

Eixo Saúde

“Nem todos sentem e algumas famílias, eles tem uma regra própria de que não abdicam (...) é difícil eles adaptarem-se ao cumprimento das regras que existem nos serviços (...) portanto é difícil as vezes impor-lhes as regras do funcionamento.” (AS01).

“Com o Serviço Social acho que não (...) com o médico, com o enfermeiro eu acho que sim, acho que não se sentem à vontade...” (AS02).

Eixo Educação

“Sim, os constrangimentos normalmente são a questão das reticências, ficam de pé atrás, digamos, não se conseguem, não querem mesmo dar-se a conhecer, (...) querem preservar a sua identidade, as questões culturais, muito pessoais e individuais (...).” (AS03).

“O constrangimento acaba por residir (...) para aquelas pessoas que não estavam acostumadas a morar num bairro de habitação social (...) há alguns constrangimentos relativamente a isso, morar num bairro social e ser deslocado do centro.” (AS04).

Eixo Emprego

“ (...) não nos podemos esquecer, dos constrangimentos internos e culturais. Encontramos algumas famílias mais conservadoras, que fazem resistência à integração em programas de formação. Forçar a sua integração trará outro tipo de consequências para as famílias.” (AS05).

“Penso que eles, mesmo assim, conseguem integrar-se mais fácil do que propriamente a nossa aceitação enquanto técnicos desse público que nos procura, pronto. Se há pessoas que vêem o cigano como um utente normal (...), há outros que acabam por estigmatizar mesmo (...) é visto como sendo um público que apenas vem beneficiar do sistema, mais nada.” (AS06).

No Eixo da Saúde, destacamos a fala do AS01 onde reflete que as dificuldades que as famílias ciganas possuem em aceitar regras. Já na observação apontada pela AS02, relata que no que diz respeito as demandas colocadas ao Serviço Social, não há esse constrangimento, entretanto na observação dela, com as outras equipas, as famílias não conseguem manter um nível de confiabilidade.

Entretanto no Eixo da Educação, fica registado a questão das particularidades da vida das famílias ciganas, nomeadamente a necessidade de preservar a identidade cultural tanto no âmbito coletivo quanto no individual. O constrangimento para (AS04), é a questão de ir morar para um bairro social, afastado do centro urbano e viver numa comunidade diferente da sua, ou seja, surge a questão da integração junto de outras culturas e de regras as quais não estão habituados.

No discurso AS05 e AS03, temos a mesma questão, a dos constrangimentos internos e culturais o que por vezes dificulta a integração. Para a entrevistada AS05, forçar a integração da pessoa cigana em qualquer espaço pode gerar outras consequências. Na narrativa são enumeradas várias questões, como por exemplo os transportes públicos que são escassos nos bairros sociais, e a questão da habitação que para AS05 *“... o contexto habitacional ou falta dele parece-me a questão mais preocupante e para a qual nos sentimos impotentes, face à ausência de habitações sociais e a dificuldade sentida no acesso ao mercado privado de arrendamento...”* ou seja, as pessoas não arrendam imóveis sabendo que se trata de famílias ciganas.

Na narrativa AS06, o profissional considera que a aceitação por parte dos técnicos que atendem a comunidade cigana, encontram dificuldades em aceitar os ciganos como um utente normal. Há uma marca que vem de anos e continua a ser utilizada até mesmo dentro das instituições públicas *“o cigano é visto como um público que apenas vem beneficiar do sistema”*. É a construção da segregação social cigana que não deveria existir mas que ainda é tão marcante na sociedade portuguesa.

2.5. – Caracterização da integração do aluno na escola

Essa questão foi direcionada apenas para a área da educação, importa perceber, uma vez que a escola é um lugar de formação da consciência do EU e da interação e aprendizagem moral e social. Nesta ótica para a narrativa AS03, a integração acaba por ser um procedimento que vai progredindo passo a passo, dia após dia, pois para ela, há

sempre um grande receio por parte dos alunos que vem da cultura deles, é a forma como serão tratados, recebidos, pelos professores, colegas, se vão ser aceites ou não. E aqui está um grande empenho, a *aceitação*. A estigmatização da pessoa cigana na sociedade começa dentro do próprio lar e os pais passam isso para seus filhos que reproduzem na escola de forma aberta sem nenhum constrangimento e isso acaba as vezes por afastar os jovens ciganos da escola. A assistente social acaba por dar ênfase na questão da *relação* e esta ligação de confiança que se ganha com a forma como essas crianças são recebidas no âmbito escolar.

Todavia, observamos que na fala de AS04, por ser um projeto social dentro de uma comunidade cigana, eles não estão junto aos estudantes diariamente, entretanto, o entrevistado enfatiza que acompanham esse processo de integração dos jovens e crianças e fazem reuniões com os professores para acompanhar o desenvolvimento das mesmas.

Eixo Educação

“É um procedimento muito lento e gradual, portanto lá está, a questão mesmo do medo, do receio que eles têm, portanto do que é transversal da cultura da etnia cigana digamos, é muito esta questão do medo, do receio. Como é que vou ser tratada? Como é que vou ser recebida? Como é que me vão aceitar? Se me vão aceitar (...) é uma questão de relação, eu continuo a dar ênfase à relação que se estabelece com esses indivíduos, com essa população.” (AS03)

“O nosso projeto costuma acompanhar esse processo de integração (...) falamos também com os professores em reuniões periódicas para perceber também como é que vai acontecendo o desenvolvimento das crianças e acabamos por dar esse suporte.” (AS04).

No módulo das questões apresentadas e analisadas, da dimensão 2 que diz respeito ao processo de acolhimento e integração das famílias ciganas, constatou-se através das intervenções dos profissionais, que há uma distinção nos processos de acolhimento e integração das famílias ciganas e dos outros utentes. Predomina a segregação social que infelizmente ainda é tão presente no Serviço Social. Como exemplo, reportamos para a resposta da AS06, que o cigano é visto (pela sociedade) como um público que quer apenas ser beneficiado pelo RSI, ou seja, não querem trabalhar, apenas beneficiar do sistema.

Quando volvemos ao Serviço Social é porque a concepção da capacidade do ser humano, em especial às pessoas que se encontra em situação de vulnerabilidade social, de se reerguer, de se empoderar para construir uma vida digna para si e para os outros

que estão à sua volta, é algo intrínseco ao Serviço Social (Albuquerque *et al*, 2017) e é neste sentido que a *aceitação* do outro como ele é nas suas particularidades e a *relação* que o profissional de Serviço Social passa a ter com o utente que procura os serviços públicos são de extrema importância para a construção de um bom atendimento no acolhimento e na integração das pessoas de qualquer etnia, nacionalidade ou condições sociais e económicas.

3. Demandas que as famílias ciganas apresentam ao Assistente Social

Quando falamos em *demandas* reportamo-nos à ideia de necessidade, de ajuda. Neste sentido, apresentamos nesta dimensão de análise numero 3, as questões que se relacionam com essas dificuldades e necessidades que são apresentadas ao Assistente Social, as articulações que são feitas entre o Serviço Social e outras organizações para encontrar melhores resultados na resolução dessas demandas bem como medidas específicas direcionadas a cada área de intervenção do Serviço Social no âmbito da ENICC 2013/2020.

Nas questões a seguir salientamos que há nas subdimensões perguntas que são específicas para cada área de intervenção, neste sentido, não colocamos os números que indicam cada pergunta e sim como itens dentro de uma única questão. As questões 3.1, 3.2 e 3.3 são comuns para todos os eixos, a partir de então começam as específicas para cada dimensão.

Berta Granja (2014:8) citando Bourdieu (1993) “o social faz o social pode desfazer”, neste sentido a autora demonstra que mesmo nas maiores dificuldades, enquanto profissionais e cidadãos podemos e devemos enfrentar e lutar para “desfazer o que atualmente contraria a justiça social e aumenta as desigualdades sociais”.

3.1. – Dificuldades e necessidades apresentadas

Das dificuldades e necessidades apresentadas aos profissionais, temos os seguintes discursos:

Eixo Saúde

“(...) procuram os serviços de saúde mais pelas situações agudas ou então vêm naqueles períodos em que estão marcados porque sabem que têm de cumprir; porque muitos deles são beneficiários de uma prestação social que os obriga porque eles assinam um contrato de inserção e são obrigados e virem e a cumprirem com os planos de consultas, essas coisas todas que ficam estabelecidas no contrato de inserção. (...)” (AS01)

“(...) eles necessitam mais de apoio de acessos, mais saúde, educação, mais educação para a saúde, na questão da higiene, é uma questão mais das condições onde estão.” (AS02).

Eixo Educação

“As principais necessidades acabam por ser a nível burocrático, das dificuldades que eles tem de chegarem aos serviços e dos serviços chegarem à comunidade (...) nós somos chamados a intervir mesmo por haver essas dificuldades de comunicação entre as duas partes.” (AS04).

Eixo Emprego

“As referidas anteriormente. O que exige de nós uma articulação constante com a nossa rede de parceiros e de intervenção social.” (AS05)

“(...) a única coisa que eles procuram é manter a inscrição e levar uma Declaração para efeitos de rendimento Social de Inserção (...) uma mão apenas basta para contabilizar o número de pessoas dessa etnia que nos procuram para trabalho, efetivamente é aquilo que eu noto.” (AS06).

Na questão das dificuldades, podemos observar que no Eixo Saúde, a AS01 sempre coloca em seu discurso a dificuldade de integração das pessoas ciganas. A saúde torna-se um dever porque são obrigados a cumprir uma medida estabelecida em contrato de inserção social. A AS02 no mesmo Eixo, salienta as necessidades das comunidades que se traduzem em educação para a saúde.

No Eixo da Educação a narrativa do AS04 diz que a burocracia é o maior impasse, uma vez que os “serviços” têm dificuldades de chegarem até eles e vice e versa. Referimos-nos aqui à questão da complexidade dos serviços, a questão na interpretação dos documentos e dos que lhes é pedido quando se deslocam aos serviços, às vezes é como se houvesse uma barreira linguística.

Quando a AS06 diz que pode ser contabilizado por uma “mão” o número de pessoas ciganas que procuram trabalho, é uma realidade contraditória, com as prioridades elencadas na ENICC (2013/2020:57), nomeadamente a Prioridade 32 que visa “potenciar o acesso ao emprego e à criação do próprio emprego”. Neste contexto

cabe pensar que faltam dois anos para o cumprimento das metas estabelecidas pela ENICC 2013/2020 e denota-se não só por parte dos técnicos como dos alvos de intervenção uma inércia no que consta ao investimento e sensibilização para o mercado de trabalho, não dando lugar a que as metas estabelecidas sejam cumpridas.

3.2. – Articulação com as organizações comunitárias

Na questão em análise importa nos saber se existe articulação entre os profissionais do Serviço Social e as organizações comunitárias e como se desenvolve essa articulação, obtivemos as seguintes respostas:

Eixo Saúde

“Sim, há sempre. Porque nós aqui somos um elemento de ligação entre a saúde daquela família e as outras instituições que os acompanham na comunidade (...).” (AS01).

“Existir existe, e eu faço imensas diligências (...) comunicação há, articulação, eficiência, resolução no meu caso eu sinto muito desamparo, eu acho que não.” (AS02).

Eixo Educação

“E portanto, nós estabelecemos quase que diariamente contacto com as entidades que fazem acompanhamento, (...), estes contactos não só mesmo nas trocas de experiências, partilhas e essas reuniões que estamos a falar e essas articulações com associações da questão do absentismo e abandono escolar dos nossos meninos da etnia cigana mas também lá está, recebem alunos nossos a nível da exploração da atividade vocacional no sentido de perceber que futuro para esses meninos, para esses jovens da etnia.” (AS03)

“ (...) fazemos articulação com os professores de cada menino, há meninos a ser acompanhados por psicólogos, terapeutas ocupacionais e terapeutas da fala (...) eles enviam trabalhos para nós desenvolvermos também nos nossos espaços, nas nossas atividades e nós depois vamos dando um feedback para as escolas e vice e versa.” (AS04).

Eixo Emprego

“Sim, existe, mas nem sempre é fácil! Uma vez que este Serviço de Formação tem uma área de atuação muito abrangente (...) um dos constrangimentos sentidos é a falta de participação do Serviço de Formação nas reuniões (...), cuja articulação seria mais proveitosa, permitindo analisar vários casos que acompanhamos.” (AS05)

“Sim, sim, sim, nós fazemos representação, temos um núcleo de Rendimento Social de Inserção, onde reunimos todas a sextas-feiras na Segurança Social (...).” (AS06).

De acordo com Inês Amaro (2015), as redes de apoio favorecem os vínculos funcionais e a articulação entre o cidadão e as instituições, permitindo assim uma

intervenção assente no fortalecimento e enriquecimento dos interesses coletivos. Neste sentido as entrevistas permitiram verificar que em muitas instituições o profissional de Serviço Social é um *elemento de ligação* entre a comunidade e as instituições, dando voz àqueles que não têm. Observamos entretanto na entrevista AS02, há articulação, mas também se sente ineficiência na resolução das diligências que são feitas. Em muitas instituições o Serviço Social não é valorizado, por isso muitos ao invés de serem “Assistentes Sociais”, são “Diretores Técnicos” das instituições, sendo visível a desvalorização e descaracterização da identidade profissional.

É importante sublinhar que nas entrevistas do Eixo Educação, os profissionais destacam as trocas de experiências e partilhas que ocorrem na articulação entre as entidades que trabalham com as comunidades ciganas, no combate ao abandono escolar. No Eixo Emprego (AS05), demonstra que nem sempre é fácil fazer essas parcerias uma vez que a falta de participação por parte dos Assistentes Sociais ou Técnicos sendo um dos *constrangimentos* que impedem um acompanhamento mais eficaz no âmbito da formação e emprego.

3.3. – Mediador intercultural cigano na instituição.

A ENICC (2013-2020:37) tem como objetivo de um dos Eixos Transversais, na Dimensão 3.7 a Prioridade 12 que trata da “*promoção e formação de mediadores socioculturais ciganos*”. A ENICC informa ainda que “a atuação dos mediadores em contextos multiculturais tem sido, nos últimos anos, considerada por instâncias nacionais e internacionais como muito positiva”. A meta geral da ENICC para essa dimensão é formar “80 mediadores socioculturais até 2020” (idem).

Neste âmbito, o mediador intercultural cigano desempenha um papel de extrema importante, permite a aproximação das comunidades ciganas aos serviços públicos, trabalha a articulação com as instituições públicas e as comunidades, previne e facilita a gestão de conflitos interculturais entre as pessoas ciganas e as não ciganas bem como entre as próprias comunidades cinganas, dentre várias outras intervenções que o mediador intercultural pode desempenhar.

O Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE³¹), através do Aviso N.º POISE 33-2018-06, abriu concurso 3.09 – Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais, e um dos objetivos de intervenção é a promoção e inclusão social do combate à pobreza e discriminação das pessoas ciganas, imigrantes e minorias étnicas.

Nesta perspetiva, essa questão, tem como objetivo verificar junto aos Assistentes Sociais entrevistados, se há nas instituições intervenientes, algum mediador sociocultural cigano.

Eixo Saúde

“Neste momento não há, mas já houve (...) essa figura do mediador é muito importante não só para mediar essas questões entre os serviços e as pessoas dessa etnia mas às vezes até para mediar um pouco esses conflitos entre as etnias, (...)” (AS01)

“Olha eu não tenho conhecimento (...) na zona onde estou a trabalhar a maior parte da população é cigana e eu sei que há esses mediadores, mas que tenha passado pela minha instituição, não .” (AS02).

Eixo Educação

“Não há mediadores ciganos em nenhuma escola de Coimbra (...)” (AS03)

“Eu conheço, mas nesta instituição não está nenhum mediador a trabalhar (...) fizemos agora recentemente uma candidatura para dois mediadores ciganos para nossa comunidade, mas neste momento não existe.” (AS04).

Eixo Emprego

“Não, não existe! Mas vamos trabalhando com alguns mediadores ciganos, representantes de Associações Ciganas e Grupo Ativo Cigano, na zona de Coimbra e Figueira da Foz. Estes mediadores desempenham um papel muito importante, na aproximação das comunidades ciganas aos serviços públicos (...)” (AS05)

“Aqui não, mas conheço, conheço. Pertencente ao Instituto de Emprego, não” (AS06).

Em todos os Eixos, as entrevistas apontam para a não existência de mediadores nas instituições. A AS01 deixa claro a importância do mediador não apenas na questão das mediações entre as organizações e as comunidades ciganas, mas também para os

³¹ PO ISE (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego) que foi criado através da Resolução de Ministros n. 73-B/2014, de 16 de dezembro. Não é um programa destinado às comunidades ciganas a todos os cidadãos portugueses, imigrantes, refugiados... é um programa cofinanciado pelo Portugal 20/20, Fundos Europeus Estruturais e Investimento (FEEI) e o Fundo Social Europeu. Maires informações < <http://poise.portugal2020.pt/inicio> >

conflitos existentes dentro das próprias comunidades, vai ao encontro deste pensamento a fala da AS05 a relevância do mediador em aproximar as comunidades ciganas aos serviços públicos.

Segundo a AS03, nas escolas em Coimbra, não existe nenhum mediador da etnia cigana, neste contexto da mediação escolar, a FSG (2007b:61), afirma que

*“a medio y largo plazo la Mediación Intercultural aporta muchos beneficios, de los cuales citamos: el arraigo de una cultura de gestión positiva de los conflictos, la promoción de la comprensión y el respeto de las diferencias culturales, la reducción del peso de los estereotipos y prejuicios culturales; todo ello conlleva a una mayor cohesión social”*³²

Nesta ótica, o mediador intercultural cigano desempenharia um papel importante com benefícios tanto para as comunidades ciganas, as instituições, os profissionais e a sociedade no geral. Segundo o Relatório ENICC 2016 foi criado dois projetos nas comunidades ciganas, a Sílabo Dinâmica – Associação Intercultural e a Associação de Mediadores Ciganos de Portugal (AMEC), entretanto ainda não contempla todas as comunidades ciganas existentes em Portugal.

3.4. – Perguntas específicas do **Eixo Saúde** da Dimensão 3.

✓ **Situação em que procuram os Serviços de Saúde**

Neste bloco de perguntas do Eixo da Saúde da Dimensão 3, procuramos saber em que momento ou estado de saúde as famílias ciganas procuram os serviços públicos de saúde. Conforme os dados da entrevistada AS01, os cuidados são na sua maioria de prevenção, bem como a AS02, as respostas foram precisas no sentido de que a procura pelos serviços de saúde é concretizada quando chegam na situação em que os cuidados que são específicos da cultura já precisam de intervenção externa, no caso é na situação limite que procuram os serviços públicos de saúde.

³² **Tradução literal feita pela autora:** “a médio e longo prazo a Mediação Intercultural comporta muitos benefícios, dos quais citamos: o enraizamento de uma cultura de gestão positiva dos conflitos, a promoção da compreensão e do respeito pelas diferenças culturais, a redução do peso dos estereótipos e preconceitos culturais; tudo isso leva a uma maior coesão social”. (FSG, 2007b:61)

Eixo Saúde

“É na situação aguda, no limite”. (AS01).

“No meu contexto eles pedem ajuda numa fase em que *as famílias já não podem mais, porque em termos de famílias eles são super unidos, então é nos limites dos limites, quando estão mesmo a precisar*”. (AS02).

3.5. – Perguntas específicas do **Eixo da Educação** da Dimensão 3.

A educação desenvolve no seio das famílias ciganas correlações de conflituosidades, uma vez que a escola, por vezes não valoriza suas experiências culturais o que caracteriza um nível muito baixo de permanência das crianças ciganas na escola. Entretanto e mesmo com essas dificuldades, alunos ciganos vencem as barreiras do preconceito e discriminação e conseguem chegar ao ensino superior, ainda são poucos, mas já se vislumbra no horizonte, uma mudança que mesmo pequenina já faz uma grande diferença.

✓ **Participação da família no desempenho do filho.**

A participação das famílias na vida escolar das crianças não é muito frequente, na narrativa AS03, podemos perceber a preocupação da profissional ao sublinhar que as famílias não reconhecem o valor que a educação tem e por vezes só acompanham as crianças uma vez que há uma cláusula prevista no RSI que o absentismo leva a família a perder o benefício. Já na explanação da AS04, a experiência do profissional no projeto da qual faz parte, salienta que há pouco tempo as famílias “estavam desligadas” da escola e para elas isso era função do Assistente Social, no entanto, observa que já houve alguma mudança nas famílias que estão mais integradas, acompanham mais os seus filhos no desenvolvimento escolar.

No que concerne ao conceito de participação, para Almeida (2017:51) é preciso partir de duas vertentes: a **conceção liberal** que pode ser compreendida sob duas perspetiva: a participação corporativa “que tem o bem comum como núcleo articulador dos indivíduos” e a participação comunitária que a autora “caracteriza como uma forma institucionalizada”, onde grupos se organizam participando de organismos governamentais estatais; e a **conceção democrática** que também para a autora é

compreendida sob duas vertentes: a revolucionária estruturada coletivamente por grupos organizados que lutam em prol de um ideal, participando democraticamente e a radical que está mais voltada para a organização e fortalecimento da sociedade civil e para a construção de “uma realidade social mais igualitária”.

Eixo Educação

“Eles não participam (...) O que nós pressentimos aqui é que as famílias não reconhecem mesmo o valor da escola, da educação em si, portanto há aqui uma desvalorização da frequência escolar, da obtenção de uma certificação escolar, portanto ainda conseguimos obter essa percepção e ainda não vimos aqui uma alteração, uma evolução a nível da visão da família em si em relação a escola, portanto a família continua a não valorizar a escola e só e apenas acompanham os meninos ou dá pelo menos alguma importância à escola por obrigação (...)” (AS03).

“Sim, a minha experiência desde há dois anos atrás quando eu iniciei o trabalho como assistente social nesta comunidade, as famílias estavam completamente desligadas do trabalho da escola e pelo contrário, elas achavam que isso era uma das nossas funções (...) hoje em dia, gradualmente aquelas famílias que estão mais integradas na sociedade, que já tem certas rotinas mais ligadas à nossa maneira de ver, da comunidade não cigana, já vão começando a acompanhar os filhos nas escolas ”. (AS04).

✓ **Relação entre os alunos na escola.**

Neste quesito a pergunta está centralizada na relação dos alunos não ciganos com os alunos ciganos e de acordo com o que relatado nas entrevistas, já nota uma diferença na integração e relação de respeito entre os alunos. Conforme o discurso da AS03, ela não sente essa integração por parte da família cigana, mas nos alunos está a ser algo natural, uma vez que não há distinção entre eles, todos são iguais, mesmo sabendo que existem culturas diferentes, é obrigação dos pais das crianças ciganas e não ciganas ensinarem seus filhos a respeitar o outro dentro de suas especificidades.

Na fala (AS04) nota-se que esse preconceito que vem da cultura familiar portuguesa, as crianças acabam por transmitir na escola esses estigmas sociais, e como são crianças, a entrevistada relata que essas dificuldades acabam por serem ultrapassadas com o tempo e uns acabam aprendendo com os outros.

Eixo Educação

“ (...) hoje se nota uma diferença. Na integração dos miúdos eles próprios já lutam digamos assim, por se sentirem um bocadinho mais integrados. As famílias não, mas os miúdos entre si, até porque acho que os outros já começam a perceber que é uma questão muito natural

de aceitarmos o outro como um ser diferente (...).” (AS03).

“No início eu penso que até pelos preconceitos que os meninos não ciganos também têm e com os próprios ciganos que acabam por colocar relativamente aos não ciganos há uma fase de conhecimento dos dois grupos em que existe alguma desconfiança, algum desconforto (...) com o tempo essas dificuldades vão se ultrapassando e os próprios meninos não ciganos acabam (...) auxiliando até no processo escolar os meninos da comunidade cigana”. (AS04).

✓ **Concluir os estudos básicos.**

Nesta pergunta o objetivo é perceber se os alunos ciganos conseguem concluir os estudos ao nível básico/secundário e se em caso negativo quais os fatores para o insucesso. Neste sentido, de acordo com a ENICC (2013/2020:47) uma das metas gerais da Prioridade 20 – Aumentar os índices de escolarização, garantindo que todas as crianças ciganas completam a escolarização obrigatória – Meta: *conclusão da escolaridade básica para 40% das crianças ciganas do sexo feminino e do sexo masculino, até 2016 e 60% até 2020.* Conforme respostas das entrevistas, os alunos conseguem sim mesmo com algumas dificuldades, entretanto há de ter um tratamento diferenciado como sublinha a narrativa AS03, uma vez que o absentismo é um dos fatores pra o insucesso bem como a falta de vocação para o sucesso, neste aspeto a escola possui estratégias para trabalhar esses alunos, com projetos a nível individual motivando-os para não desistirem da escola.

De acordo com a FSG (2007a:14) o “insucesso e o absentismo escolar das crianças ciganas podem ser explicados por dois elementos: por um lado, o *isomorfismo* e o *etnocentrismo* que caracteriza a escola, enquanto lugar privilegiado de preparação para o trabalho, na medida em que apresenta formas de funcionamento que em nada se adaptam à forma de estar e à cultura dos ciganos [...] Por outro lado, a *formação de professores em Portugal não inclui qualquer tipo de disciplina que contemple as questões da multiculturalidade*, não estando muitos deles preparados para enfrentar a diversidade dos seus alunos.”

Eixo Educação

“Eles conseguem (...) a taxa de absentismo é elevadíssima e essa questão do absentismo traz o insucesso, inevitavelmente (...) porque eles não estão vocacionados, não estão focados no sucesso, ponto final (...) agora, conseguem sim sucesso quando, nós que temos um programa muito específico, conseguimos trabalhar a individualidade, conseguimos traçar um projeto a nível educativo e, digamos assim, motivá-los para a frequência escolar, por exemplo, traçando estratégias diferenciadas e diversificadas com eles, motivadoras para a frequência escolar (...).” (AS03).

“A nível básico sim, com algumas dificuldades, mas vão conseguindo (...).” (AS04).

✓ **Tratamento diferenciado entre alunos ciganos e não ciganos.**

Para esta questão, perguntamos aos entrevistados se existia algum tratamento diferenciado entre o corpo docente ou funcionários para com os alunos ciganos e podemos notar que, de acordo com (AS03), existe respeito por parte de ambos ou seja, gentileza gera gentileza. Já na narrativa AS04, temos aí dois fatores que é preciso levar em consideração. Primeiro fator, toda discriminação é negativa, no nosso entendimento não existe discriminação positiva. O Decreto-lei 54/2018³³ de 06 de Julho “*estabelece como uma das prioridades da ação governativa a aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social*”. Neste caso específico a lei é clara e os professores quando se deparam com uma criança ou jovem nestas condições, é necessário uma medida de diferenciação pedagógica que facilita a aprendizagem e principalmente integração desse aluno e não pode ser considerada uma discriminação positiva.

O segundo fator é quando um professor encontra um aluno que necessita de uma ação mais inclusiva e o põe à parte a fazer desenhos, sim, temos um ato explícito discriminatório, principalmente quando já de imediato parte do princípio que por ser de comunidade cigana não vão conseguir ultrapassar suas dificuldades educativas. Reportamos-nos ao item anterior na citação da FSG (2007) quando não há formação para os professores que trabalhe as questões das minorias étnicas, as

³³ Decreto-Lei n.º 54/2018 de 06 de Julho, que estabelece o regime jurídico da Educação Inclusiva pode ser acessado em <https://dre.pt/home/-/dre/115652961/details/maximized>

multiculturalidades, acontecem dentro de sala de aula a discriminação, o preconceito, o que desmotiva as crianças na frequência escolar e conseqüentemente o abandono.

Eixo Educação

“ (...) é tentar que os alunos jovens se sintam ao máximo respeitados e acho que aí o comportamento gera comportamento e o respeito por parte dos professores e funcionários, também se espelham no comportamento que os alunos têm para com os funcionários e professores. Então há aqui uma questão de cordialidade também é isso que cada vez se nota mais”. (AS03).

“Sim. Eu lido com quatro, cinco escolas diferentes (...) e acabo por ver as diferentes formas de tratamento. Mesmo de escola para escola há alguma diferença. Noto por exemplo que há professores que se esforçam muito por fazer atividades mais práticas para cativarem esses alunos para conseguir chegar até eles. Numa maneira de discriminação positiva para eles conseguirem ter um trabalho mais produtivo e há outros, enquanto noto que professores que fazem discriminação e acabam por colocar à parte esses alunos e os colocam a fazer desenhos e pensam que eles não vão passar dali e partem do princípio que por serem esses alunos de comunidade cigana e por terem essas dificuldades que não vão conseguir ultrapassá-las”. (AS04).

✓ **Desempenho escolar igual entre alunos.**

Ainda no Eixo Educação da Dimensão 3, indagámos os entrevistados se o desempenho escolar é igual ou há diferenciação entre os alunos ciganos e não ciganos. Na fala AS03, a diferença é tão gritante que os profissionais já “*partem do princípio de que eles não estão minimamente motivados para a frequência escolar*”. Se o pensamento do profissional já é assim, o que esperar do seu aluno? No discurso AS04, também há diferença entretanto sublinha que a nível prático eles conseguem ter competências mais apuradas, logo, o profissional que acompanha o aluno cigano deveria aproveitar exatamente essas competências ou particularidades e trabalhar para que ele possa se sentir integrado e ter um desempenho igual ou superior a qualquer outro aluno.

Eixo Educação

“Há muita diferença. Partimos logo do princípio que eles não estão minimamente motivados para a frequência escolar e não vêem como objetivo, como regalias e não têm objetivos nenhuns em ter uma certificação escolar porque o futuro deles não passa pelo mercado de trabalho, digo normal, portanto eles não se envolvem. Portanto o desempenho é muito, muito pouco e muito fraco.” (AS03).

“Sim, existe alguma diferença, penso que os professores acabam por notar alguma dificuldade. (...) a nível prático eles acabam por ter competências mais apuradas, digamos assim”. (AS04).

3.6. – Perguntas específicas no **Eixo do Emprego** da Dimensão 3.

Dentro do processo de integração de qualquer jovem na sociedade o primeiro passo é o emprego. É como se fosse o grito de liberdade para a sua independência, no entanto para alguns jovens o caminho para essa liberdade torna-se mais espinhoso, devido a exclusão social e os quadros de pobreza que os afetam. Neste sentido, este bloco de perguntas, tenta dar respostas às questões colocadas nos objetivos do trabalho.

✓ **Formação profissional específica para as pessoas ciganas.**

Nesta pergunta sobre as formações específicas para as pessoas ciganas, podemos analisar que não existe no âmbito do Instituto de Emprego e Formação Profissional, nenhuma formação que seja direcionada para a pessoa cigana. Conforme o relato da AS05, em 2010 foi criado um curso de formação visando dar respostas que se adequasse às necessidades e realidades das pessoas ciganas tendo em vista os níveis de escolaridade. Para a profissional foi um ponto de partida para que hoje pudessem ter alguma qualificação profissional. Já na narrativa AS06 as formações no âmbito do emprego são iguais para todos, não há nenhuma específica.

Entretanto, de acordo com a ENICC (2013/2020:57) e a **Prioridade 31**, está previsto “*capacitar os serviços e adequar respostas formativas às especificidades das comunidades ciganas*” neste sentido, depreende de acordo com as entrevistas, que esta prioridade em específico ainda não foi concretizada.

Eixo Emprego

“Não, não existe uma resposta específica e destinada às Comunidades Ciganas. Todas as Medidas de Formação e Emprego que o IEFP disponibiliza são de carácter universal, no entanto, existem algumas respostas que se adequam melhor a estas comunidades (...) o curso de Formação em Competências Básicas (...) uma resposta formativa que se adequava às suas necessidades, uma vez que tinham baixos níveis de escolaridade e de literacia (...) foi também o ponto de partida para a integração em percursos qualificantes, que permitiram a estas comunidades elevar os seus níveis de qualificação escolar e obtenção de uma certificação profissional (...) ”. (AS05).

“Não, não temos formação específica para este tipo de público. As formações são iguais para todos”. (AS06).

✓ **Principais áreas de formação procurada pelas pessoas ciganas.**

Nesta questão analisa-se quais são as principais áreas de formação procuradas pelas pessoas ciganas. Percebe-se na intervenção AS06 que a resposta é rápida no sentido *de que essas pessoas dessa etnia não querem saber de nada*, evidenciando a reprodução das práticas discriminatórias do senso comum.

Já na narrativa AS05 compreende-se de forma mais clara os motivos que em Coimbra as pessoas ciganas não registam um número significativo que estão em formação ou no emprego. Para a entrevistada, depende da zona e do contexto cultural em que estão inseridas essas comunidades. Na Figueira da Foz, temos uma expressão maior de mulheres ciganas que se organizam comunitariamente como por exemplo a Ribaltambição – Associação para a Igualdade de Género nas Comunidades Ciganas (Figueira da Foz). E não é raro as pessoas que chegam à faculdade, pelo contrário, a OPRE (Programa Operacional de Promoção da Educação) está possibilitando o acesso à faculdade a muitos jovens ciganos.

Eixo Emprego

“Depende do contexto cultural e da zona geográfica em que se inserem essas pessoas. (...) Posso dizer-te que em Coimbra as comunidades ciganas têm um nível de escolaridade mais baixo, face às da Figueira da Foz. Em Coimbra não registamos um número significativo de pessoas ciganas em formação, no entanto, as mulheres tendem a procurar a área da costura (...).” (AS05).

“Por essas pessoas dessa etnia? Eles não procuram nada, se há um ou outro que procura e mesmo assim conseguem chegar à faculdade, é raro (...).” (AS06).

✓ **Mais mulheres ou homens que procuram formação.**

Interrogamos os profissionais, se são mais as mulheres ou os homens que procuram formação profissional e a resposta foi unanime, as mulheres. A visão da AS05 complementa afirmando que, por possuírem um nível de escolaridade mais baixo as mulheres possuem significativo número de inscrição nos centros de formações.

Em contrapartida a AS06 salienta que é porque a maior parte dos homens ciganos estão reclusos, neste caso não conseguimos responder, uma vez que não sabemos se é verdadeira essa afirmativa, e não cabe aqui estigmatizar e sim quebrar barreiras e desconstruir preconceitos.

Eixo Emprego

“As mulheres! Por norma apresentam níveis de escolaridade mais baixos do que os homens e eles sempre vão conseguindo alguns trabalhos temporários.” (AS05).

“São mais mulheres. Muitas vezes porque a maior parte dos homens estão reclusos né?” (AS06).

✓ **Preferência por um tipo de trabalho.**

Como uma questão complementa a outra, nesta indagamos se as pessoas ciganas demonstravam alguma preferência por um tipo de trabalho e obteve-se a respostas negativa. Não há nenhuma preferência na visão da AS06, já na narrativa AS05, detalha algumas áreas em que as mulheres procuram mais trabalhos bem como os homens.

Eixo Emprego

“As mulheres procuram trabalhos em áreas de apoio à infância ou de cuidados de beleza/estética, nomeadamente, auxiliar de ação educativa, cabeleireiro, manicura... Já os homens nas áreas da Distribuição-vendas, Mecânica, Soldadura...” (AS05).

“Não, não, não”. (AS06).

✓ **Casos de não-aceitação de pessoas ciganas nos requisitos para admissão em oferta de emprego.**

Na sequência da questão anterior, questionamos se já houve casos de não-aceitação de pessoas ciganas nos requisitos básicos para admissão em ofertas de emprego, temos duas respostas dualistas, uma diz sim na área da formação e a outra diz não na área do emprego. Aqui temos um caso explícito de que o profissional de Serviço Social ou trabalha para as pessoas ou para as instituições. É obvio que sempre houve tais requisitos por parte das instituições de emprego no que diz respeito às pessoas ciganas e por vezes a pessoa não diz que é cigana, é aceite e quando descobrem ela é demitida.

Eixo Emprego

“Sim, claramente! Tenho formandos ciganos que concluíram o curso de Cozinha e quando levam uma convocatória de oferta de emprego, nem chegam à fase de entrevista! A vaga já está preenchida...” (AS05).

“Não, não podem fazer discriminação e nem podem ser aceite por nossos serviços”. (AS06).

4. – Sobre as políticas, programas e medidas

Na última dimensão da apresentação dos resultados desta pesquisa, o foco central das questões são os programas e medidas da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013/2020. Como nas outras dimensões ou blocos de questões, temos a primeira que é para todos os Eixos e a partir do item 4.2 teremos os blocos de questões específicos para cada Eixo dentro da Dimensão 4.

Segundo Clara Santos (2016:146-147), as políticas de famílias, inscrevem-se no campo das políticas públicas e definir o que são políticas públicas para a autora “não é uma tarefa linear” e possui um significado muito abrangente. Para a autora, as políticas públicas sociais asseguram direitos e podem ser **distributivas**, quando as ações são todas de impacto público e tem por finalidade “a distribuição pelos diferentes setores da sociedade civil” assegurando os direitos fundamentais. As políticas são **redistributivas** quando estão “relacionadas com as instituições públicas e seus conteúdos de acordo com os diferentes programas e decisões estratégicas [...] com um carácter reparador e de distribuição pecuniária em forma de subsídios e programas específicos para populações específicas consideradas como mais vulneráveis” e por fim a política pública **reguladora** que está centralizada a nível institucional e possui carácter mais amplo pois são elas que definem as políticas redistributivas e as distributivas. Neste sentido, passamos à análise das questões da Dimensão 4.

4.1. – Conhecimento da ENICC 2013/2020

Esta pergunta, compreende-se em perceber junto aos entrevistados se possuem conhecimento da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013/2020.

Dos Assistentes Sociais entrevistados apenas a narrativa do AS05 diz ter conhecimento e saber do seu conteúdo, e afirma ainda, tendo como base uma ação de formação, ministrada pela profissional, dentro dos eixos da Estratégia, que 90% dos profissionais que trabalham com as pessoas ciganas desconhecem a ENICC 2013/2020. Tal afirmação pode ser constatada com as respostas obtidas em todos os Eixos, algumas tem conhecimento, já ouviram falar, mas não sabem do seu conteúdo, ou seja, do que se trata, o que é a quem se destina a ENICC 2013/2020.

Eixo Saúde

“Eu sei que existe sim. Mas não sei do seu conteúdo por completo.” (AS01).

“Não, já ouvi falar, mais nunca li nem estou inteirada.” (AS02).

Eixo Educação

“De uma forma muito geral, não conheço no seu conteúdo, não li, não sei, mas sei de uma forma geral do que se trata.” (AS03).

“Sim, tenho”. (AS04).

Eixo Emprego

“Sim, tenho! E cheguei a efetuar informações sociais dirigidas à Delegação Regional do Centro, consubstanciados na Estratégia. No entanto, posso afirmar que mais de 90% dos Técnicos que trabalham com pessoas ciganas desconhecem a existência da ENICC (...).” (AS05).

“Já tivemos uma reunião de colegas que vieram de Lisboa efetivamente e falamos de alguma estratégia sim (...) há de haver outra forma de intervenção efetivamente para esse público, mas conhecemos alguma coisa da estratégia, mas pouco se faz, acaba por ficar apenas no papel”. (AS06).

4.2. – Perguntas Específicas no **Eixo Saúde** da Dimensão 4

As desigualdades sociais surgem por diversos fatores e um deles é a questão da saúde em especial quando falamos de pessoas em situação de vulnerabilidade social, onde a habitação, os hábitos culturais e estruturais familiares são fatores predominantes que influenciam as comunidades ciganas ou qualquer outra classe social em situação vulnerável. Neste sentido, as questões a serem tratadas são mais pontuais e relacionadas às políticas sociais destinadas às comunidades ciganas.

✓ **Formação específica no âmbito da saúde**

Conforme o Relatório ENICC 2016, das prioridades apontadas pela Estratégia, no Eixo Saúde, foram concretizadas duas, *a promoção de formação/informação sobre educação para a saúde e a formação apostando na prevenção como ganhos em saúde.* Nesta ótica, perguntamos aos profissionais entrevistados se participaram de algumas

dessas formações para atender a comunidade cigana no âmbito da saúde. A narrativa AS02 diz que nunca participou, já a AS01, diz que não mas que as famílias participam sim e são ações na área da prevenção.

Eixo Saúde

“Neste contexto eu não, mas as famílias sim (...) no Centro de Estágio Habitacional (...) lá regularmente são feitas ações de sensibilização, isso na área de prevenção. Essas ações são todas na área da prevenção (...).” (AS01).

“Não, nunca.” (AS02).

✓ **Avaliação das formações**

Na sequência do quesito anterior interrogamos se saberiam avaliar quais as campanhas ou ações que participaram e se foram satisfatórias ou não. Nota-se que a AS01 não percebeu bem a questão, mesmo sendo muito bem explicada, no entanto responde que avalia as campanhas que os utentes ciganos estão a participar e todas as ações são na área da prevenção. Já a AS02 não sabe avaliar.

Eixo Saúde

“Consigo avaliar as campanhas que eles estão a participar e sim, buscamos ter essa ligação de sensibilização na tentativa de eles terem outra atitude perante a prevenção na saúde”. (AS01).

“Não tenho como identificar uma vez que nunca participei de nenhuma formação específica”. (AS02).

✓ **A intervenção no caso da recusa do doente**

Sabemos que a relação da comunidade cigana com a saúde é diferente da forma como nós outros percebemos, conhecendo que este fator faz parte da especificidade da cultura cigana, perguntamos aos entrevistados como é feita a intervenção no caso da recusa do doente, por exemplo, de fazer uso dos medicamentos ou dos procedimentos para a melhoria do estado em que encontra-se. Nas entrevistas, as respostas não possuem diversidades de pensamentos, dizem que não obrigam o utente caso ele esteja no seu estado de consciência normal, respeitando-se a sua decisão.

Eixo Saúde

“É assim, nós sabemos que se uma pessoa está no seu estado de consciência e recusa, nós não temos de obrigar ninguém.” (AS01).

“ (...) nós respeitamos, à semelhança de qualquer outra pessoa, quer esteja inserida numa comunidade, uma etnia, assinar uma declaração e nós temos de respeitar a vontade, exceto a eutanásia e a comunidade cigana não é favor disso”. (AS02).

✓ **Sobre o Planeamento familiar e vacinação infantil**

Sobre o planeamento familiar e prevenção a nível da vacinação infantil, conforme depoimento AS01, a vacinação das crianças cumprem e caso contrário a equipa vai até a comunidade. Quanto ao planeamento familiar há muita resistência.

Eixo Saúde

“A vacinação fazem, porque eles cumprem ou se não cumprem nós deslocamos mesmo para que haja pelo menos isso, não é obrigatória, mas tentamos sensibilizar, motivar (...) em relação ao planeamento, as mulheres têm alguma resistência, nós temos famílias que temos muita dificuldade, estou-me a lembrar de uma em particular que já tem cinco filhas e são um casal muito novo e nunca conseguiram ter um rapaz, portanto nós não conseguimos que ela faça o planeamento (...) porque quer ter um rapaz (...).” (AS01).

“Como não estou na área da saúde comunitária não me sinto à vontade para responder”. (AS02).

4.3. – Perguntas Específicas no **Eixo Educação** da Dimensão 4

✓ **Elevado número de analfabetismo cigano.**

Na questão em análise, perguntamos aos profissionais qual seria o fator predominante para que as pessoas ciganas tenham um grau elevado de analfabetismo na comunidade. Segundo a resposta da AS03 predomina o estereótipo da etnia cigana, a manutenção da ideia de que o cigano é ladrão e malfeitor. É uma fala que na prática profissional, principalmente e não só, quem trabalha no âmbito da educação de crianças e jovens, se não conhecer o utente e a sua família, se não questionar as suas ambições então está a contribuir para a continuidade de um ciclo vicioso e estigmatizador.

Na narrativa AS04, a cultura do casamento cedo acaba por prejudicar as mulheres e suas aspirações. Entretanto, acredita-se que com a organização das mulheres, já podem vislumbrar um futuro mais promissor, em especial no que diz respeito à

igualdade de géneros das comunidades ciganas, como por exemplo na Figueira da Foz, onde há um maior número de mulheres que já estão no Ensino Superior.

Eixo Educação

“Eu acho que é mesmo a falta de ambição a nível de empregabilidade (...) porque também já há a ideia de que não é propriamente o comércio de que só... eles vivem da prática ilícitas, que nós sabemos que existem no seio da etnia cigana (...) portanto (...) eles não precisam realmente de ter a escolarização, portanto não há investimento.” (AS03).

“Analisando também a comunidade em que trabalho, eu penso que existe também muita desconfiança relativamente à escola (...) acaba por sentir que tem que fazer o casamento mais cedo e o que acaba por prejudicar desde logo as aspirações das mulheres na escola. Os homens não conseguem chegar um pouco mais longe mas é por desmotivação própria que muitas das vezes não terminam. Mas a própria comunidade acaba por condicionar a evolução das mulheres neste sentido (...).” (AS04).

✓ **Programa TEIP**

Dentro das medidas criadas no âmbito da educação existem em esfera governamental alguns programas que de forma geral tem como objetivo o combate à iliteracia como exemplo, o TEIP (Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) que tem obtido êxito em âmbito nacional. Nesta perspetiva perguntamos aos profissionais se a escola em que laboram é sinalizada como uma escola TEIP. Segundo a AS04, apenas uma escola está abrangida com o programa e a entrevista AS03, salienta que também aquela escola é TEIP.

Este programa abrange atualmente, segundo dados da Direção-Geral da Educação³⁴, 137 agrupamentos de escolas que se localizam em zonas territoriais marcados pela pobreza e exclusão social, com alto índice de violência e indisciplina no abandono e insucesso escolar. E o objetivo é exatamente trabalhar esses jovens e crianças, sendo da comunidade cigana ou não, pois é um programa que não é específico para determinado grupo ou comunidade, e cabe à escola contemplada adaptar à realidade em que está inserida.

Eixo Educação

“Esta escola é uma escola TEIP. É uma escola que está estrategicamente localizada, entretanto tem que seguir todos os objetivos. Tem de traçar objetivos e estratégias educativas e metodológicas que realmente trabalhem ou combatam o abandono escolar, o insucesso e a indisciplina, portanto esta escola é uma escola TEIP e automaticamente nós temos que ter estratégias muito individualizadas e diversificadas adaptadas ao público-

³⁴ Para maiores informações: <http://www.dge.mec.pt/>

alvo. Sendo assim nós temos de atuar junto dos nossos alunos de uma forma muito diferenciada e muito individualizada.” (AS03).

“Apenas uma destas escolas que eles estão a frequentar que eu tenha conhecimento está sinalizada como Escola TEIP sim”. (AS04).

✓ **PIEF – Medidas Socioeducativas**

Na sequência dos programas e medidas, questionamos a respeito do Programa de Apoio e Qualificação da Medida **PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação** (PAQPIEF), que é uma medida de socioeducativa aplicada a jovens em situação de alta vulnerabilidade social e se é aplicado nas escolas em questão.

Na entrevista AS04, fomos informados que não é mais PAQPIEF, foi em 2013/2014 e 2014/2015. O Ministério da Educação passou a designar apenas PIEF. Procuramos saber mais a respeito e no *site* da Direção-Geral da Educação, percebe-se que o PIEF é uma medida temporária e abrange os jovens entre os 15 e 18 anos que se encontram em risco de exclusão escolar e social e essa medida só é aplicada após ser esgotadas todas as outras medidas de integração de jovens no âmbito escolar e abrange toda a população estudantil de Portugal.

Eixo Educação

“ No contexto escolar existe o PIEF que é uma resposta socioeducativa, como disseste e muito bem, mas é considerada uma resposta de última linha ou seja, quando todas as respostas e nível educativo já foram tentadas com esses alunos em questão de vulnerabilidade social e que apresentam uma elevada taxa de insucesso escolar e que se encontram em absentismo escolar grave ou abandono escolar precoce e que se encontram em uma idade de escolaridade mínima obrigatória. No fundo para percebermos, estamos perante alunos de elevada idade e com baixa escolaridade. Existe o TEIP e a par dele existe o PIEF” (AS04).

“Quanto ao PIEF eu não tenho conhecimento”. (AS05).

✓ **Avaliação do PIEF**

Ainda sobre o PIEF perguntamos aos entrevistados como avaliam a importância do programa, a AS03 colocou em ênfase a importância do programa nas escolas. Uma vez que segunda ela, esses jovens são na sua maioria alunos com 16/17 anos e que ainda frequentam o quinto/sexto ano e muitos são jovens institucionalizados. Acrescenta ainda

que defende e vai continuar a defender esse programa, tendo em vista o impacto dele na vida desses adolescentes e na família também.

Eixo Educação

“Eu defendo muito esse programa (PIEF), embora não esteja a trabalhar como eu acho que deveria estar a funcionar. Esse programa é muito importante porque infelizmente ainda temos muitos alunos e constatei isso mas do que nunca neste ano letivo, muitos jovens a chegarem no sistema de ensino através de instituições, portanto já são acolhidos institucionalmente digamos, com medidas de acolhimento residencial aplicadas através dos processos de promoção e proteção, estabelecido pelo Tribunal de Menores e pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (...) portanto este programa que é mesmo para essa situação que acabo de falar é pertinente e vamos continuar a ter esse programa (...) este programa tem de continuar a existir, é uma necessidade permanente” (AS03).

“Não consigo avaliar porque é a escola que tem mais contato com esse programa”. (AS04).

✓ **Programa Escolhas impacto nacional**

O Programa Escolha – Sexta Geração, teve impacto nacional, conforme já foi mencionado no Capítulo I e está agora a financiar 90 projetos, 88 em território nacional e duas experiências internacionais. Na pergunta tentamos saber se esse programa era aplicado nas escolas e se tinham conhecimento do mesmo, as respostas foram sim tem conhecimento. Na AS03 não é aplicado na escola e na entrevista AS04, o projeto tem alunos que fazem parte desse programa.

Eixo Educação

“Tenho conhecimento do programa, mas não é aplicado nesta escola” (AS03).

“Sim, no nosso projeto temos dois alunos que fazem parte do Programa Escolhas”. (AS04).

✓ **Erradicação do abandono escolar**

No âmbito da ENICC 2013/2020, um dos principais objetivos é a erradicação do abandono escolar precoce, para tanto estabelece como meta a articulação entre a escola e a comunidade cigana para que essas crianças e jovens não abandonem a escola, neste sentido, perguntamos se essa meta está sendo aplicada, se a comunidade participa e como é feita essa articulação.

Nas narrativas os entrevistados dizem que há uma grande dificuldade, repulsa da comunidade em relação à escola. Na AS03, realça que quando um membro da

comunidade consegue chegar a um patamar a nível escolar que diferencia dos outros, há críticas e repulsas por parte dos outros membros. Já a AS04 diz que tentam a articulação e só funciona quando são eles enquanto projeto que fazem essa ponte, quando é a escola a comunidade acaba por ter algum receio, desconfiança.

Eixo Educação

“Tentamos que sim, portanto a articulação é feita sempre, nós apelamos sempre a participação, tentamos sempre que as famílias e as comunidades ciganas se envolvam ao máximo na vida escolar dos educandos e se não se envolvem mais é porque realmente não têm interesse. (...) portanto se há um que tenta fazer uma evolução naquilo que nós achamos que é o normal na educação, na participação dos adultos na vida escolar dos jovens, há outros que criticam, cobram e estes que estavam a tentar ter uma atitude mais positiva, mais envolvida recuam mesmo nesta tomada de decisão. Portanto são mesmo críticos uns com os outros, mas acho que já estamos a começar trilhar um caminho diferente.” (AS03).

“A comunidade não participa. Tentamos fazer essa articulação, até mesmo a nível de estudos e acaba por funcionar quando somos nós a desenvolver e quando é a escola acaba por ter uma certa desconfiança. Nós enquanto projetos acabamos por desenvolver algumas atividades em que não conseguimos que eles participem se for através da escola, porque a própria comunidade acaba por não ter confiança relativamente à escola.” (AS04).

4.4. – Perguntas Especificas no **Eixo Emprego** da Dimensão 4.

De acordo com a FSG (2007a: 15) no que diz respeito a inserção profissional das comunidades ciganas, as várias e diferentes políticas sociais não têm garantido “as condições necessárias a uma plena integração destes “publicos” [...]. Por outro lado, profissionais das diversas áreas e aos diferentes níveis, com responsabilidades de implementar tais medidas, desconhecem em grande parte, as especificidades deste grupo étnico”.

Neste sentido, neste bloco de questões da Dimensão 4, do Eixo Emprego, as perguntas são relacionadas às políticas no âmbito da ENICC 2013/2020.

✓ **Formação específica no âmbito do emprego**

Uma das prioridades apontadas na Estratégia Nacional, é capacitar os serviços e adequar às especificidades das comunidades ciganas. Nesta ótica, perguntamos aos entrevistados se já passaram por alguma formação pra melhor atendimento e conhecimento das especificidades da cultura cigana no âmbito do emprego ou formação.

Na narrativa da AS05 percebemos o interesse e responsabilidade da profissional perante a questão, na sua fala, toda a teoria e formação que possui foi no terreno, junto com os seus formandos, a curiosidade em saber das especificidades e cultura do Outro pode nos capacitar para melhor atender. Já na entrevista AS06, percebemos que há uma certa falta mesmo de interesse em conhecer essas particularidades. A formação não é como lidar com essas pessoas e sim aprender as suas características e cultura para saber como dar melhores respostas sociais no atendimento, no terreno.

Eixo Emprego

“Na verdade toda a formação adquirida sobre esta temática foi no terreno, sempre que tinha dúvidas, e sem tabus, questionava os meus formandos ciganos, por sentir esta necessidade e curiosidade em conhecer a cultura, acabei por criar uma relação de proximidade e confiança com os membros das diferentes comunidades. É um tema pelo qual tenho particular interesse, pesquisei muito, li muito, procurei conhecer investigadores e partilhar experiências com outros Técnicos. Tenho conhecimento que o IEFP desenvolveu uma ação de sensibilização juntos dos Técnicos, contudo, nem todos os Técnicos que trabalham diretamente com as comunidades ciganas, tiveram oportunidade de participar, devido à sua situação contratual (recibos verdes).” (AS05).

“Não neste âmbito da Estratégica, mas para trabalhar este tipo de público, sim temos, temos sim. Ainda no decorrer deste, não, foi já o ano passado, finais do no ano passado que houve formação nessa área, sim, como lidar com pessoas de etnia cigana.”. (AS06).

✓ **Medidas para revitalização das atividades tradicionais das comunidades**

Dando sequência aos eixos da Estratégia, uma das medidas é a revitalização das atividades tradicionais das comunidades ciganas, entretanto, a principal atividade é o comércio das feiras, todavia tal atividade já não contempla ou não possui o retorno necessitado em termos de garantia para a sobrevivência das famílias. Neste âmbito, perguntamos se há alguma preocupação por parte da instituição para reverter essa situação, uma vez que tal medida faz parte da Estratégia Nacional. Nas narrativas podemos perceber a preocupação divergentes das entrevistadas, na AS05, sente-se a preocupação em ver a pessoa cigana com outras oportunidades e perspetivas de vida, mesmo percebendo que muitas comunidades mantêm a cultura e tradição do trabalho nas feiras e na AS06, permanece a ideia da dependência que as pessoas ciganas tem do Estado, ou seja, do RSI e a negatividade no sentido de não ver saídas profissionais para integrar as comunidades em outro tipo de atividade que tenham rendimentos, além das feiras. Mas há vida além das feiras, disso podemos afirmar.

Eixo Emprego

“Os utentes ciganos que nos procuram para frequentar formação profissional, estão conscientes que as feiras tendem a acabar e é notório o desalento sentido, de quem trabalhou uma vida nas vendas e sente agora a necessidade de uma mudança no campo profissional. Por outro lado, temos comunidades ciganas que resistem a essa mudança e mantêm as suas atividades tradicionais. Não temos medidas específicas que apoiem estas comunidades na revitalização destas actividades (...).” (AS05).

“Apesar de haver em termos de ganhos por parte desta comunidade que trabalha nessa área, nós não vemos realmente grandes saídas profissionais em termos de integração profissional num outro tipo de atividade que permitam um tipo de vivência que eles antigamente tinham. Não sei que tipo de profissão essas pessoas possam vir a ter para realmente ficarem independente do Estado, sem ter necessidade de recorrer a uma prestação social, sinceramente (...).” (AS06).

✓ **Uma das Medidas da ENICC é “criar prémio de boas práticas de integração.**

Outra medida da ENICC é desenvolver ações de sensibilização de boas práticas e uma das ações é “criar prémio de boas práticas de integração”. Assim, perguntamos ao Assistente Social, como ele vê essa medida de integração e a AS05 percebe que seria melhor se não houvesse esse tipo de situação o que significa que haveria melhor aceitação das comunidades. E mesmo com todo o trabalho de tentar desconstruir essas ideias, vê-se na narrativa da AS06, que seria benéfico esse tipo de prémio. Na narrativa AS05, esclarece ainda a ignorância que ainda predomina na sociedade em pensar que um sapo na porta de um estabelecimento é impeditivo para um cigano não entrar, entretanto a intenção é mesmo essa, de que não são bem vindos nesses lugares.

Eixo Emprego

“Seria melhor se não tivéssemos de o fazer, significaria que haveria uma melhor aceitação destas Comunidades. No entanto, há todo um trabalho de sensibilização, de desconstrução de ideias e de aproximação, que é necessário fazer junto das instituições (públicas e privadas) e do tecido empresarial. Se fores passear na marginal da Figueira da Foz e estiveres atenta à entrada das lojas e dos restaurantes vais perceber que a sua maioria tem um sapo à porta do estabelecimento. As pessoas são ignorantes ao ponto de pensar que os ciganos não entram lá por causa do sapo! Mas, é um sinal claro de que naquele espaço o cigano não é bem-vindo.” (AS05).

“Eu penso que era benéfico esse tipo de prémios como está a falar, (...) eu acho que o fato de haver esse incentivo, esse prémio, esse reconhecimento iria fazer com que os outros colegas da mesma etnia fizessem da mesma forma, quando realmente há algo de bom a mencionar e a valorizar, que seja reconhecido, isso sim, era benéfico.” (AS06).

4.5. – Políticas inclusivas ou excludentes

A última pergunta deste bloco sobre as políticas, programas e medidas, foi para todos os entrevistados. Procuramos tentar perceber se as políticas sociais no âmbito da atuação de casa Eixo, são inclusivas ou excludentes. No Eixo da Saúde, a profissional AS01 diz que as políticas ou medidas são sempre inclusivas que não se deve excluir ninguém. No entanto a AS02 no mesmo âmbito, diz que são inclusivas em um ponto e exclusivas em outros, na sua prática profissional, na sua maneira de ver ela consegue perceber que é mais excludente.

Eixo Saúde

“São inclusivas. As medidas ou políticas sejam para essa ou aquela população é sempre inclusiva, nós temos uma política de saúde que não exclui ninguém, nem pessoas de outra etnia, nem pessoas de outra raça, nem pessoas que estão ilegais (...) portanto nós vamos dando respostas mesmo estando ilegais, sem documentos, não excluimos ninguém (...).” (AS01).

“Elas são inclusivas até determinada etapa e exclusivas até outro ponto ou seja, inclusivas porque o Sistema Nacional de Saúde não nega o acesso ao cuidado de saúde, mas nisto é camuflado, porque na verdade, no momento da alta em termos de preparação para a saída do utente ela é excludente. Vão haver determinadas políticas depois de rejeitar a saída do hospital ou da unidade. Está é a minha prática, é a minha maneira de ver as coisas, mas eu acho que é as duas partes, no entanto é mais excludente, sem dúvida.” (AS02).

No Eixo da Educação, a AS03, diz ser perfeitamente inclusiva e que na área da educação estão a trabalhar bem nesse sentido de incluir, integrar. Na AS04, o entrevistado sinaliza que são inclusivas, mas na prática acaba por ser aplicada e cumprida da forma como de ser.

Eixo Educação

“Perfeitamente inclusivas. Acho que estamos a trabalhar muito bem no sentido da inclusão e para além das medidas políticas que existem na área da educação, também há uma forma, eu acho que estamos a trabalhar no sentido da integração, portanto do igual, temos de trabalhar neste sentido (...). (AS03).

As políticas acabam por ser inclusivas, depois na prática é que nem sempre acabam por ser aplicadas e por ser cumpridas, penso que isso é o principal problema.” (AS04).

No Eixo Emprego, nas entrevistas, a AS05 demonstra a sua experiência e aprendizado que são enriquecedores e salienta a desconstrução das ideias que predominam ainda na sociedade. Na narrativa AS06 o discurso é que as políticas são

inclusivas e deixa umas reticências em relação a forma de pensar como é na prática. Entretanto salienta que há pessoas ciganas que conseguem trabalhar como qualquer cidadão comum, deixando margem para refletirmos, que é a desconstrução de preconceito que devemos ter no nosso agir profissional (AS05).

Eixo Emprego

“Da experiência que tenho na Formação Profissional a integração de ciganos no grupo é extremamente enriquecedora, pode e deve ser trabalhada pelos formadores, nomeadamente, a partilha de saberes, a curiosidade de saber um pouco mais sobre o outro, a sua cultura, a gastronomia, sem tabus! Desconstruir ideias... é necessário aproveitar estes espaços de diálogo e de partilha (...)” (AS05).

“Eu penso que são inclusivas, daquilo que me é dado conhecer são inclusivas, apesar de, muitas vezes a prática que temos e porque também se calhar a nossa mentalidade ainda está muito... e é uma das coisas mais difíceis de mudar e apesar de haver reincidências de pessoas que estão em uma atividade ocupacional (...). Eu acho que há pessoas que tem demonstrado que efetivamente valem o que valem e que conseguem trabalhar tão bem ou igual ao cidadão comum. Eu acho que deveria de haver mais sensibilização (...)” (AS06).

5. – Síntese dos resultados

No intuito de obtermos respostas para os vários questionamentos apontados no Capítulo 3 deste trabalho, procedemos com a síntese da análise de conteúdo das entrevistas junto aos Assistentes Sociais que trabalham com as comunidades ciganas.

A Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013/2020, traçou várias metas, objetivos, ações e prioridades no desejo de incluir e assegurar os direitos das pessoas portuguesas ciganas, nesta visão, Faleiros (2016:12) vem corroborar com esta ideia afirmando que

“a inclusão e a cidadania são processos complexos, históricos, diversificados, de mobilidade, de redução da desigualdade, da polarização, da assimetria, das formas desiguais de implicação dos sujeitos, e de afirmação da identidade, da segurança, do trabalho, da efetivação dos direitos, da criação de oportunidades, da formação de conhecimentos, competências e habilidade, do fortalecimento dos laços sociais, do respeito, da vida digna, de justiça, do empoderamento, do acesso a ativos e à renda, do respeito à diversidade, à cultura e à vida social e comunitária”.

A complexidade dos processos de inclusão das pessoas ciganas estão explícitos nas narrativas dos profissionais entrevistados, no acolhimento, na integração, no

conhecimento e aplicabilidade das políticas sociais, aceitação do outro com suas individualidades identitárias, mas que são pessoas com direitos e deveres como qualquer outro cidadão.

No Eixo Saúde, podemos depreender através das narrativas, as dificuldades encontradas nos processos de acolhimento e integração, são a nível institucional, porque não dão o suporte necessário. A AS01, em praticamente quase todas as questões, predominou a incessante afirmação em relação ao comportamento das famílias ciganas, colocando por vezes, a discriminação racial institucional. No decorrer do estudo, foi colocada a questão da relação das famílias ciganas com a saúde e a procura em relação aos serviços de urgências em relação aos serviços primários e preventivos (Mendes, 2012). A doença só é preocupante quando surge uma incapacidade ou dores fortes, é que as famílias procuram os cuidados de saúde, conforme sublinhas as entrevistadas AS01 e 02.

Relativo à Educação, há muitas redundâncias e controvérsias, por vezes as falas são de empoderamento, noutras são preconceituosas ou refletem o senso comum. Nos discursos a maior preocupação é incompreensão das famílias ciganas em perceber a importância da escola para a educação e crescimento das crianças e dos jovens. Assim como nas falas dos assistentes sociais da Saúde, predomina a questão do RSI, na saúde, são frequentes para receberem por exemplo o comprovante da vacinação infantil para fins de apresentação ao RSI, na educação a frequência escolar, e por conseguinte no emprego, mantém a inscrição para fins de declaração junto ao RSI, o que denota a ideia de que os ciganos não querem estudar ou trabalhar, pois vivem dos benefícios dos programas públicos, reproduzindo assim o estigma social e não contribuindo para o empoderamento das famílias ciganas. Ainda no âmbito da Educação, dos programas e medidas socieducativas, os profissionais deixam claro a importância do TEIP e do PIEF. São programas que na avaliação do Relatório ENICC/2016 obtiveram êxitos no acompanhamento e crescimento das competências básicas do ensino aos jovens que estão em situação de vulnerabilidade social. Ressaltamos que estes programas não contemplam apenas as comunidades ciganas, abrange também todos os alunos que estão em risco social em todo o território nacional.

Na última categoria, no campo do Emprego, é notável a preocupação da AS05 em sempre procurar desconstruir a imagem existente das pessoas ciganas, em contrapartida, as narrativas da AS06, predominando o senso comum, o estigma social

em relação à pessoa cigana, como por exemplo, pode-se contabilizar em uma mão as pessoas que conseguem ter sucesso em algum emprego. Quando questionadas sobre uma das medidas da ENICC que é a criação de “prémio de boas práticas de integração” a AS05 traz uma crítica no sentido de não-aceitação dessa medida, uma vez que é feito um trabalho intensivo junto às instituições, de sensibilização e desconstrução e tal medida contribui para o aumento do estigma que existe em relação a pessoa cigana. No entanto a narrativa da AS06, é a favor da medida, pois seria uma forma de reconhecimento e até mesmo incentivo para outras pessoas das comunidades seguirem o mesmo exemplo de “boas práticas”.

Helena Mouro (2014:55), compreende que na construção do exercício profissional do Serviço Social a teoria e a prática estão intrinsecamente ligadas e “partilhem uma mesma finalidade que se prende com a qualificação da imagem profissional, expressam processos que seguindo estratégias diferentes convergem igualmente numa mudança de atitude face ao exercício da intervenção social”.

Destarte, ao serem questionados quanto ao conhecimento da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC 2013/2020), dos entrevistados apenas um relatou que conhece os parâmetros, objetivos, metas e todos os Eixos da Estratégia, os demais profissionais, desconhecem ou apenas já ouviram falar mas não sabem do seu conteúdo. Em relação as formações direcionadas para a aprendizagem das especificidades da cultura das comunidades ciganas, apenas um profissional diz que já participou. A AS05, relata que não apenas nas formações, mas no terreno, junto com as pessoas ciganas é que se aprende as particularidades destas comunidades. Afirma ainda que, em uma formação, onde haviam técnicos de todas as áreas de intervenção do Serviço Social, ao serem questionados sobre a Estratégia, apenas um ouvinte relatou que tinha conhecimento e afirma ainda que 90% desconhecem a ENICC 2013/2020. Todavia ao serem questionados se essas políticas são inclusivas ou não, todos afirmaram que são inclusivas, no entanto alguns entrevistados relataram que são inclusivas na teoria, na prática não são excludentes.

Outra questão comum à todos os Eixos das categorias de análises, diz respeito ao mediador intercultural cigano. Observa-se através das narrativas, que não há mediador cigano em nenhuma das instituições e todos os profissionais enfatizaram a importância e a falta que faz o mediador para fazer a articulação entre instituição e comunidade, profissional e as famílias, bem como, entre as comunidades ciganas e as não ciganas. De

acordo com o Concurso POISE 33-2018-06, que trata do Projeto mediadores municipais e interculturais, que é uma das medidas da ENICC 2013/2020, das candidaturas para a Camara de Coimbra, foi aceite apenas um da etnia cigana. Neste sentido, a AS05, em sua fala deixa de forma simples e clara a importância do mediador intercultural cigano nas instituições:

“estes mediadores desempenham um papel muito importante, na aproximação das comunidades ciganas aos serviços públicos. Vão dando voz às famílias que almejam por uma oportunidade em se inserir no mercado de trabalho. Articulam com as instituições no sentido de solucionar questões sociais identificadas pelas famílias, nomeadamente ao nível da educação, justiça, habitação... Desenvolvem parcerias com as instituições públicas, no sentido de integrarem nos seus quadros pessoas ciganas. A sua presença em serviços públicos seria em primeiro lugar, uma forma de combater o forte estigma social que as comunidades ciganas carregam e por outro lado, oportunidade de deixarem de ser invisíveis aos olhos desta sociedade”. (AS05).

Assim, considera-se diante da síntese da análise de conteúdo, que as políticas públicas sociais, destinadas às comunidades ciganas, na sua aplicabilidade não está sendo efetivada. Percebe-se que a Estratégia foi elaborada para dar resposta a uma solicitação da COM (2011) 173, conforme já foi exposto no Capítulo 1, entretanto, diante da análise das entrevistas, conclui-se que a Estratégia foi elaborada sem antes ser feito um estudo sobre as comunidades ciganas portuguesas. O estudo elaborado por Magano (et al 2014) era uma das metas da Estratégia, e nos permite ter uma visão mais precisa das particularidades das comunidades ciganas em território Português.

O Serviço Social em Portugal, apesar de ainda não ter sua atuação regulamentada e possuir pouquíssimos referenciais teóricos em relação à questão da multiculturalidade, é intrínseco e necessário que essas políticas sociais e as comunidades ciganas, pois são expressões de uma historicidade e realidade que refletem-se nas desigualdades sociais, sejam temáticas constantes e/ou criação de uma disciplina específica para os estudos desses grupos nas cadeiras dos cursos de Serviço Social. Para reflexão, Yamamoto (2012:17) vem nos alertar que *“o momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem. É preciso ter esperanças para enfrentar o presente, é preciso resistir e sonhar. É preciso alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

EU E O OUTRO: UMA VISÃO DE EMPODERAMENTO

“Sou cigana com todo o orgulho que isso me dá, e posso ser tudo aquilo que quiser ser sem nunca deixar de ser quem sou”. (Olga Mariano)

Concluir um trabalho desta envergadura é uma grande responsabilidade, principalmente quando analisamos vidas humanas, culturas, identidades e mais de meio milénio de vida na sociedade portuguesa. Primeiramente, abrimos aqui um parêntese para analisarmos o termo cigano português/português cigano, o mais comum de se ouvir é cigano português. Os termos fazem grande diferença dependendo do contexto em que ele é usado. Na nossa ótica, faz mais sentido serem portugueses ciganos, uma vez que a pessoa cigana não é imigrante e sim, um cidadão português, com seus direitos e deveres garantidos na Constituição da República Portuguesa.

Nas entrevistas ouvimos muito a repetição do termo “etnia”, para Magano (2010), tal designação veio substituir o termo “raça³⁵”, entretanto raça e etnia não são sinónimos, que segundo Magano (2010:101) etnia parece ser a mais “politicamente correta”. Entretanto para a autora, o termo “remete para uma certa ideia de estigmatização uma vez que, quase sempre, é usada apenas em relação a grupos socialmente desfavorecidos e sob a forma essencialista de homogeneização das diferenças culturais” e não para fundamentar um paradigma de empoderamento das minorias, legitimando a inclusão do cidadão na sociedade.

A Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013/2020, enquanto uma política social, possui em suas particularidades um pormenor, o não conhecimento do objeto de sua intervenção: as comunidades ciganas em Portugal. A Estratégia foi elaborada sem parâmetros plausíveis que compõem suas metas e prioridades, entretanto, foi no decorrer da execução da Estratégia (faltam dois anos para

³⁵ Segundo Michael Banton em sua obra, *Racial theories* (1987, para este trabalho foi utilizado a tradução de 1998), o conceito de raça passou por várias fases, uma primeira, foi Deus o responsável pela criação dos seres, em uma segunda fase, quando alguns autores tentaram designar o termo a alguns grupos de pessoas e uma terceira fase quando alguns investigadores descobrem nos anos 30 do século passado, que as características das raças são de espécies onde a unidade evolutiva é o gene e não a espécie, e dessa forma, Dawkins em 1976, defende essa teoria em sua obra o “*Gene Egoísta*”. Neste sentido, raça é categoria de espécie de animal e não um conceito biológico para definir os seres humanos.

o fim dos objetivos da ENICC 2013/202) e conforme os relatórios de execução da ENICC, os relatórios de 2013/2014 e o de 2016, é que percebe-se a complexidade relativa às comunidades ciganas em Portugal.

Neste sentido, um exemplo das metas da Estratégia que foi concretizado, o Estudo Nacional Sobre as Comunidades Ciganas, elaborado pela equipa de investigação composta por Olga Magano, Manuela Mendes e Pedro Candeias, é um documento que compõe nos pormenores toda uma estrutura sobre as comunidades ciganas em Portugal, que foi indispensável para a elaboração desta dissertação, Neste âmbito, conseguimos dar respostas para os questionamentos ora colocados na introdução deste trabalho: *O que caracteriza os ciganos portugueses? Quais as políticas, programas e medidas sociais destinadas às comunidades ciganas nas áreas da educação, saúde e emprego? Como os (as) Assistentes Sociais trabalham essas políticas e quais são as especificidades da ação e o papel do Serviço Social? Como é feito o acolhimento e a integração das famílias ciganas no âmbito da educação, saúde e emprego?*

A primeira questão podemos dizer que, os meios de comunicação televisiva, jornal, internet entre outros, quando falam das pessoas ciganas, trazem sempre a imagem depreciativa contribuindo para o estigma que a sociedade portuguesa possui em relação à comunidade cigana. Entretanto, os portugueses ciganos são cidadãos comuns como todos os outros, que possuem seus direitos e deveres, suas particularidades e tradições e que devemos respeitar seus modos de vida. Esses cidadãos já estão em Portugal há séculos, possuem uma história de muita luta e sofrimento e de resistência para manter sua cultura, modo de ser e estar no mundo. É isto que os caracterizam: a sua identidade.

No que concerne às políticas, programas e medidas sociais, já foram debatidas com êxito no decorrer da análise de conteúdo, entretanto enfatizamos mais uma vez da necessidade dos profissionais conhecerem essas políticas, para que possam ter instrumentos normativos em mãos e começar em nós, Assistentes Sociais, as mudanças que desejamos ver na sociedade portuguesa em relação à comunidade cigana, às pessoas em situação de rua, os refugiados, os emigrantes ou seja, todos aqueles que são minorias e que necessitam da intervenção de profissionais sérios e comprometidos com a justiça social.

No âmbito das políticas relacionadas à educação, sublinhamos o que nos ensina com maestria Adorno (1995:183) *“a única concretização efetiva da emancipação*

consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência”. Acreditamos que através da educação podemos transpor barreiras e alcançar voos inimagináveis, e o mais importante, combater a discriminação, o racismo e todos os tipos de atitudes que depreciam o outro.

A questão a respeito de como os (as) Assistentes Sociais trabalham essas políticas, fica a sensação de impotência uma vez que a maioria desses profissionais desconhecem essas políticas. No que concerne à especificidade da ação dos profissionais da área social, parte do conhecimento dos direitos daqueles que tem dificuldades ao acesso a esses direitos, o papel consiste em dar voz a esses cidadãos que estão à margem da sociedade, trabalhando para uma melhor integração dessas pessoas na sociedade e que a sociedade os acolham de forma digna, sem preconceitos determinados, como no caso das comunidades ciganas, em que muitas das vezes são impedidas de entrarem em um estabelecimento comercial pelo simples fato de serem ciganos.

Já observamos grandes mudanças de comportamento das comunidades ciganas, na união das mulheres, no aumento de jovens que entram para o ensino superior e principalmente que já possuem empregos dignos, é esta a mudança que desejamos, é este o nosso objetivo como profissionais de Serviço Social.

Corroborando com nossa linha de pensamento sobre as especificidades e particularidades da intervenção social e o papel dos (as) Assistentes Sociais, a *European Association of Schools of Social Work (EASSW, 2017)*³⁶, define a profissão de Serviço Social como sendo

“uma profissão de intervenção e uma disciplina acadêmica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do serviço social, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o serviço social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social”.

³⁶A European Association of Schools of Social Work (EASSW) é uma associação europeia das escolas de Serviço Social e reúne mais de 300 escolas, universidades e instituições de ensino superior no âmbito do Serviço Social. Essa definição de Serviço Social foi publicada em 10 de Abril de 2017 e pode ser acessado no site <https://www.eassw.org/global/definicao-global-da-profissao-de-servico-social/>

Este é o nosso contributo para que possamos aprender para melhor intervir e enfatizamos que deveria existir uma cadeira específica no ensino do Serviço Social, relacionada à questão das minorias em Portugal, trazendo para a sala de aula, as especificidades das diferentes culturas sociais e desconstruindo para construir profissionais capacitados e preparados para o OUTRO, o DIFERENTE.

Nesta senda, conseguimos atingir os objetivos metodológicos específicos que foram propostos para a realização deste trabalho e pretendemos dar continuidade ao estudo das comunidades ciganas, pois há muito o que aprender para desconstruir o senso comum, e aprender para construir um mundo melhor, tornando-o mais digno, humano e fraterno.

Foi um aprendizado gratificante o conhecimento das particularidades das pessoas ciganas. As dificuldades encontradas no caminho da construção desse trabalho, são insignificantes, diante da imensidão da satisfação do conhecimento e principalmente de colaborar para que outras pessoas, através da leitura deste trabalho, possam compreender quem são as pessoas ciganas, ninguém é forçado a aceitar o outro, mas todos nós somos obrigados a respeitá-lo.

Por fim e para reflexão, deixamos a célebre frase da obra “Os filhos dos dias” do memorável Eduardo Galeano: *“dos pobres sabemos tudo: em que não trabalham, o que não comem, quanto não pesam, quanto não medem, o que não tem, o que não pensam, em quem não votam, em quem não crêem. Só nos falta saber porque os pobres são pobres. Será por que sua nudez nos veste e sua fome nos dá de comer?”*

REFERÊNCIAS

- ACM 5, R. (Janeiro de 2017). 1º Encontro Operacional de Promoção da Educação - Comunidade Cigana. *ACM em Revista 05*, p. 34.
- ACM 7, R. (Dezembro de 2017). Educação e Comunidades Ciganas. *ACM em revista n. 07 - Acolhimento e Integração de Pessoas Refugiadas*, p. 27.
- Adorno, T. W. (1995). *Educação e emancipação*. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: 3ª Edição: Paz e Terra.
- Albuquerque, C. (2014). Pensamento e Planeamento Estratégico na Intervenção Social: O Enfoque na Qualidade e Inovação. Em M. Carvalho, & C. Pinto, *Serviço Social: Teorias e Práticas* (pp. 163-180). Lisboa: Pactor.
- Albuquerque, C. (2015). Ética do mediador social: questões críticas sobre a objetividade e neutralidade. Em *Meciações Sociais, n.º 14* (pp. 143-160). DOI: http://dx.doi.org/10.5209/rev_MESO.n.14.51563.
- Albuquerque, C. (2016). O Estado-providência do século XXI: um estado retraído ou um estado "pan-ótico?". Em C. Albuquerque, & H. Luz, *Políticas Sociem em tempos de Crise: perspetivas, tendências e questões críticas*. (pp. 3-23). Lisboa: Pactor.
- Albuquerque, C., Santos, C., & Almeida, H. (2017). Análise estratégica do empoderamento social. Em C. Albuquerque, & A. Arcoverde, *Serviço Social Contemporâneo - Reflexividade e Estratégia* (pp. 71-89). Lisboa: Pactor.
- Almeida, A. (2017). Participação como eixo estratégico renovado na intervenção social. Em C. Albuquerque, A. Arcoverde, & (Coord), *Serviço Social Contemporâneo: reflexividade e estratégia* (pp. 47-69). (1.ª ed.). Lisboa: Pactor.
- Almeida, H. (2002). Mediação, um conceito e uma prática identitária do Serviço Social. Em B. Henriquez, & M. (. Farinha, *Serviço Social: Unidade na Diversidade. Encontro com a identidade profissional. Actas do 1º Congresso Nacional de Serviço Social*. (pp. 74-93). Aveiro: APSS.
- Almeida, H. (2013). Gestão de caso e mediação social: abordagens, processos e competências cruzadas na agenda do conhecimento do Serviço Social. Em C. Albuquerque, C. Santos, & H. Almeida, *Serviço Social: mutações e desafios* (pp. 15-63). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J., & Ferreira, S. (2017). A entrevista na investigação em Educação. Em J. A. (Coord), *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (pp. 207-292). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra - 3ª Edição.
- Amado, J., Costa, A., & Crusóe, N. (2017). A técnica de Análise de Contéudo. Em J. Amado, *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (pp. 303-352). Coimbra: 3ª Edição - Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Amaro, M. (2015). *Urgências e emergências do Serviço Social: fundamentos da profissão na contemporaneidade*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Arendt, H. (2007). *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer - Rio de Janeiro - 10ª Ed.: Forense Universitária.
- Ariès, P. (1986). *História Social da infância e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Banton, M. (1998). *Racial theories*. Cambridge: Cambridge University Press - 2ª edition.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edição 70.
- Barroco, M. (2005). Considerações sobre a ética na pesquisa a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social. Disponível em <<http://www.cpihts.com/>> acesso em 01 de maio de 2018.
- Bastos, J., & (Org.). (2012). *Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal*. Lisboa: Colibri / CEMME- Centro de Estudos em Migrações e Minorias Étnicas - FCSH -UNL.
- Branco, F. (2003). Os Ciganos e o RMG: direitos sociais e direito à diferença. *Revista Intervenção Social* n. 27, pp. 121-143 - Disponível em <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/is/issue/view/68> .
- Campanini, A. (2015). Intervenção com famílias numa ótica sistémica. Em M. Carvalho, *Serviço Social com famílias* (pp. 1-22). Lisboa: Pactor Editora.
- Caride, J. (2016). La Mediación como Pedagogía Social: viejas realidades, nuevos retos para la intervención social. Em R. Vieira, & (Orgs), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 13-26). Porto: Edições Afrontamentos.
- Carmo, H. (2014). Educação para a Cidadania: Um Imperativo Estratégico para o Serviço Social. Em M. Carvalho, & C. Pinto, *Serviço Social: teorias e práticas* (pp. 113-128). Lisboa: Pactor.
- Carvalho, M., & Pinto, C. (2014). Serviço Social em Portugal: uma visão crítica. Em M. Carvalho, & et. al, *Serviço Social Teorias e Práticas* (pp. 3-26). Lisboa: Pactor.
- Castro, A. (2015). Quando a mobilidade espacial é geradora de vulnerabilidades: O caso dos Portugueses Ciganos. Em F. Diogo, & (Org.), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. (pp. 133-147). Famalicão: Húmus - Coleção Debater o Social n. 34.
- COM. (2011). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Um quadro europeu para as estratégias nacionais de integração dos ciganos até 2020*. Bruxelas, COM (2011) 173 <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX:52011DC0173>>: Comissão Europeia.
- Correia, M. (2011). Cultura Cigana e sua relação com a saúde. *Dissertação de Mestrado para obtenção de Grau de Mestre em Enfermagem*. Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Portuguesa do Porto.

- Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais*. Cadernos democráticos 2 - Coleção Fundação Mario Soares: Gradiva.
- Costa, E. (1995). Os ciganos em Portugal: breve história de uma exclusão. Em L. P. Cortesão, *O povo cigano: cidadãos na sombra- Processos explícitos e ocultos de exclusão* (pp. 21-26). Porto: Afrontamento.
- Coutinho, C. (2013). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Diogo, F., & outros. (2015). *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Famalicão: Húmus Lda.
- ENICC, R. (2013/2014). *Relatório de execução da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas - RCM n.º 25/2013 de 27 de março*. Lisboa. Disponível em: <http://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/relat%C3%B3rio2013-2014.pdf/50c0fba6-3221-4c61-8e30-3b087919738f>: ACM.
- ENICC, R. (2016). *Relatório de execução da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas - RCM n.º 25/2013 de 27 de março*. Lisboa. Disponível em: http://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/ENICC_Relat%C3%B3rio+Execu%C3%A7%C3%A3o_2016.pdf/55f8ffb5-50bc-490e-b56c-3a5994d748b6: ACM.
- Faleiros, V. (2006). *Inclusão Social e Cidadania*. Obtido de 32ª International Conference on Social Welfare - Acesso em 17 de setembro de 2019 : http://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/17_07_PDF/vicente_faleiros.pdf
- Fialho, J., Da Silva, C., & Saragoça, J. (2015). *Diagnóstico Social: teoria, metodologia e casos práticos*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Freitas, R., Braga, C., & Barros, N. (2010). Família e Serviço Social - algumas reflexões para o debate. Em Duarte, & et al (Org), *Família e famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- FSG. (2007a). *Guia para a intervenção com comunidade cigana nos serviços de saúde*. Madrid: Fundación Secretariado Gitano.
- FSG. (2007b). *Retos en los contextos multiculturales. Competencias Interculturales y resolución de conflictos*. Madrid: Serie Materiales de Trabajo - https://www.gitanos.org/centro_documentacion/publicaciones/fichas/23731.html.es.
- Gil, A. (2007). *Método e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª edição - São Paulo: Atlas.
- Godoy, A. (1995). *Pesquisa qualitativa tipos fundamentais*. São Paulo: Revistas de Administração de Empresas.

- Granja, B. (2014). Contributos para a Análise das Formas Identitárias dos Assistentes Sociais. Em M. Carvalho, & C. Pinto, *Serviço Social: teorias e práticas* (pp. 57-81). Lisboa: Pactor.
- Heredia, J. (1974). *Nós, os Ciganos*. Braga: Editorial Franciscana.
- Iamamoto, M. (2012). *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: 22ª edição: Cortez.
- Iamamoto, M., & Carvalho, R. (2011). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 35. Ed - São Paulo: Cortez.
- Kaloustian, S. &. (1994). Introdução. Em S. (. Kaloustian, *Família brasileira, a base de tudo* (pp. 11-15). São Paulo: Cortez.
- Magano, O. (2010). "Tracejar vidas normais". Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa. *Tese de Doutoramento em Sociologia. Especialidade Relações Interculturais*. Universidade Aberta: [acesso em 27/09/2017] disponível em https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1750/1/TESE%20Doutoramento_OlgaMagano.pdf.
- Magano, O., Mendes, M., & Candeias, P. (2014). *Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas. (Estudos OBCIG; 1)*. Lisboa: ACM - PT disponível em <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15587/1/estudonacionalsobreascomunidadesciganas.pdf>>.
- Mandela, N. (2012). *Autobiografia de Nelson Mandela - um longo caminho para a Liberdade*. Lisboa: Grupo Planeta - 1ª Edição.
- Martins, A. (1999a). *Gênese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, A. (199b). Serviço Social e Investigação. Em M. Negreiro, A. Henriquez, & J. McDonough, *Serviço Social - Profissão e Identidade - Que trajetória?* (pp. 45-63). Lisboa/São Paulo: Veras.
- Maurel, É. (2003). As profissões do acolhimento. Em J.-N. Chopart, *Os novos desafios do trabalho social: dinâmicas de um campo profissional* (pp. 133-146). Porto: Porto Editora.
- Mendes, M. (2012). *Identidades, Racismo e Discriminação: Ciganos da AML*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Mendes, M., & Magano, O. (2014). Ciganos e Políticas Sociais em Portugal. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Numero Temático: Ciganos na Península Iberica e Brasil: estudos e políticas sociais.*, pp. 15-35.
- Minayo, M., & ORG. (2009). *Pesquisa Social: teorias, método e criatividade*. 28ª Ed. Petrópolis - RJ: Vozes.

- Mouro, H. (2014). Teoria e Teorizar em Serviço Social. Em I. Carvalho, & C. Pinto, *Serviço Social Teorias e Práticas* (pp. 27-56). Lisboa: Pactor.
- Negreiros, M. (1999). Qualificação Académica e Profissionalização do Serviço Social - o caso português. Em A. Martins, A. Henriques, & J. Mc Donough, *Serviço Social Profissão e Identidade - Que Trajetória?* (pp. 13-44). Lisboa/São Paulo: Veras.
- Nunes, O. (1996). *O Povo Cigano*. Lisboa - 2ª Edição: Grafilarte, Artes Gráficas Lda.
- Oliveira, M. (2015). *Ética e Serviço Social: uma análise das perspectivas ético-políticas presentes nos diferentes códigos de ética profissional do (a) Assistente Social*. Brasília disponível em: <<https://repositorio.ucb.br/jspui/handle/123456789/6691>>: 29 f. Monografia (Serviço Social) - Universidade Católica de Brasília .
- ONU. (1999). *Direitos Humanos e Serviço Social - Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social - Série Formação Profissional - Nº 1*. Revisão Técnica: Francisco Branco e Manuela Portas - Lisboa: ISSScoop - editorial@iss.pt .
- Payne, M. (2002). *Teoria do Trabalho Social Moderno*. Coimbra: Quarteto - 1ª edição.
- Quivy, Raymond, & Campenhoudt, Luc. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* . Lisboa. 4º Edição.: Gradiva.
- Ramos, R. (2004). Para uma história política da cidadania em Portugal. *Análise Social*, vol. XXXIX (172), pp. 547-569.
- Rawls, J. (2013). *Uma Teoria da Justiça*. Lisboa: 3ª edição, Editora Presença.
- Rey, F. &. (1989). *La personalidad: su educación y desarrollo*. La Habana: Pueblo y Educación.
- Rodrigues, D., & &, (. (2000). *Ciganas e não ciganas: reclusão no feminino*. Lisboa: Contra-Regra e Autores.
- Rodrigues, E. (2010). O Estado e as Políticas Públicas em Portugal: discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*. Vol. XX, pp. 191-230.
- Ruivo, F. (2002). *Poder local e exclusão social*. Coimbra: Quarteto Editora - 2ª Edição.
- Santos, C. (2008). *Retratos de uma profissão: a identidade do Serviço Social*. Coimbra: Quarteto.
- Santos, C. (2016). Políticas de família: uma reflexão crítica e evolutiva das políticas de apoio à família em Portugal. Em C. Albuquerque, & H. Amaro da Luz, *Políticas Sociais em tempos de crise: perspectivas, tendências e questões críticas* (pp. 145-175). Lisboa: Editora Pactor.
- Secchi, L. (2012). *Políticas Públicas, conceitos, esquemas de análises - Casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning.

- Silva, L., & Outros. (2002). A Comunidade Cigana e o Etnocentrismo da Instituição Médica de Saúde Comunitária. *IV Congresso Português de Sociologia*, Acessado em 20/02/2018 em https://www.researchgate.net/publication/272153004_A_Comunidade_Cigana_e_o_Etnocentrismo_da_Instituicao_Medica_de_Saude_Comunitaria.
- Silva, M. C. (2014). *Sina Cigana: História, comunidades, representações e instituições*. Lisboa: Edições Colibri.
- Sousa, C. (2010). Relações interétnicas, dinâmicas sociais e estratégias identitárias de uma família cigana portuguesa: 1827-1957. *Tese de Doutoramento em Sociologia na especialidade de Relações Interculturais apresentada à Universidade Aberta*. Lisboa: <http://hdl.handle.net/10400.2/1720>.
- Telles, V. (1998). *Direitos Sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG - 1ª Edição.
- Tong, D. (1998). *Contos Populares Ciganos*. Lisboa: Editora Teorema.
- Torremorell, M. (2008). *Cultura de Mediação e Mudança Social*. Coleção Ciências da Educação - Século XXI. Porto: Porto Editora.
- Triviños, A. (1987). *Introdução à Pesquisa em Ciência Sociais*. São Paulo: Atlas.
- Vaitsman, J. (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Vieira, C. (1995). *Investigação Quantitativa e Investigação Qualitativa: uma abordagem comparativa*. Relatório realizado no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, para a passagem da categoria de assistente estagiário à assistente.
- Vieira, C. (2014). *Metodologia da Investigação em Educação II, do 1º Ciclo de estudos em Ciências da Educação*. Relatório apresentado para efeitos de concurso documental internacional a uma vaga de Professor Associado na área das Ciências da Educação, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – CONSENTIMENTO INFORMADO

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

ESTUDO: *As particularidades da Intervenção Social com as famílias ciganas nas áreas da saúde, educação e emprego.*

CARACTERÍSTICAS DO ESTUDO: Trata-se de um estudo qualitativo de caráter exploratório, realizado no âmbito do Mestrado em Serviço Social da Universidade de Coimbra – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação orientado pela Professora Doutora Helena Neves Almeida. O objetivo do estudo é a construção de uma análise reflexiva das particularidades da intervenção social e as especificidades das ações e o papel dos Assistentes Sociais junto às famílias ciganas nas áreas da saúde, educação e trabalho.

A recolha de dados será feita a partir de entrevista semiestruturada.

VOLUNTARIEDADE e CONFIDENCIALIDADE: A participação neste estudo é de caráter voluntário e tem o direito de em qualquer momento recusar a participação sem quaisquer consequências. É garantida a confidencialidade das respostas fornecidas

Assinatura do investigador: _____

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela pessoa que acima assina. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem quaisquer consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora.

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: ____ / ____ / ____

Este documento é composto por 1 página e feito em duplicado: uma via para o investigador e outra para a pessoa que consente.

APÊNDICE 2 – GUIÕES DE ENTREVISTAS

GUIÃO DE ENTREVISTA PROFISSIONAL EIXO SAÚDE

Data: ___/___/___

Título do Trabalho: *As particularidades da Intervenção Social com as famílias ciganas nas áreas da saúde, educação e emprego*

DADOS GERAIS

1. Caracterização do entrevistado (Assistente Social)

Idade:

Formação académica:

Cargo e tempo de experiência na função:

2. Processo de acolhimento e integração das famílias ciganas:

2.1. – Como acontece o acolhimento da família na instituição?

2.2. – Enquanto profissional, consegue perceber se a família se sente integrada diante dos procedimentos de acolhimento?

2.3. – O conjunto de procedimentos de integração e acolhimentos foram elaborados pela instituição ou seguem algum outro parâmetro/modelo?

2.4. – Percebe algum constrangimento da parte do utente nestes processos de acolhimento e integração?

3. Sobre as demandas que as famílias ciganas apresentam ao Assistente Social

3.1. – Quais são as principais demandas (necessidades) que as famílias ciganas apresentam ao Assistente Social?

3.2. – Existe articulação entre o Assistente Social e as organizações comunitárias? Como se desenvolve essa articulação?

3.3. – Tem conhecimento de algum mediador intercultural cigano que faça essa articulação entre os centros de saúdes/hospitais/organizações comunitárias e a comunidade cigana?

3.2. – Em que momento (estado de saúde) a família cigana procura os serviços de saúde públicos?

4. – Sobre as políticas de saúde destinadas às famílias ciganas

4.1. – Tem conhecimento da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013/2020 - (ENICC 2013/2020)?

4.2. – De acordo com o Relatório de 2016, das prioridades apontadas pela Estratégia Nacional de Integração das Comunidades Ciganas 2013/2020, no Eixo Saúde, foram concretizadas duas dessas prioridades: a promoção de formação/informação sobre educação para a saúde e a outra prioridade é a formação apostando na prevenção como ganhos em saúde. Neste sentido, já participou de alguma dessas formações específicas para atender a comunidade cigana no âmbito da saúde?

4.3. – Se afirmativo, saberia identificar quais as campanhas e avaliar se foi satisfatória ou não?

4.4. – Sabemos que a relação da comunidade cigana com a saúde é diferente da forma como nós outros percebemos, neste sentido e conhecendo que este fator faz parte da especificidade da cultura cigana, como é feita a intervenção no caso da recusa do doente, por exemplo, de fazer uso dos medicamentos ou dos procedimentos para a melhoria do estado em que se encontra?

4.5. – Na sequência da questão anterior, sobre o planeamento familiar, como as famílias vêem esse procedimento? E sobre prevenção a nível da vacinação infantil?

4.6. – Das políticas sociais de que tem conhecimento no âmbito da saúde, considera-as inclusivas ou excludentes? Porquê?

GUIÃO DE ENTREVISTA PROFISSIONAL EIXO EDUCAÇÃO

Data: ___ / ___ / ___

Título do Trabalho: *As particularidades da Intervenção Social com as famílias ciganas nas áreas da saúde, educação e emprego*

DADOS GERAIS

1. Caracterização do entrevistado (Assistente Social)

Idade:

Formação académica:

Cargo e tempo de experiência na função:

2. Processo de acolhimento e integração das famílias ciganas:

2.1. – Como acontece o acolhimento da família na instituição?

2.2. – Enquanto profissional, consegue perceber se a família sente-se integrada diante dos procedimentos de acolhimento?

2.3. – O conjunto de procedimentos de integração e acolhimentos foram elaborados pela instituição ou seguem algum outro parâmetro/modelo?

2.4. – Percebe algum constrangimento da parte do utente nestes processos de acolhimento e integração?

2.5. – Como caracteriza a integração do aluno na escola?

3. Sobre as demandas que as famílias ciganas apresentam ao Assistente Social

3.1. – Quais são as principais demandas (necessidades) que as famílias ciganas apresentam ao Assistente Social?

3.2. – Existe articulação entre o Assistente Social e as organizações comunitárias? Como se desenvolve essa articulação?

3.3. – Há mediador social intercultural cigano nesta Instituição? Conhece algum mediador cigano?

3.4. – Em que momento se dá a participação das famílias no desempenho do filho (a) na escola e quais os motivos?

3.5. – Como se dá a relação dos outros alunos com os alunos ciganos na escola?

3.6. – Os alunos ciganos conseguem concluir os estudos ao nível dos ensinos básicos/secundários? Em caso negativo, quais os fatores para o seu insucesso?

3.7. – Existe algum tratamento diferenciado entre o corpo docente, ou funcionários para com os alunos ciganos?

3.8. – O desempenho escolar é igual ao dos alunos não ciganos ou não há diferenciação?

4. – Sobre as políticas de educação destinadas às famílias ciganas

4.1. – Tem conhecimento da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013/2020 (ENICC 2013/2020)?

4.2. – Na sua opinião qual o fator predominante para que os ciganos tenham um grau elevado de analfabetismo na comunidade?

4.3. – Dentro das medidas criadas em esfera governamental temos alguns programas que de forma geral tem obtido êxito no combate à iliteracia. Esta escola é contemplada por alguns destes programas, como por exemplo o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)?

4.4. – Ainda sobre os programas, o Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação (PAQPIEF), é uma medida socioeducativa aplicada a jovens em situação de alta vulnerabilidade social. Este programa é aplicado nesta instituição de ensino?

4.5. – Na sua opinião como avalia a importância desse programa?

4.6. – Tem conhecimento sobre o Programa Escolhas? Ele é aplicado nesta escola?

4.7. – No Eixo da Educação da ENIC 2013/2020, um dos principais objetivos é a erradicação do abandono escolar precoce, para tanto, estabelece como meta a articulação entre a escola e a comunidade cigana para que as crianças e jovens não abandonem a escola. É feita essa articulação? A comunidade participa ativamente da vida escolar?

4.8. – Das políticas sociais de que tem conhecimento no âmbito da educação, considera-as inclusivas ou excludentes? Porquê?

GUIÃO DE ENTREVISTA PROFISSIONAL EIXO EMPREGO

Data: ___ / ___ / ___

Título do Trabalho: As particularidades da Intervenção Social com as famílias ciganas nas áreas da saúde, educação e emprego

DADOS GERAIS

1. Caracterização do entrevistado (Assistente Social)

Idade:

Formação académica:

Cargo e tempo de experiência na função:

2. Processo de acolhimento e integração das famílias ciganas:

2.1. – Como acontece o acolhimento da família na instituição?

2.2. – Enquanto profissional, consegue perceber se a família sente-se integrada diante dos procedimentos de acolhimento?

2.3. – O conjunto de procedimentos de integração e acolhimentos foram elaborados pela instituição ou seguem algum outro parâmetro/modelo?

2.4. – Percebe algum constrangimento da parte do utente nestes processos de acolhimento e integração?

3. – Sobre as demandas que as famílias ciganas apresentam ao Assistente Social

3.1. – Quais são as principais demandas (necessidades) que as famílias ciganas apresentam ao Assistente Social?

3.2. – Existe articulação entre o Assistente Social e as organizações comunitárias? Como se desenvolve essa articulação?

3.3. – Existe algum mediador intercultural cigano nesta instituição? Qual o papel dele e como se dá essa mediação?

- 3.4. – Há formação profissional específica para as pessoas ciganas? Quais?
- 3.5. – Quais são as principais áreas de formação procurada pelas pessoas ciganas?
- 3.6. – São mais as mulheres ou os homens que procuram formação profissional?
- 3.7. – As pessoas ciganas demonstram alguma preferência específica por um tipo de trabalho?
- 3.8. – Das ofertas de emprego, já houve algum caso de indicativo de não-aceitação de pessoas ciganas nos requisitos básicos para admissão?

4. – Sobre as políticas de emprego destinadas às famílias ciganas

- 4.1. – Tem conhecimento da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013/2020 (ENICC 2013/2020)?
- 4.2. – Em um das prioridades apontadas na Estratégia Nacional, é capacitar os serviços e adequar às especificidades das comunidades ciganas. Nesta ótica, já passaste por alguma formação para melhor conhecimento das especificidades da cultura cigana no âmbito do emprego ou formação?
- 4.3. – Um dos eixos apontados pela ENICC é a revitalização das atividades tradicionais das comunidades ciganas, entretanto, sabemos que a principal atividade é o comércio das feiras, todavia tal atividade já não contempla ou não possui mais o retorno necessitado. Neste âmbito há alguma preocupação por parte da instituição para reverter essa situação?
- 4.4. – Outra medida da ENICC é desenvolver ações de sensibilização de boas práticas e uma das ações é “criar prémio de boas práticas de integração”, como você enquanto Assistente Social, percebe essa medida?
- 4.5. – Das políticas sociais de que tem conhecimento no âmbito do emprego e ou formação, elas são inclusivas ou excludentes? Porquê?